



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

LEONARDO DE ANDRADE CARNEIRO

**ESPAÇO RELACIONAL DOS HOMICÍDIOS NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE
DO BRASIL: ANÁLISE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA REDUÇÃO DE
HOMICÍDIOS**

Palmas/TO
2024

Leonardo de Andrade Carneiro

Espaço relacional dos homicídios nos estados da região Norte do Brasil: Análise das ações governamentais na redução de homicídios

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Doutor Antônio José Pedroso Neto

**Palmas/TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D282e de Andrade Carneiro, Leonardo.
ESPAÇO RELACIONAL DOS HOMICÍDIOS NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: Análise das ações governamentais na redução de homicídios. / Leonardo de Andrade Carneiro. – Palmas, TO, 2024.
164 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2024.
Orientador: Antônio José Pedroso Neto
1. Espaço relacional. 2. Homicídio. 3. Região Norte. 4. Desorganização social. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Leonardo de Andrade Carneiro

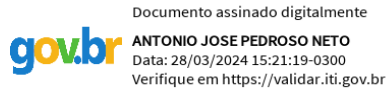
Espaço relacional dos homicídios nos estados da região Norte do Brasil: Análise das ações governamentais na redução de homicídios

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Doutor Antônio José Pedroso Neto

Data de aprovação: 21 / 02 / 2024

Banca Examinadora



Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto, orientador

Prof.^a Dr.^a Mônica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Prof. Dr. Rodolfo Alves da Luz, UFT

Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho, UFMT

Prof. Dr. Azor Lopes da Silva Júnior, IBS

Dedico esta tese à minha família que tornou esta jornada possível.

- À minha esposa Camirriry de Andrade, aos meus filhos Pedro Augusto de Andrade, João Emanuel de Andrade e a minha pequena Lara de Andrade, pelo amor incondicional, apoio e incentivo ao longo dos anos. Sem vocês, eu não conseguiria.

AGRADECIMENTOS

Iniciar os agradecimentos é uma tarefa desafiadora, pois diversas pessoas foram fundamentais nesse processo. No entanto, antes de tudo, sou grato a Deus, que me concedeu saúde, paz e graça para concluir esta tese de doutorado. Ele é o meu pastor, o meu rochedo e o meu libertador (Salmos 23:1 e 18:2). Que esta tese reflita sua luz e sabedoria em minha vida.

Agradeço à minha mãe, Maria Andrade, que me ensinou o caminho da sabedoria e da honestidade. Ela é um exemplo de amor incondicional e resiliência, que me inspira todos os dias.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, com destaque para o meu orientador, Antônio José Pedroso Neto, pela orientação, apoio e paciência incansável. Eles contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal. O livro da Sabedoria nos ensina: 'O início da sabedoria é o temor do Senhor, e o conhecimento do Santo é entendimento.' Essa sabedoria guiou minha trajetória acadêmica, enfatizando a importância do respeito e da compreensão ao longo do percurso.

Esse agradecimento é um reconhecimento das influências divinas e humanas que tornaram possível a realização deste marco acadêmico. Que a graça, a perseverança e a sabedoria continuem a ser as luzes que orientam meu caminho.

RESUMO

Esta tese insere-se no debate sobre a criminalidade violenta, em especial os homicídios, e analisa a relação entre fatores sociais, econômicos e governamentais e suas influências nas taxas de homicídios nos estados da região Norte do Brasil no período de 2012 a 2019. Para tanto, os princípios do espaço social de Bourdieu e a Teoria da Desorganização Social servem como base teórica. A principal finalidade desta pesquisa foi objetivar no espaço relacional as complexas interações subjacentes às taxas de homicídio e por que alguns estados em alguns anos são mais violentos do que outros. Mais importante ainda, espera-se identificar os principais impulsionadores sociais, econômicos e políticos que influenciam as taxas. Foi utilizada a Análise de Correspondência Múltipla, uma técnica estatística para revelar padrões ocultos e relações entre variáveis. Os resultados e discussões foram estruturados em três eixos, que foram projetados no plano fatorial e representados por pontos dispersos na nuvem, cada um indicando distâncias e proximidades entre fatores sociais, econômicos, ações governamentais e homicídios. O primeiro eixo, desorganização social, tráfico de drogas e homicídio, está subdividido em *lados direito e esquerdo*. O *lado direito* se destaca por apresentar menores taxas de homicídio, mas maiores desigualdades socioeconômicas. O *lado esquerdo* apresenta maiores taxas de homicídios, com menor apreensão de armas e drogas, e maior investimento em segurança. O segundo e terceiro eixos também foram subdivididos em dois lados, caracterizados como *lados de cima e lado de baixo*. No caso do segundo eixo, as complexas relações entre fatores socioeconômicos e violência, no *lado de cima* observa-se menores taxas de homicídio, maiores investimentos em segurança e altas taxas de encarceramento e apreensão de cocaína, mas maior analfabetismo e desorganização social, apesar de menor desigualdade de renda. O *lado de baixo* tem maiores taxas de homicídio, menos investimentos em segurança e menos encarceramento e apreensão de drogas. Além disso, tem maior desigualdade de renda, mais mães chefes de família, com filhos menores de 15 anos e mais mulheres jovens que foram mães. No terceiro eixo, que aborda a criminalidade, desorganização social, educação e a demografia, o *lado de cima* tem menores taxas de homicídio, menos apreensão de armas de fogo, mais gastos com segurança pública, mais encarceramento e mais concentração de desvantagem. Também tem mais analfabetismo e mais crianças fora da escola. O *lado de baixo* tem maiores taxas de homicídio, mais apreensão de armas de fogo, menos gastos com segurança pública e menos encarceramento. A pesquisa mostra que o crime é um problema complexo. As conexões entre desigualdade social, concentração de desvantagem e violência são evidentes. Os resultados indicam a urgência de ações repressivas, preventivas e políticas públicas que não

só melhorem a segurança, mas também promovam a igualdade social como forma efetiva de diminuir a violência homicida nos estados da região Norte do Brasil.

Palavras-chaves: Espaço relacional. Homicídio. Região Norte. Desorganização social.

ABSTRACT

This thesis contributes to the debate on violent crime, particularly homicides, by analyzing the relationship between social, economic, and governmental factors and their influences on homicide rates in the states of the Northern region of Brazil from 2012 to 2019. To this end, the principles of Bourdieu's social space and Social Disorganization Theory serve as the theoretical basis. The main purpose of this research was to elucidate the complex underlying interactions of homicide rates in relational space and why some states are more violent than others in certain years. Moreover, it aims to identify the key social, economic, and political drivers influencing these rates. Multiple Correspondence Analysis, a statistical technique, was employed to reveal hidden patterns and relationships among variables. The results and discussions are structured into three axes, projected onto a factorial plane and represented by scattered points in a cloud, each indicating distances and proximities among social, economic, governmental actions, and homicides. The first axis, social disorganization, drug trafficking, and homicide, is subdivided into right and left sides. The right side stands out for presenting lower homicide rates but higher socioeconomic inequalities. The left side shows higher homicide rates, with less seizure of weapons and drugs, and greater investment in security. The second and third axes are also subdivided into two sides, characterized as upper and lower sides. In the case of the second axis, the complex relationships between socioeconomic factors and violence show lower homicide rates, higher investments in security, and high rates of incarceration and cocaine seizure on the upper side, despite higher illiteracy and social disorganization, albeit with lower income inequality. The lower side has higher homicide rates, less investment in security, and less incarceration and drug seizure. Additionally, it has higher income inequality, more single mothers with children under 15, and more young women who are mothers. In the third axis, which addresses crime, social disorganization, education, and demography, the upper side exhibits lower homicide rates, fewer firearm seizures, higher expenditures on public security, more incarceration, and more concentration of disadvantage. It also has more illiteracy and more out-of-school children. The lower side has higher homicide rates, more firearm seizures, less spending on public security, and less incarceration. The research demonstrates that crime is a complex problem. The connections between social inequality, concentration of disadvantage, and violence are evident. The results indicate the urgency of repressive, preventive, and public policy actions that not only improve security but also promote social equality as an effective means of reducing homicidal violence in the states of the Northern region of Brazil.

Keywords: Relational space. Homicide. Northern Region. Social disorganization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxas de homicidas por regiões no Brasil, 2012 - 2019	74
Figura 2 – Taxas de homicídios nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	76
Figura 3 – Taxas de homicídio no estado do Acre, 2012 – 2019	77
Figura 4 – Taxas de homicídio no estado de Rondônia, 2012 – 2019	77
Figura 5 – Série histórica das taxas de homicídio no estado do Roraima, 2012 – 2019	78
Figura 6 – Série histórica das taxas de homicídio no estado do Amapá, 2012 – 2019	78
Figura 7 – Série histórica das taxas de homicídio no estado do Amazonas, 2012 – 2019	79
Figura 8 – Taxas de homicídio no estado do Pará, 2012 – 2019	79
Figura 9 – Taxas de homicídio no estado do Tocantins, 2012 – 2019	80
Figura 10 – Mapa da região Norte do Brasil, 2022.	81
Figura 11 – Índice de Vulnerabilidade Social dos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	82
Figura 12 – Índice de Gini dos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	83
Figura 13 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade dos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	84
Figura 14 – Porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	84
Figura 15 – Porcentagem de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	85
Figura 16 – Porcentagem da população em domicílios com densidade maior que dois nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	86
Figura 17 - Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019	86
Figura 18 – Taxas de presos por 100 mil hab. região Norte do Brasil	91
Figura 19 – Distribuição das categorias do ERHN-BR, primeiro e segundo eixo	117
Figura 20 - Representação das categorias no ERHN-BR, primeiro e segundo eixo	117
Figura 21 – Distribuição das categorias do ERHN-BR, primeiro e terceiro eixo	118
Figura 22 – Representação das categorias no ERHN-BR, primeiro e terceiro eixo	118
Figura 23 – Distribuição dos estados/ano no ERHN-BR, primeiro e segundo eixo	119
Figura 24 – Distribuição dos estados/ano no ERHN-BR, primeiro e terceiro eixo	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de homicídios por 100 mil/hab. no Brasil, entre 2012 a 2019.....	72
Tabela 2 – Variação nas taxas de homicídios no Brasil, 2012 a 2019	73
Tabela 3 –Taxa de apreensão de armas de fogo por 100 mil hab. na região Norte do Brasil ..	87
Tabela 4 – Taxa de despesas com segurança pública por 100 mil hab. Região Norte do Brasil	88
Tabela 5 – Variação taxa de despesas com segurança pública por 100 mil hab. Região Norte do Brasil.....	89
Tabela 6 – Principais resultados para a caracterização dos eixos da ACM.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis e categorias sobre homicídios, ativas	99
Quadro 2 – Variáveis e categorias sobre ações governamentais repressivas, ativas	101
Quadro 3 – Variáveis e categorias sobre indicadores sociais, ativas.....	102
Quadro 4 – Variáveis e categorias sobre indicadores socioeconômicos, ativas.....	105
Quadro 5 – Variáveis e categorias sobre população, ativas	107
Quadro 6 – Variáveis e categorias sobre homicídios, passivas	110
Quadro 7 – Variáveis e categorias sobre ações governamentais repressivas, passivas.....	111
Quadro 8 – Variáveis e categorias sobre população, passivas	112
Quadro 9 – Variáveis e categorias sobre indicadores socioeconômicos, passivas.....	113
Quadro 10 – Variável e categorias sobre limite territorial, passivas	114
Quadro 11 – Cálculo da média das categorias.....	116
Quadro 12 – Cálculo da média dos estados/anos	116
Quadro 13 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, homicídios, ações governamentais repressivas, do primeiro eixo	121
Quadro 14 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, do primeiro eixo	122
Quadro 15 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, do primeiro eixo	123
Quadro 16 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, demográfico do primeiro eixo.	124
Quadro 17 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, fatores sociais, econômicos, demográfico do primeiro eixo	127
Quadro 18 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, ações governamentais do segundo eixo.....	132
Quadro 19 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, ações governamentais do segundo eixo.....	133
Quadro 20 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, demográfico do segundo eixo.....	134
Quadro 21 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais do primeiro eixo.	135
Quadro 22 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, demográfico do segundo eixo.....	136

Quadro 23 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, fatores sociais, econômicos, demográfico do segundo eixo.....	138
Quadro 24 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, homicídios e ações governamentais repressivas do terceiro eixo.	141
Quadro 25 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas do terceiro eixo.	142
Quadro 26 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas e passivas, fatores sociais do terceiro eixo	143
Quadro 27 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores socioeconômicos e demográficos do terceiro eixo.	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Análise de Correspondência Múltipla
APL	Agente Privado de Liberdade
AVS	Atlas da Vulnerabilidade Social
COVID-19	Novo Coronavírus
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ERHN-BR	Espaço Relacional dos Homicídios nos estados da região Norte do Brasil
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MJ	Ministério da Justiça
MV	Mortes violentas
MVI	Mortes violentas intencionais
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
<i>SPAD</i>	<i>Software Coheris Analytics Spad</i>
TDS	Teoria da Desorganização Social
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Percurso metodológico	21
1.2 Estrutura da investigação	25
2 FATORES SOCIOECONÔMICOS, AÇÕES GOVERNAMENTAIS E CRIMINALIDADE: UMA REVISÃO TEÓRICA	27
2.1 Desorganização social	27
2.1.1 Princípios da Teoria do Desenvolvimento Social.....	27
2.1.2 As origens da teoria: a escola de Chicago	28
2.1.3 Os desdobramentos: os estudos sobre espaço urbano e dinâmicas de crime.....	30
2.1.4 Espaço urbano e criminalidade na América Latina	33
2.1.5 Variáveis da Teoria da desorganização social contemporânea	42
2.1.5.1 Status socioeconômico	42
2.1.5.2 Heterogeneidade racial	44
2.1.5.3 Mobilidade residencial	44
2.1.5.3 Urbanização	45
2.2 Criminalidade violenta no Brasil	46
2.2.1 As pesquisas criminológicas.....	47
2.2.2 Algumas pesquisas de campo já realizadas no Brasil.....	51
2.2.3 Técnicas e dados utilizados por alguns pesquisadores	53
2.2.4 Fatores que podem contribuir para reduzir a criminalidade violenta	56
2.2.5 Fatores que podem contribuir para o aumento da criminalidade violenta.....	58
2.3 Espaço relacional: uma construção de um instrumento metodológico	65
3 BRASIL E SUAS MULTIPLICIDADES REGIONAIS	70
3.1 Região Norte e suas peculiaridades	75
3.1.1 Homicídios nos estados da região Norte do Brasil.....	75
3.1.2 Aspectos sociais, econômicos e demográficos da região Norte do Brasil.....	80
3.2 Ações repressivas	87
3.2.1 Apreensão de armas de fogo.....	87
3.2.1.1 Despesas com segurança pública.....	88
3.2.1.2 Taxas de encarceramento.....	90
3.2.1.3 Presença de organizações criminosas	91
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	93
4.1 Classificação da pesquisa	93
4.2 Fonte de dados	94
4.3 Método e Técnica	96
5 O ESPAÇO RELACIONAL DOS HOMICÍDIOS NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL	115
5.1 Análise das variáveis do espaço relacional dos homicídios	115
5.1.1 Desorganização social, tráfico de drogas e homicídio – Primeiro eixo.....	120
5.1.2 As complexas relações entre fatores socioeconômicos e homicídios – Segundo eixo	131
5.1.3 Criminalidade, desorganização social e educação – Terceiro eixo	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado se propôs objetivar o espaço relacional dos homicídios nos estados da Região Norte do Brasil (ERHN-BR). Neste ínterim, segundo o escritório das Nações Unidas que trata sobre drogas e crimes, a taxa de homicídios no mundo em 2019 foi de 429.200 homicídios, o que representa uma taxa de 5,6 mortes por 100 mil habitantes (100 mil/hab.) (UNODC, 2019). No Brasil, a taxa chegou a 21,65 homicídios por 100 mil/hab. (IPEA, 2021). Contudo, essa taxa não é homogênea no território brasileiro, apresentando variação entre as regiões do país.

Segundo o IPEA (2023), a região Norte¹ do Brasil teve a maior taxa de homicídios, com 37 mortes por 100 mil/hab., em 2019 seguida pela Região Nordeste, com uma taxa de 32 homicídios por 100 mil/hab., e pela Região Centro-Oeste, com uma taxa de 25,27 homicídios por 100 mil/hab. A Região Sul apresentou a taxa de 16,83 e a Região Sudeste 12,28 mortes por 100 mil/hab.

Deste modo, evidencia-se uma sequência decrescente de homicídios nas regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Ressalta-se que as taxas de homicídio no Brasil têm passado por mudanças ao longo da última década. O ano de 2017 foi o ano que ocorreu o maior número de homicídios registrados, em torno de 65.602 mortes, resultando em uma taxa de 31,59 homicídios por 100 mil/hab. A partir de 2018, esse cenário se alterou nas diversas regiões e estados brasileiros, o que indica a complexidade desse fenômeno.

É importante destacar que o tráfico de drogas, o uso de armas de fogo e a concentração de desvantagens, como infraestruturas precárias, desigualdade no acesso a serviços públicos e uma distribuição espacial desigual são considerados fatores determinantes da criminalidade violenta e contribuem para o aumento de homicídios (Silva, 1999; Peixoto et al., 2004; Cano, 2006; Zaluar, 2007; Zaluar, Ribeiro, 2009; Ramão, Widi, 2010; Zaluar, 2012; Beato, Zilli, 2012; Barcellos, 2013; Corrêa, Lobo, 2019)

Além disso, políticas públicas efetivas, desenvolvimento socioeconômico adequado e instituições governamentais podem contribuir para a redução da criminalidade violenta. Esses fatores têm um impacto na estrutura social e na qualidade de vida das pessoas e exercem influência nas taxas de criminalidade violenta.

Além do que, é preciso reconhecer que existem desafios relacionados às instituições públicas e à sociedade civil, assim como questões associadas a conflitos armados entre facções

¹ IPEA/ Atlas da Violência, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>.

criminosas em comunidades, distribuição espacial inadequada, educação de baixa qualidade, condições precárias de moradia, características individuais estruturais e desigualdade de renda que estão relacionadas à evolução da criminalidade violenta.

Embora os estudos sobre crimes violentos no Brasil tenham se concentrado principalmente na região Sudeste, é importante ampliar o escopo da pesquisa para obter uma perspectiva nacional.

Por isso, esta investigação tem como objetivo responder à seguinte questão de pesquisa: *Quais fatores sociais, econômicos e ações governamentais influenciaram as taxas de homicídios nos estados da região Norte do Brasil?*

Por meio dessa abordagem, busca-se obter uma compreensão dos elementos que contribuíram para a redução da violência em uma região historicamente caracterizada por altos índices de homicídio. A pesquisa quer categorizar as ações realizadas e seus efeitos na redução das taxas de homicídios utilizando métodos científicos para classificar os estados da região Norte em um espaço relacional da criminalidade com o intuito de identificar as principais características presentes nesse espaço.

Diferentemente de muitas outras pesquisas que se concentram nas regiões Sul e Sudeste, este estudo visa caracterizar no *espaço relacional os fatores sociais, econômicos e governamentais que podem ter influenciado as variações das taxas de homicídios nos estados da região Norte do Brasil*. Para isso, foram analisados dados e informações referentes aos casos de homicídios ocorridos entre 2012 e 2019 nos estados dessa região.

Destaca-se que o homicídio tem um impacto na condição socioeconômica e política de uma população. Diante disso, é crucial compreender as características presentes nos Estados analisados a fim de identificar os principais indicadores que contribuíram para a redução e o aumento dessas taxas. O espaço relacional em que esses Estados se encontram está relacionado a uma série de aspectos como níveis sociais e econômicos, taxas de homicídio e ações governamentais, que se interconectam e formam um conjunto de princípios e variáveis que posicionam as áreas e regiões de estudo.

Neste estudo, o crime de homicídio foi escolhido como tipo penal principal devido à sua natureza grave e ao impacto que causa na sociedade. Trata-se de um crime que envolve a perda da vida humana, sendo considerado um dos mais graves no sistema legal.

Os homicídios têm implicações diretas no desenvolvimento local e no agravamento das desigualdades sociais. Sua ocorrência frequente pode gerar um clima de medo e insegurança prejudicando a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. Além disso, reflete desigualdades estruturais e problemas sociais, econômicos e culturais mais amplos.

É importante enfatizar que o homicídio pode ocorrer por diversos motivos, como conflitos interpessoais, rivalidades, disputas territoriais e envolvimento com o crime organizado. As leis que regem a resposta estatal contra o homicídio podem variar de acordo com cada país, mediante o estabelecimento, neles, de diferentes categorias e penalidades para esse crime. O estudo das taxas de homicídio ao longo do tempo permite uma análise mais aprofundada desse fenômeno, com potencial de contribuir para a busca de soluções que visem à redução da violência.

Nesse sentido, adicionalmente, é importante salientar a distinção entre os tipos de homicídios. O homicídio doloso envolve a intenção de matar e está associado a crimes passionais, disputas territoriais, confrontos entre gangues ou organizações criminosas. Por outro lado, o homicídio culposo ocorre devido à negligência, imprudência ou imperícia, sem a intenção direta de matar, como em acidentes de trânsito ou erros médicos (BRASIL, 1940).

Compreender as diferenças entre esses tipos de homicídios é fundamental para uma análise precisa dos dados. Neste estudo, adota-se a expressão “homicídio” para se referir especificamente ao homicídio doloso. Cabe ressaltar que os dados sobre as taxas de homicídio foram coletados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Segundo Bourdieu (1986, p.155), a sociedade é composta por um espaço social em que agentes e instituições ocupam lugares e possuem “condicionamentos semelhantes”, o que influencia suas disposições e interesses de maneira similar. Isso nos permite explicar e prever suas práticas e características. Portanto, aspectos socioeconômicos, ações governamentais e homicídios afetam as estruturas sociais, a qualidade de vida, o bem-estar social e principalmente a confiança da população nas instituições públicas.

Para isso, é necessário direcionar esforços para compreender os fatores sociais, econômicos e as ações governamentais específicas dessa região que influenciaram as variações nas taxas de homicídio na última década.

É importante ressaltar que a escolha desse período considerou fatores como as mudanças de governadores nos diversos estados brasileiros e o início da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que poderiam potencialmente impactar nossa análise.

A pesquisa utiliza-se dos princípios da noção de espaço de Bourdieu (1989), pois permite compreender e entender como os indivíduos (agentes) se relacionam e se posicionam uns em relação aos outros em um espaço simbólico que é construído por meio de interações. Destaca ainda que o espaço social é um espaço de confluência, onde agentes disputam posições e recursos simbólicos. Nesse sentido, a noção de espaço é importante para inferir como as

desigualdades sociais são produzidas e reproduzidas e como as estruturas são mantidas e transformadas ao longo do tempo.

Todo sistema simbólico funciona como um sistema de diferenças que permite classificar os agentes e as práticas segundo o lugar que ocupam em um espaço de posições que é o espaço das posições definidas por uma distribuição de recursos específicos - o capital específico que é exigido pelas condições específicas de cada campo. O espaço social é um espaço de lutas, onde se confrontam os agentes com posições diferentes, onde se procuram impor posições e fazer com que elas sejam reconhecidas. [...] O espaço social é um espaço de relações de força, onde os agentes são capazes de lutar pelo acesso aos recursos que permitem impor as regras do jogo do jogo e assegurar a perpetuação ou a subversão da ordem social (Bourdieu, 1989, p. 17).

Deste modo, as variáveis socioeconômicas e ações governamentais são indicadores fundamentais para a compreensão das taxas de homicídio na região Norte do Brasil tendo em vista que a literatura nacional aponta para correlações positivas ou negativas entre indicadores e ações governamentais e as taxas de homicídio, bem como para a constatação de que a redução das desigualdades sociais não garante necessariamente a diminuição dessas taxas.

Além disso, a criminalidade violenta abrange uma variedade de crimes caracterizados pela utilização de violência física, ameaças ou ações que resultam em danos graves ou lesões a pessoas (Cardia; Adorno; Poletto, 2003; Gomes, 2016). Esses crimes incluem homicídio, agressões físicas, assaltos violentos, estupros, sequestros, roubos à mão armada, entre outros. Todos eles compartilham a característica de causar danos físicos, psicológicos e emocionais às vítimas, muitas vezes resultando em traumas duradouros.

Evidencia-se que a criminalidade violenta representa um problema sério e preocupante nas sociedades, uma vez que afeta diretamente a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. O enfrentamento dessa problemática requer uma abordagem abrangente, envolvendo medidas de prevenção, investigação, punição e reabilitação, além da implementação de políticas públicas que abordem as causas subjacentes à violência.

Destaca-se que a criminalidade violenta não se limita apenas a ações individuais, mas também pode estar associada a fenômenos mais amplos como o crime organizado, gangues e disputas territoriais. Compreender as dinâmicas e os fatores que contribuem para a ocorrência da criminalidade violenta é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e controle, visando à promoção da segurança e da paz social.

1.1 Percurso metodológico

O percurso metodológico de uma pesquisa envolve diversas etapas para garantir uma abordagem sistemática e obter resultados confiáveis. Inicia-se com a identificação do problema de pesquisa, seguida pela formulação de hipóteses que serão investigadas. A definição da metodologia é fundamental para orientar a coleta e análise de dados, bem como o planejamento da amostra, que consiste em determinar quais unidades serão incluídas no estudo.

Para fundamentar a pesquisa, utilizamos a noção do espaço social de Bourdieu (1996)² e os princípios da Teoria da Desorganização Social³ (TDS) como referenciais teóricos.

Destaca-se que o espaço ERHN-BR visa projetar as relações e propriedades entre homicídios, ações repressivas e preventivas e um conjunto de características sociais e econômicas. Seguindo a teoria de Bourdieu (1996), o espaço social é concebido como uma dualidade composta pelo “campo”, que engloba as instituições sociais e o “*habitus*”.

A TDS destaca a influência de problemas socioeconômicos, mobilidade residencial, ruptura familiar, urbanização e eficácia coletiva no aumento da criminalidade, evidenciando a presença de desorganização social. A teoria busca compreender como fatores socioeconômicos, migração e instabilidade familiar interagem com desigualdade de renda e falta de oportunidades educacionais e impactam os níveis de desorganização social em uma determinada região.

Nessa conjuntura, é relevante destacar a missão das *Ciências Policiais* como um campo de pesquisa interdisciplinar que se integra às teorias sociológicas e econômicas. Elas ocupam função importante na análise de políticas de segurança e no sistema de justiça criminal, podendo contribuir para a exploração das dinâmicas que influenciam as taxas de criminalidade e homicídios. Uma vez que apresenta uma visão específica da polícia sobre as ações governamentais repressivas, pois se utiliza de abordagens, experiências práticas e busca compreender as complexidades do sistema de segurança de uma maneira holística e interdisciplinar.

² Segundo Bourdieu, o espaço social é um espaço de relações sociais onde os indivíduos se posicionam e se movimentam de acordo com as suas posições e recursos sociais, que são distribuídos desigualmente entre as classes sociais (BOURDIEU, 1986).

³ A teoria da desorganização social é uma abordagem criminológica que tem como principal premissa a ideia de que a desorganização social de uma comunidade pode levar ao aumento da criminalidade. Essa teoria foi desenvolvida na década de 1940 por pesquisadores da Escola de Ecologia Humana de Chicago, nos Estados Unidos, como Clifford Shaw e Henry McKay (Shaw; McKay, 1942). Segundo essa teoria, a desorganização social é caracterizada pela ausência de laços sociais e pela falta de coesão em uma comunidade, o que pode levar à fragmentação social e à perda de valores compartilhados. De acordo com a teoria da desorganização social, a falta de coesão e a fragmentação social podem dificultar a transmissão de normas e valores sociais e a promoção de comportamentos pró-sociais. Essa falta de normas pode levar ao aumento da criminalidade uma vez que os indivíduos não se sentem obrigados a seguir normas sociais e leis (Sampson; Groves, 1989).

Neste sentido, Silva Júnior (2021) afirma que segurança pública investiga assuntos como “criminalidade e catástrofes, fatos que interferem na paz social”, bem como métodos de controle dos mesmos e das pessoas envolvidas e suas responsabilidades. As “Ciências Policiais”, por outro lado, são um conjunto de conhecimentos e saberes de policiais que vivenciam as práticas do dia a dia e é utilizada como uma fonte de conhecimento. “Noutras palavras, Ciências Policiais são o olhar próprio da polícia sobre a Segurança Pública” (Silva Júnior, 2021, p. 182).

Ao considerar as inter-relações entre princípios socioeconômicos e as atividades das instituições de controle social formal e informal, é possível obter uma compreensão mais abrangente das causas subjacentes à criminalidade em uma determinada região (Reis, 2021).

Destaca-se que o controle social se refere aos mecanismos e instituições que a sociedade utiliza para regular e influenciar o comportamento dos indivíduos, de modo a prevenir a ocorrência de comportamentos desviantes ou criminosos.

Neste sentido, Silva (2012) afirma que o “os mecanismos de controle social são elementos que definem o tipo de organização social e explicam uma ampla variedade de comportamentos humanos, padrões de sociabilidade e distribuição de inúmeros fenômenos sociais, em particular, da criminalidade” (Silva, 2012, p. 28).

Ao investigar esses fenômenos nos estados da região Norte do Brasil, o espaço ERHN-BR visa compreender os padrões de homicídios e os fatores sociais, econômicos e as ações governamentais. Devemos lembrar que o problema não pode se limitar à avaliação das condições materiais de existência do sujeito, uma vez que isso seria uma suposição inválida, como argumentado por Oliveira (2008). Essa questão foi abordada por meio de pesquisas empíricas, permitindo-nos entender um conjunto de teorias que incorporam a TDS e complementam a ideia de espaço social de Pierre Bourdieu. Dessa forma, essas duas teorias centrais ganham uma aplicação mais específica e relevante para a compreensão do nosso objeto de estudo.

Destaca-se que é fundamental analisar perspectivas relacionadas a fatores socioeconômicos para compreender a distribuição de empregados, o analfabetismo, o quantitativo de crianças que não frequentam a escola, o índice de desemprego, o gênero dos responsáveis pelos domicílios, a taxa de mães chefes de família com baixa escolaridade e com filhos menores, a gravidez na adolescência e a distribuição espacial da população por residência.

No contexto das ações governamentais, tanto as medidas preventivas quanto as repressivas são importantes. As primeiras englobam investimentos em educação, saúde e

infraestrutura. As segundas compreendem fiscalização de fronteiras, encarceramento, combate ao tráfico de drogas, circulação de armas de fogo e investimento nas instituições policiais. Neste sentido, é relevante analisar dados e informações sobre homicídios no Brasil.

No caso deste estudo, o objetivo foi objetivar o ERHN-BR e identificar as propriedades e características que influenciaram as taxas de homicídio. Para alcançar esse objetivo, foram coletados dados e informações relacionados a aspectos sociais, econômicos e ações governamentais.

A revisão teórica e bibliográfica adotou os princípios da TDS e utilizou trabalhos de pesquisadores brasileiros, além de atualizações a partir de alguns estrangeiros, como referência para explicar os aspectos relacionados ao crime, criminalidade e suas implicações na sociedade. Essa revisão embasou a escolha das variáveis a serem consideradas no estudo. Diferentemente de estudos anteriores, que se concentraram em regiões específicas, este estudo direcionou-se à região Norte do Brasil. A literatura revisada indicou que variáveis como o Coeficiente de Gini, a população, a educação, a ocupação, o índice de vulnerabilidade social (IVS), a renda e suas subdivisões podem influenciar as taxas de homicídio, o que justificou sua adoção como principais variáveis sociais e econômicas na pesquisa (Carneiro, 2022).

Destaca-se o IVS, que é subdividido em três subcategorias: Infraestrutura, Capital humano, Renda e trabalho. O IVS é um indicador que se destina a ajudar a evidenciar a carência de bens, educação, renda e serviços nos Estados brasileiros, variando de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade social. O IVS está estruturado em diferentes perspectivas que auxiliam os gestores no planejamento e implementação de políticas públicas (lisboa, 2015).

[...] à ausência ou à insuficiência de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. Nesta medida, este índice foi pensado para dialogar com o desenho da política social brasileira, uma vez que atesta a ausência ou insuficiência de “ativos” que, pela própria Constituição Federal de 1988 (CF/1988), deveriam ser providos aos cidadãos pelo Estado, nas suas diversas instâncias administrativas (Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015, p. 12).

Outro indicador importante é o índice de desenvolvimento humano (IDH), que avalia o bem-estar de uma sociedade. Regiões com IDH próximo a 0,499 possuem baixo desenvolvimento, de 0,500 a 0,799 como sendo patamar médio e, acima de 0,800 tomou-se como justificável para considerar alto o nível de desenvolvimento (IVS/IPEA, 2022). Segundo Pinto, Costa e Marques (2013), pode-se utilizar o IDH para análises de cunho subnacional:

[...] segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de

indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. (...) O índice é hoje uma referência nacional para a sociedade brasileira. É um dos casos de maior sucesso em todo o mundo na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional (Pinto; Costa; Marques, 2013, p.27).

Na tese ora apresentada, utilizou-se apenas o IVS como indicador alternativo do IDH, buscando revelar as condições de vulnerabilidade social em diferentes recortes territoriais do Brasil. Segundo o IPEA (2015) Regiões, Estados e Municípios onde se constata determinados patamares do IVS, tal tipo de precariedade pode ser apurada em termos de nível baixo, médio e alta característica de o ente federativo estudado ser vulnerável. Tratando especificamente do caso de municípios, o IPEA traz a análise classificatória entre 0 e 0,2 (muito baixa), 0,2 e 0,3 (baixa), 0,301 e 0,4 (média) e o intervalo entre 0,501 e 1 (muito alta vulnerabilidade):

[...] que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social (IPEA/ Atlas da Vulnerabilidade Social, 2015, 18).

É importante ressaltar que a coleta e análise de dados foram realizadas com base em fontes confiáveis, como o IPEA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Ministério da Justiça (MJ) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Essas instituições são reconhecidas pela qualidade e relevância dos dados estatísticos que disponibilizam.

A Análise de Correspondência Múltipla (ACM) foi utilizada como método estatístico, para caracterizar e objetivar as propriedades no espaço relacional, compartilhando semelhanças com o conceito de espaço social de Bourdieu (1989).

O emprego da ACM visou possibilitar identificar as principais associações entre as variáveis categóricas analisadas, contribuindo para a compreensão dos fatores que influenciam as taxas de homicídio na Região em comento. Essa abordagem viabilizou a análise de dados complexos, a identificação de padrões e tendências ocultas, bem como a visualização de relações entre as categorias de variáveis.

Em suma, o percurso metodológico seguido neste estudo compreendeu as etapas de identificação do problema, formulação de hipóteses, definição da metodologia, planejamento da amostra, coleta e análise de dados, interpretação dos resultados obtidos por meio da ACM e de saberes inerentes ao que funcionou como um cinturão de teorias auxiliares de interpretação,

gravitando em torno do núcleo central, e a elaboração do relatório final. Essas etapas foram fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa e fornecer *insights* acerca das relações entre as variáveis estudadas.

1.2 Estrutura da investigação

Este trabalho está organizado em sete capítulos correlacionados, por meio dos quais buscou-se investigar a influência dos fatores sociais, econômicos e das ações governamentais nas taxas de homicídio, nos Estados da região Norte do Brasil.

O primeiro capítulo, cuja seção mais generalizante se acabou de apresentar, introduz a pesquisa, enfocando a importância do estudo da criminalidade violenta, com ênfase nos homicídios nos estados da região Norte do Brasil. Foram nele apresentados os objetivos e hipóteses que estão, mais adiante, investigados neste estudo, além dos procedimentos metodológicos e métodos utilizados para coletar e analisar os dados.

No segundo capítulo, está abordada a fundamentação teórica mediante exploração de dois subtemas relevantes da criminalidade violenta. Na primeira subseção, estão analisadas a TDS e suas variáveis explicativas relacionadas à dinâmica e aspectos da criminalidade. Na segunda subseção, com auxílio de Carneiro (2022⁴), está uma revisão sobre a criminalidade violenta no país, destacando a complexidade dos fatores determinantes para o aumento desse tipo de delito e a importância de uma nova perspectiva sobre o tema.

No capítulo terceiro, encontra-se apresentado um panorama geral da região Norte do Brasil, com foco nas variações das taxas de homicídios entre 2012 e 2019, a fim de descrever as diferenças entre os Estados da Região. São fornecidos dados acerca das taxas de homicídios, bem como informações a respeito de ações governamentais, estrutura familiar, emprego e renda na Região. Além disso, está ali explorada a temática da presença de organizações criminosas e das atividades ilícitas associadas a esses grupos.

O quarto capítulo apresenta a metodologia, evidenciando os métodos e técnicas utilizadas, fontes de dados, modelo estatístico empregado e as variáveis. As análises e resultados são apresentados no capítulo cinco. Por fim, o capítulo da conclusão reúne os principais achados da pesquisa e aponta para a importância de políticas públicas e ações que

⁴ CARNEIRO, L. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 8, n. 7, p. 20–44, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i7.6215.

considerem a complexidade e multidimensionalidade da violência, levando em conta não só fatores socioeconômicos, mas também culturais e políticos.

2 FATORES SOCIOECONÔMICOS, AÇÕES GOVERNAMENTAIS E CRIMINALIDADE: UMA REVISÃO TEÓRICA

O escopo deste capítulo é apresentar, por meio de levantamento da literatura, aspectos sobre a criminalidade e seus pressupostos e é baseado em escritos de vários pesquisadores de diferentes campos científicos que tentam compreender e demonstrar causas e consequências deste fenômeno social no Brasil e a TDS e sua importância para pesquisas sobre criminalidade violenta, com destaque para homicídios. Nas subseções, apresenta-se diversas pesquisas e estudos que tratam sobre a TDS e investigações desenvolvidas no Brasil, demonstrando perspectivas sobre este fenômeno.

2.1 Desorganização social

Esta seção tem como objetivo apresentar a TDS, sua origem, desdobramento e sua aplicabilidade em países Latino-Americanos. Apresenta variáveis explicativas sobre a dinâmica e aspectos da criminalidade violenta, como crescimento urbano desorganizado, aumento populacional, status socioeconômico, heterogeneidade racial e mobilidade residencial. Logo, os achados destacam que muitos países em desenvolvimento e até mesmo os desenvolvidos vivenciam o aumento da violência. Neste sentido, esta pesquisa evidencia que podem ser empregados conceitos e investigações com fundamentos na TDS em cidades da América Latina, com destaque para cidades no Brasil, visando entender as dinâmicas e aspectos da criminalidade violenta.

2.1.1 Princípios da Teoria do Desenvolvimento Social

A criminalidade e a violência são fenômenos generalizados que exercem um impacto abrangente em todo o território brasileiro, afetando diferentes estratos sociais e ocasionando a transformação dos grandes centros urbanos em ambientes permeados pela insegurança e medo. Entre os anos de 2012 e 2017, o Brasil foi cenário de um aumento no número de mortes violentas, distribuídas por diversas cidades e regiões. No entanto, a partir de 2018, essas taxas começaram a apresentar uma tendência de redução. A persistência da criminalidade não apenas compromete o desenvolvimento local, mas também contribui para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas, constituindo-se como um obstáculo ao bem-estar social e à qualidade de vida da população.

A partir dessa perspectiva, é importante abordar a TDS, examinando sua origem, desdobramentos e aplicabilidade em países da América Latina. A TDS se concentra em variáveis explicativas das dinâmicas e aspectos da criminalidade violenta, como o crescimento urbano desorganizado, o aumento populacional, a infraestrutura precária, o status socioeconômico, a heterogeneidade racial, a mobilidade residencial e a ruptura familiar. Ao compreender a eficácia coletiva, podem-se obter *insights* valiosos sobre como esses fatores interagem e contribuem para os desafios enfrentados pelos países latino-americanos no combate à criminalidade violenta.

A TDS ou eficácia coletiva é uma perspectiva que vem sendo desenvolvida desde a década de 1920 com o objetivo de responder à seguinte pergunta: o que faz com que o crime se concentre especialmente em determinadas áreas ao longo do tempo? O termo desorganização foi, portanto, desenvolvido por Thomas e Znaniecki. Esses pensadores consideram os “problemas sociais como fenômenos sociológicos que influenciam o comportamento dos indivíduos e não como resultado coletivo de condutas individuais” (Coulon, 1995, p. 33). Para Kubrin e Weiter (2003), o crime é uma referência do grau de desorganização social. Para esses pensadores, ela surge quando as comunidades não conseguem resolver situações e problemas comuns em longo prazo como a pobreza, a instabilidade de residentes e a falta de participação do Estado em nível macro. Como resultado, as necessidades individuais não são satisfeitas pelas instituições.

Através de seus estudos, os pesquisadores da escola de Chicago chegaram à conclusão de que as rápidas mudanças sociais e o crescimento da população na primeira metade do século XX são a causa da distribuição desigual da criminalidade e do aumento de criminosos (Bruinsma *et al.*, 2013). Esses fenômenos ocorrem em todas as sociedades, mas quando a sociedade passa por mudanças rápidas, especialmente decorrentes do desenvolvimento econômico e industrial, esses indicadores se elevam (Coulon, 1995).

2.1.2 As origens da teoria: a escola de Chicago

A escola de Chicago é um centro de excelência em pesquisas no campo da Sociologia. No início do século XX, os cientistas dessa instituição desenvolveram pesquisas heterogêneas e empíricas na área de criminalidade que são referência até a atualidade. Seus métodos de investigação trouxeram grandes contribuições para o aprimoramento e consolidação da “sociologia qualitativa” voltada para análises, exploração e pesquisa de campo e com o objetivo

de conhecer os problemas da cidade e implementar com esses conhecimentos soluções para os problemas sociais (Coulon, 1995; Shaw; Mckay, 1942).

Na década de 1920, os pesquisadores demonstraram um enorme interesse nos estudos urbanos, uma vez que nesse ambiente as peculiaridades e características dos seres humanos se tornam mais evidentes. Segundo esses estudiosos, uma cidade não é definida apenas pelas construções, casas e territórios, mas principalmente pelas pessoas que habitam e desenvolvem hábitos, práticas, valores e crenças (Coulon, 1995; Shaw; Mckay, 1942). É nesse contexto que a cidade se torna um terreno fértil para investigações e pesquisas, permitindo a compreensão e a análise das relações sociais estabelecidas. Desse modo, a cidade é percebida como um ambiente multifacetado e suscetível a modificações (Park; Burgess, 1925).

Para Park e Burgess (1925), a sociedade moderna e industrializada é marcada pelo desenvolvimento e crescimento dos grandes centros urbanos e pelo acúmulo de capital. Desse modo, a coletividade é determinada pelas necessidades e é delineada conforme sua configuração e a relevância que contém. Entretanto, o inevitável processo de urbanização dificulta o controle das edificações e características dessas áreas (Park; Burgess, 1925).

Park e Burgess (1925, p. 212) esclarecem:

O crescimento da cidade pode ser pensado como um processo de desorganização e reorganização. O crescimento sempre envolve esses processos até certo ponto, mas quando a cidade cresce rapidamente, vemos a desorganização assumir proporções que podem ser consideradas como patológicas. Crime, suicídio e divórcio são alguns dos problemas de comportamento em que a desorganização social, quando vista do lado pessoal, se expressa (Park; Burgess, 1925, p. 212).

Segundo Park e Burgess (1925), a discriminação social, o isolamento e a divisão de classe nos centros urbanos são estabelecidos por questões econômicas e pela especulação de territórios. Isso geralmente marginaliza as classes menos favorecidas economicamente. Quando uma localidade aumenta o quantitativo de habitantes, as dificuldades econômicas restringem o arranjo populacional. Com isso surgem certas porções dentro deste território maior (cidade) que possuem valores e práticas constituídas sem organização formal. São bairros marginais devido à segregação dos menos favorecidos. Isso, de certo modo, proporciona o sentimento de vizinhança e o fortalecimento dos laços sociais entre os moradores dessa região, e as características dos residentes tornam-se parte das tradições e costumes da comunidade.

Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso permite aos indivíduos passar rápida e facilmente de um meio moral para outro e encoraja a fascinante, mas perigosa, experiência de viver ao mesmo tempo em vários mundos contíguos e diferentes talvez, mas amplamente separados (Park; Burgess, 1925, p. 40).

A vivência em contextos distintos resulta na fragilização das relações sociais, ocasionando a desintegração dos laços sociais e a falta de controle social. Essa condição propicia o aumento da criminalidade e da delinquência nos ambientes urbanos, contribuindo para o surgimento da desorganização social. Quando um contexto é socialmente segregado e não é contemplado pela administração do estado, ele é um ambiente propício para comportamentos, atitudes e valores marginais. Por isso Park e Burgess (1925) defendem a ideia de que o controle social formal e informal é uma solução para os desvios de comportamentos.

Existem, no entanto, contextos e condutas criminosas que em nada se relacionam com ambientes onde há laços sociais integrados, presença de controle social e favoráveis condições econômicas, como é o caso apontado por Glenny (2008). Há, sem esgotar a lista das situações de envolvimento direto com a criminalidade, por pessoas que não se enquadram no esquema da influência de condições precárias de vida material (Scala, 2004).

2.1.3 Os desdobramentos: os estudos sobre espaço urbano e dinâmicas de crime

Existe uma relação entre desorganização social e criminalidade? Kubrin (2009) afirma que a criminalidade não está distribuída casualmente, mas se concentra em determinadas comunidades. No início do século XX, os pesquisadores Clifford Shaw e Henry McKay (1942) deram sequência ao trabalho de Park e Burgess (1925) e aperfeiçoaram a TDS ou eficácia coletiva. A meta era entender as principais características e fatores que contribuem para a concentração de crimes em determinadas localidades. Em suas descobertas, os autores apontaram que a criminalidade era persistente em bairros específicos da cidade de Chicago e não estava relacionada a indivíduos, mas à conjuntura social e ao processo de urbanização, com destaque para fatores sociais e econômicos, mobilidade residencial e heterogeneidade racial. O desgaste da ordem social e as características das localidades oportunizam situações adequadas para a proliferação da criminalidade (Kubrin; Weitzer, 2003; Walker; Zawisza, 2014).

Shaw e McKay (1969) concluíram que as más condições nos centros urbanos favorecem a degradação da ordem social, resultando em ambiente propício e adequado para o aumento sistemático da delinquência. Portanto a criminalidade violenta surge de certo modo em localidades com extrema pobreza, baixas taxas de propriedade residencial, sem infraestrutura adequada, altas taxas de mobilidade residencial, ou seja, aspectos relacionados às condições socioeconômicas, políticas e culturais. Bairros com problemas sociais e estruturais são propícios ao crime.

Esses autores afirmam que para prevenir a criminalidade, são necessárias condições socioeconômicas, políticas e culturais favoráveis e que atendam principalmente as crianças. “Qualquer grande redução no volume da criminalidade provavelmente não ocorrerá salvo quando essas mudanças afetarem as conjunturas socioeconômicas em torno das crianças nas áreas em que a criminalidade é alta” (Shaw; Mckay, 1969, p. 441).

A TDS (Shaw e Mckay, 1969) permaneceu em evidência na primeira metade do século, e a partir de 1980, foi reformulada e revitalizada. Os pesquisadores Bursik e Webb (1982) examinaram dados da pesquisa de Shaw e McKay e verificaram se o modelo da TDS clássica permaneceu executável mesmo com todas as transformações sociais e econômicas que ocorreram no período, pois, para os autores, a criminalidade e a delinquência estão associadas às mudanças no ambiente e não aos grupos.

O trabalho intitulado de *Social Disorganization And Theories Of Crime And Delinquency: Problems and Prospects* de Bursik (1988) explora e evidencia as principais críticas ao modelo de desorganização social de Shaw e McKay e apresenta novas perspectivas para a teoria. Segundo Bursik (1988), as principais críticas ao modelo de Shaw e McKay estão relacionadas às mudanças disciplinares, estabilidade nas estruturas ecológicas, aferição da desorganização social do crime, criminalidade e pressupostos normativos da desorganização social. Para Bursik (1988), as críticas à TDS proporcionaram o desenvolvimento de novos métodos e técnicas, oportunizando assim novas hipóteses que não eram analisadas anteriormente. Neste sentido Bursik (1988) destaca três:

O bairro como contexto de comportamento individual é onde o pesquisador deve buscar compreender os efeitos dos contextos da vizinhança nos processos motivacionais que podem levar à prática de um ato delinquente ou criminoso [...]. Desorganização social e vitimização: que tem o potencial de estimular e integrar totalmente duas perspectivas (desorganização social e teorias de oportunidade) que têm sido tradicionalmente vistas como explicações alternativas e concorrentes da distribuição espacial do crime e da delinquência. [...] Aspectos não recursivos do modelo de desorganização social (Bursik, 1988, pp. 542-545 - *tradução nossa*).

O autor evidencia que a TDS foi reestruturada e pode colaborar na implementação de modelos e técnicas adequadas para a resolução de problemas ocasionados pela criminalidade violenta e delinquência nos centros urbanos.

Outro trabalho desenvolvido por Bursik, o “*The Systemic Theory of Neighborhood Crime Rates*”, em conjunto com Grasmick, apresenta três níveis de controle social. O primeiro seria privado, incluindo família, vizinhos e amigos. O segundo seria a rede paroquial composta por laços sociais mais abrangentes como associações de bairros e pais, igrejas, escolas e

instituições voluntárias comunitárias. Por último, o controle ou nível público representado pelas instituições públicas, que busca a integração do público e privado e o controle formal (policciamento), permitindo a implementação de serviços básicos à comunidade. Esse controle somente terá sucesso em localidades que atingirem certo nível de estabilidade (Bursik; Grasmick 1993). Segundo Escobar (2012), o controle público seria orientado, coordenado e providenciado pelas instituições estatais visando suprir e garantir serviços e recursos para o bem-estar destas comunidades.

A TDS contemporânea foi estendida pelos pesquisadores Sampson e Groves (1989), que acrescentaram à teoria de Shaw e McKay o status socioeconômico, heterogeneidade racial, mobilidade residencial e a ruptura familiar. Eles destacaram medidas relacionadas à organização social como redes locais de amizade, participação organizacional e grupos de jovens não supervisionados (eficácia coletiva). Sampson e Groves (1989, p. 799, *tradução nossa*) afirmam que “as comunidades caracterizadas por redes de amizade esparsas, grupos de pares adolescentes não supervisionados e baixa participação organizacional possuíam taxas desproporcionalmente altas de crime e delinquência”.

Além destas variáveis, Sampson e Groves (1989) introduziram anos mais tarde a eficácia coletiva que seria a coesão social entre vizinhos com objetivos comunitários alinhados visando o bem-estar de todos. Conforme as variações dos níveis da eficácia coletiva da comunidade, maior será a capacidade de lidar com situações que prejudicam a tranquilidade social da localidade. Os autores Morenoff, Sampson e Raudenbush (2001) realizaram uma investigação empírica e testaram a teoria da eficácia coletiva. Segundo os autores, organizações instituídas pelas comunidades e laços sociais podem favorecer a eficácia coletiva, pois elas possibilitam a redução da criminalidade violenta. Destacam ainda que a dinâmica social, a desorganização social e as desigualdades socioeconômicas são variáveis relevantes para esclarecer a criminalidade violenta nos espaços urbanos. Apontam ainda que a maior parte dos crimes se concentra em localidades com desvantagem concentrada.

Segundo Morenoff, Sampson e Raudenbush (2001, pp. 519-521, *tradução nossa*), “a eficácia coletiva pode ser vista como uma extensão lógica da desorganização social [...]” que seria a insuficiência de uma rede comunitária que desenvolve princípios, regras, normas e “controles sociais eficazes”.

Em suas considerações, os autores afirmam que a dinâmica espacial, “as características estruturais internas e os processos organizacionais sociais” são indispensáveis para o entendimento do aumento e concentração da criminalidade em determinadas localidades.

Destaca ainda que “a proximidade espacial da violência, eficácia coletiva e medidas alternativas de desigualdade de vizinhança emergiram como os preditores mais consistentes de variações em crimes de homicídio [...]” (Morenoff; Sampson; Raudenbush, 2001, pp. 550-521, *tradução nossa*).

Neste sentido Stewart e Cantora (2015); Famer (2014); Sampson, Raudenbush e Earls (1997) afirmam que comunidades com alta eficácia coletiva são mais capazes de reagir à criminalidade violenta, pois existem desejos e expectativas de bem-estar social em todos. Desse modo, esse estudo evidenciou que a raiz da criminalidade violenta está relacionada a problemas como condições socioeconômicas, heterogeneidade, mobilidade residencial (SHAW e MCKAY, 1969), ruptura familiar e urbanização (Sampson; Groves, 1989). Essas variáveis estão relacionadas ao controle social formal e informal.

2.1.4 Espaço urbano e criminalidade na América Latina

A criminalidade violenta atinge todo o mundo e a América Latina não é exceção. Essa parte do globo se apresenta como uma das regiões mais violentas do mundo. Apesar disso, segundo Asmann e O’Reilly (2020), o ano de 2019 evidencia uma queda nos números apurados por indicadores dos crimes violentos, com destaque para o homicídio, o que reacendeu novas discussões acerca dos problemas ocasionados pela violência. Esse aumento está relacionado ao tráfico de drogas e à luta armada entre organizações criminosas. Neste cenário, destaca-se os indicadores de mortes violentas da América Latina em 2020, sendo que a Jamaica (46.5) lidera essa lista, Venezuela (45.6), Honduras (37.6), Trinidad e Tobago (28.2), México (27), Belize (24.3), Colômbia (24.3), El Salvador (19.7), Brasil (19.3) e Porto Rico (16.5), segundo Asmann e O’Reilly (2020).

Desse modo, pode-se afirmar que é urgente a implementação de políticas de prevenção da criminalidade violenta, principalmente nos centros urbanos. Nessa perspectiva, Pérez (2010) destaca que a desorganização social nos centros urbanos está relacionada às condições macroespaciais (desigualdades socioeconômicas), mesoespaciais (densidade populacional, comércio e tráfico de drogas, infraestrutura) e microespaciais (posse de armas de fogo e consumo de álcool).

Os crimes violentos, para Beato *et al.* (2001), são a maior causa de letalidade no Brasil e em sua maioria estão relacionados às drogas. O maior quantitativo está entre os jovens, e as mortes estão concentradas em localidades e áreas vizinhas onde o tráfico de drogas e as organizações criminosas subjagam os moradores, portanto são regiões empobrecidas pelo

tráfico. Outro indicador importante é que 1/5 dos homicídios (crime letal intencional) ocorrem em menos de 2% dos espaços urbanos, ou seja, concentração de um grande número de mortes em um determinado espaço urbano (Beato; Silva; Tavares, 2008).

Assim a prevenção e a contenção do aumento da criminalidade violenta devem ser alicerçadas por estudos e pesquisas que busquem evidenciar e correlacionar os efeitos contra o avanço no número de crimes, que fatores como agentes de segurança pública, espaços urbanos e criminalidade, quando correlacionados, ajudam a compreender.

Em sua pesquisa, Beato, Silva e Tavares (2008) investigam as implicações de uma nova modalidade de policiamento que foi introduzida pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), voltada para a administração de informação, com vista no encontro de soluções inovadoras. Esse projeto teve a participação da PMMG, centro de estudos de criminalidade e segurança pública e sociedade civil.

Neste sentido, desenvolveu-se tecnologias, instrumentos para análises de dados, organização de informações e dados das ocorrências e a criação de conselhos comunitários. Conseqüentemente a investigação utilizou essas informações e dados dos anos de 1995 a 2003. As bases foram registros sobre crimes letais intencionais, crimes não letais intencionais e contra patrimônio (Beato, Silva e Tavares, 2008).

Segundo os autores, o projeto adotado com essa nova filosofia teve resultados positivos. Enquanto [...] “o programa (projeto polícia de resultados) estava funcionando, constatou-se uma diminuição no número de crimes violentos. [...] Logo se percebe que o abandono fez com que a “tendência de crescimento se tornasse muito mais acelerada se comparada aos períodos anteriores” (Beato, Silva e Tavares, 2008, p. 705).

Para os autores, a desigualdade socioeconômica, os processos sociais e a violência são circunstâncias que poderiam justificar e explicar o aumento das taxas dos crimes violentos. Para Beato Silva e Tavares (2008), a teoria da eficácia coletiva poderia explicar esse fenômeno com base em fatores estruturais, laços sociais, fatores organizacionais e violência prévia.

Essas variáveis podem contribuir e demonstrar que a teoria da eficácia coletiva é capaz de descrever e compreender o crescimento das taxas de crimes violentos em determinadas localidades. Beato Silva e Tavares (2008, p. 708) acrescentaram a variável fatores estruturais, que se refere a um “contexto macroeconômico, aumento do desemprego, modificações na estrutura etária, desigualdade e industrialização”.

Segundo os autores, o controle social formal desempenhado pela Polícia Militar foi de suma importância para o controle da criminalidade violenta, principalmente pela nova abordagem adotada com o policiamento orientado para resultados, baseado em

georreferenciamento das ocorrências policiais. O uso de tecnologia pode contribuir na redução dos indicadores dos crimes violentos. As informações georreferenciadas também são recursos de suma importância para as tomadas de decisões. Segundo Beato, Silva e Tavares (2008, pp. 698-710);

Técnicas de gerenciamento com base em resultados firmadas no uso sistemático de informações e tecnologias de georreferenciamentos são capazes de produzir resultados positivos em termos de controle da criminalidade. As conclusões para *policy makers* são óbvias e caminham na direção de se fortalecerem experiências de policiamento preventivo em vez das ações repressivas tradicionais que têm caracterizado a atuação policial no Brasil (Beato, Silva e Tavares, 2008, pp. 698-710).

Portanto, investigações em espaços urbanos com emprego de tecnologias de informações e mapas da criminalidade georreferenciados contribuem para a implementação de políticas de prevenção e contenção de crimes violentos (Beato, Silva e Tavares, 2008).

Oliveira Rodrigues e Andreu (2013), visando identificar os determinantes da vitimização, utilizaram dados e informações sobre “pesquisa de vitimização 2005/2006” do centro de estudos de criminalidade e segurança pública (CRISP). As informações criminais são da cidade de Belo Horizonte, municípios vizinhos (MG) e mais três cidades, sendo Rio de Janeiro (RJ), Curitiba e Foz do Iguaçu (PR). Em sua investigação, os pesquisadores acrescentaram a variável *vitimização* no modelo clássico da TDS.

Logo quanto maior a desorganização social, maior a possibilidade de vitimização. Deste modo, a desorganização social nas localidades pode influenciar no aumento da criminalidade violenta nestas localidades. Os autores destacam que a infraestrutura nesses locais contribui para as chances de o indivíduo ser roubado (Oliveira, Rodrigues e Andreu, 2013).

Segundo Oliveira Rodrigues e Andreu (2013), existem diferenças nas localidades dos Estados Unidos e Brasil. Diversos bairros brasileiros com alto padrão econômico muitas vezes são vizinhos de comunidades desprovidos de infraestrutura, instituições públicas e serviços básicos, sendo muitas vezes dominados por organizações criminosas.

Os autores destacam que o controle social (formal e informal) com inclusão da variável *vitimização* em nível paroquial e público possui correlação eficiente, porém as tendências são distintas da TDS clássica. Elas apresentam os efeitos da vizinhança com destaque para a hipótese de vitimização através do desenvolvimento da coesão e da capacidade de supervisão dos jovens. Esses são os princípios fundamentados na teoria de Shaw e Mckey (Oliveira, Rodrigues e Andreu, 2013).

Os pesquisadores destacam que a variável possibilita novos campos de investigações no Brasil e oportuniza o desenvolvimento e implementação de políticas públicas para o controle social e a redução da criminalidade violenta tendo como fundamento a “organização e estrutura de bairros, cidades e comunidades como o Brasil” (Oliveira, Rodrigues e Andreu, 2013, p. 778). Já Ruiz-Pérez utilizou quatro variáveis para compreender a percepção das sociedades latino-americanas acerca da polícia e do crime: “medo do crime, vitimização, percepção da polícia e desorganização social” (Ruiz-Pérez, 2019, p. 202).

Diniz (2005) afirma que a criminalidade violenta nos centros urbanos do Brasil é o resultado das mudanças sociais nas diversas classes sociais. Destaca que esse fenômeno pode estar relacionado à “desorganização social” e à “ausência de coesão social”. Para o autor, essa teoria explica que o crime surge devido a problemas estruturais e ausência de controle social (formal e informal) e sociabilidade, princípios que estimulam e causam a “ruptura da coesão social” e “controle social” (Diniz, 2005, p. 10).

Visando entender se a TDS poderia ser examinada e testada no contexto brasileiro, Diniz (2005) pesquisa a associação entre quantitativo populacional e crimes violentos (homicídio, homicídio tentado, estupro tentado, estupro consumado, roubo, roubo à mão armada, roubo de veículos, roubo de veículos à mão armada, latrocínio, extorsão mediante sequestro e sequestro e cárcere) em Minas Gerais.

Para o autor, a falta de controle social e fatores estruturais oportunizam as práticas delituosas. Evidencia ainda que a maioria dos centros urbanos brasileiros vivenciou um intenso processo migratório (êxodo rural), modificando as estruturas sociais através do conflito de valores, crenças e aspectos culturais. Isso enfraquece a coesão social. Esse processo (migração) marginaliza a maior parte desta população que se aglomera nas periferias ou favelas, locais sem infraestrutura básica e instituições públicas. Isso favorece a desorganização social e a pobreza, ou seja, aspectos socioeconômicos (Diniz, 2005).

Diniz (2005, p. 22) cita que “os padrões espaciais bem definidos, tanto na distribuição das taxas de imigração, quanto de criminalidade violenta em Minas Gerais permitem parcialmente fazer conexão entre imigração e violência urbana”. Afirma ainda que essa correlação “positiva pode ter sido gerada por variáveis intervenientes (indicadores de desenvolvimento e riqueza) em vista que ambas respondem positivamente a esses indicadores”. Para Diniz (2005), os princípios da TDS clássica podem ser utilizados e testados no contexto brasileiro, pois são nítidos os conflitos de valores, crenças e normas culturais, desorganização social e baixa coesão social, logo necessitam de novas investigações.

Oliveira e Ribeiro (2019) destacam que os princípios da eficácia coletiva não têm resultados coesos quando aplicados nos países da América Latina principalmente em temas relacionados a controle social informal, ou seja, distúrbios ou situações adversas relacionados à segurança comunitária. Para eles, os princípios da eficácia coletiva na América Latina somente ocorrerão quando as comunidades começarem a confiar nas instituições públicas e agentes de segurança pública e desenvolverem solidariedade e confiança comunitária. Assim poderão participar e contribuir para resolução de problemas na comunidade (Oliveira e Ribeiro, 2019; Ruiz-Pérez, 2019). Neste sentido Oliveira e Ribeiro (2019) evidenciam que:

[...] a existência de uma densa rede de relações de vizinhança não seria suficiente para que uma população se mobilizasse em torno de objetivos comuns, tampouco aqueles ligados à violência e ao crime. A mensuração da capacidade de agir coletivamente buscando medidas de controle das ações desviantes parece ser o principal avanço proposto por essa vertente. [...] a desconfiança institucional pode ceifar as chances de florescimento da mobilização necessária para construção da Eficácia Coletiva e surge a suposição de que a aplicação deste conceito à América Latina carece de uma observação mais atenta da participação da confiança na Polícia e outras instituições de controle, impactando a disposição para intervir (Oliveira e Ribeiro, 2019, p. 159).

Nesta perspectiva, percebe-se a importância da inclusão de variáveis para entender os preditores da criminalidade violenta na América Latina e em especial no Brasil. Destaca-se para esta tese, a densidade populacional, desvantagem concentrada, desigualdades sociais (Diniz, 2005; Beato *et al.*, 2001; Beato, Silva e Tavares, 2008; Pérez, 2010; Escobar, 2012; Oliveira, Rodrigues e Andreu, 2013; Ruiz-Pérez, 2019; Oliveira e Ribeiro, 2019).

É necessário garantir uma parceria entre sociedade civil, instituições públicas e agentes de segurança pública (polícia). Esses agentes são os primeiros a ter contato com as comunidades e indivíduos, não apenas em situações relacionadas à criminalidade, mas em diversas situações do dia a dia (Ruiz-Pérez, 2019). No entanto, pode-se apontar que as mudanças sociais e políticas afetaram diversos países da América Latina, além da corrupção, tráfico de drogas e estruturação das organizações criminosas. Protásio dos Reis e Araújo Silva Júnior (2018) apontam a mudança religiosa, ao passo que Pessi e Souza (2017) indicam como fatores explicativos do aumento da criminalidade no Brasil o engajamento de parte da intelectualidade brasileira, na influência sobre a produção normativa das casas legislativas, de modo a gerar um afrouxamento da legislação repressiva contra a conduta criminosa.

Os teóricos citam que o termo desorganização social se refere à ausência de organização entre os indivíduos, principalmente nas comunidades, causando comportamentos desviantes e influenciando o desenvolvimento da criminalidade violenta. Para estes pesquisadores, a locomobilidade, o fortalecimento do capitalismo, o individualismo e o rápido desenvolvimento

industrial contribuíram para o rompimento das famílias tradicionais que, de certo modo, agiam como atenuantes no controle social informal (Nóbrega Júnior, 2015).

Tavares *et al.* (2016) destacam ainda que a explicação para o crescimento da criminalidade violenta;

Refere-se à incapacidade produzida por essas condições de controle da comunidade sobre o crime, o que expõe os moradores ao conflito e produz fraqueza dos vínculos sociais, falta de aderência às normas e instabilidade, conduzindo ao crime e ao homicídio. Essa teoria coloca a explicação do crime no ambiente, localizando-o em comunidades pobres e desorganizadas. Daí sua qualidade de teoria ecológica. Destaca ainda que [...] a associação perversa entre essa rede de atividades ilegais, a urbanização acelerada acompanhada de desenvolvimento econômico insuficiente e desigual e a pobreza resultante são responsáveis por grande parte dos homicídios de jovens que ocorrem no país (Tavares, 2016, p. 929).

Carvalho (2020) afirma que, na realidade brasileira das áreas economicamente mais pobres e de densidade populacional mais elevada, conhecidas por “favelas”, esse tipo de estratégia de drogadição dos jovens foi posto em prática, com a finalidade de modificação das lealdades, de modo a alterar o senso natural de patriotismo, pondo em seu lugar a lealdade aos responsáveis pela inserção e manutenção do tráfico de drogas nesses ambientes, disso resultando o enfrentamento armado à polícia e outras sequelas.

Adorno (2002) descreve a sociedade brasileira como cada vez mais densa e complexa em suas relações de classe, interações interpessoais e lutas sociais pelo reconhecimento de identidades e direitos. Ele destaca que a concentração de renda e as desigualdades sociais no país permanecem inalteradas desde os anos 1960. Afirma que é perceptível que essas disparidades têm se expandido na mesma medida em que a sociedade brasileira se desenvolve, especialmente nos centros urbanos. Com esse desenvolvimento, ocorreu o estabelecimento de desordem e desorganização social, resultando no aumento da criminalidade violenta (Adorno, 2002). Ademais, o autor salienta que organizações criminosas têm provocado diversos problemas na sociedade, especialmente em regiões desprovidas da presença do Estado. Ele afirma que essas organizações são responsáveis por:

[...] a desorganização das formas tradicionais de sociabilidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, têm grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva. [...] sendo que o alvo preferencial dessas mortes compreende adolescentes e jovens adultos masculinos em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas. [...] Mas os jovens também comparecem como autores da violência (Adorno, 2002, pp. 88-94).

Adorno (2002) também aponta que a maior parte dos crimes de homicídios ocorrem em localidades com problemas relacionados à estrutura cultural e social, especialmente em

periferias dos grandes centros urbanos. Afirma ainda que comunidades com pouca infraestrutura, posse irregular dos espaços urbanos, ausência de serviços públicos e instituições de controle formal tornam-se locais vulneráveis ao aumento da criminalidade violenta.

Nóbrega Júnior (2015) afirma que a TDS foi desenvolvida nos Estados Unidos, com destaque para Shaw e Mckay (1929). Segundo esses autores, a criminalidade violenta é consequência de fatos relacionados à coesão social. Disfunções relacionadas com o aumento desorganizado dos centros urbanos, segregação espacial, infraestruturas precárias, tráfico de drogas, migração e famílias desestruturadas estariam na raiz da violência e da delinquência, bem como da criminalidade.

Os teóricos citam que o termo desorganização social está relacionado à falta de ordenamento entre os indivíduos, principalmente nas comunidades, causando assim, comportamentos desviantes e influenciando o desenvolvimento da criminalidade violenta. Para estes pesquisadores, a locomobilidade, o fortalecimento do capitalismo e o individualismo, acompanhado pelo rápido desenvolvimento industrial, contribuíram para o rompimento das famílias tradicionais, que, de certo modo, agiam como facilitadores no controle social informal (Nóbrega Júnior, 2015).

De acordo com Tavares *et al.* (2016), a TDS se correlaciona positivamente com diversos problemas socioeconômicos como desemprego, falta de moradia, diversidade cultural e étnica. Esclarece ainda que o crescimento da criminalidade violenta está relacionado a tais fatores, porque “a associação perversa entre essa rede de atividades ilegais, a urbanização acelerada acompanhada de desenvolvimento econômico insuficiente e a pobreza resultante é responsável por grande parte dos homicídios que ocorrem no país” (Tavares, 2016, p. 929).

Para Cerqueira e Lobão (2004), a TDS desenvolve-se em torno de fatores estruturais em localidades afetadas pela criminalidade violenta e ausência de controle social (formal e informal): “Portanto, um complexo sistema de redes de associações formais e informais, de relações de amizade, parentesco e outras que, de alguma forma, contribuam para o processo de socialização e aculturação do indivíduo” (Cerqueira; Lobão, 2004, p.238).

Em suas descobertas, Sachsida e Mendonça (2013) evidenciam que: reduzir a desigualdade de renda não garante a redução dos homicídios; em termos de desemprego, não está claro se os homicídios diminuem; homens adultos mais jovens, podem levar a um aumento nos homicídios; um aumento de 10% nos homicídios corresponde a um aumento de 9% aumento no ano seguinte; um aumento de 10% no encarceramento reduz a taxa de homicídios em cerca de 0,5% no ano seguinte. Ao longo de 10 anos, um aumento inicial de 10% na taxa resultaria em um declínio de 3,3%; um aumento de 10% no número de policiais militares e civis

se traduziria em uma redução de 0,8 a 3,4% nos homicídios no ano seguinte. A longo prazo, esse valor pode variar entre 5,2% e 22,1% (Sachsida; Mendonça, 2013).

No entanto, por ser um país continental, a criminalidade é multicausal, e cada região possui características distintas, que explicam os determinantes das taxas de homicídio. Nesse sentido, Sachsida e Mendonça (2013) evidenciam uma característica importante da região Sudeste, um aumento de 1% nas taxas de prisões reduz as taxas de homicídios em cerca de 14%. O aumento de 1% na presença policial reduz apenas de 0,38%. Destacam ainda, que o aumento do desemprego nessa região aumenta o número de homicídios. No Centro-Oeste, no entanto, ocorre o oposto, mais desemprego, menos homicídios.

Em relação às regiões Norte e Nordeste do Brasil, Sachsida e Mendonça afirmam que, “nos estados do Norte, um aumento na taxa de encarceramento implica mais homicídios” (Sachsida; Mendonça, 2013, p. 30). Portanto, mais encarceramento, mais mortes violentas.

Sachsida e Mendonça (2013) asseveram que, não são necessárias grandes mudanças sociais para reduzir as taxas de homicídio. No entanto, prender infratores e fortalecer o policiamento preventivo são políticas públicas eficientes para reduzir os índices de mortes violentas. Dessa forma, prender criminosos e aumentar a presença policial são estratégias importantes para combater o crime. Ao contrário da doutrinação de vários especialistas, prender criminosos é fundamental para reduzir a violência (Sachsida; Mendonça, 2013).

Em seu estudo, Sousa, Cunha e Bondezan (2020) analisaram a dependência espacial da criminalidade urbana no estado do Paraná e seus possíveis determinantes. Dentre as variáveis, eles elegeram a denominada como crimes violentos letais intencionais (variável “homicídio”), e indicadores socioeconômicos e demográficos (composta por “densidade demográfica”, “coeficiente de Gini”, “taxa de desemprego”, “proporção de jovens do sexo masculino”, proporção de lares cujas “mães são chefes de família” e “proporção de estudantes com atraso escolar”).

Os autores argumentam que, apesar das melhorias nos indicadores socioeconômicos, os homicídios aumentaram. Segundo os autores, o Paraná é um dos primeiros estados do Brasil em termos de Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Gini. No entanto, houve um aumento acentuado das mortes violentas.

Essa constatação por parte de Sousa, Cunha e Bondezan (2020) segue na mesma direção dos resultados das pesquisas realizadas por Samenow (2020), que entrevistou detentos em regimes penitenciários e afirmou que “os pais têm muito menos influência no desenvolvimento psicológico de uma criança do que normalmente se supõe” (Samenow, 2020, p. 38).

Sousa, Cunha e Bondezan (2020) coletaram os dados de homicídios no Sistema de Informações sobre Mortalidade (DATA SUS – SIM - CID-10 códigos X85 até Y09). Afirmam que utilizaram essa fonte, tendo como fator as possíveis subnotificações dos crimes por parte dos órgãos do Estado. Em relação aos indicadores socioeconômicos no IBGE.

Em suas discussões, apontaram as diferentes características dos municípios paranaense, que evidenciam aspectos de vulnerabilidade social e econômica, bem como a relação de mães como chefe de família, desemprego e atrasos na escolaridade, que de certo modo, contribuem para esclarecer a concentração e aumento dos homicídios em alguns lugares.

Segundo Sousa, Cunha e Bondezan (2020), quanto maior a concentração de renda, mais homicídios, isso quando o coeficiente de Gini é positivo. Também destacou que o aumento do desemprego representa um aumento nas taxas de homicídio. Para corroborar seus achados, os autores destacam a pesquisa realizada por Plassa, Paschoalino e Santos (2017), que mostrou que a desigualdade de renda, o desemprego e a urbanização estão positivamente associados ao homicídio.

Esclarecem que densidade demográfica, população de homens na faixa etária de 15 a 29 anos, desistência escolar e desestrutura familiar apresentam correlação positiva com o aumento taxas de homicídios. “Famílias cujas mães são chefes de família elevam em aproximadamente 0,23% a criminalidade”. Segundo os autores um importante fator é que a educação favorece a redução da criminalidade (Sousa; Cunha; Bondezan, 2020, p.275).

Em suas considerações finais e conforme as evidências encontradas Sousa, Cunha e Bondezan (2020) expõem que regiões com maior concentração populacional, principalmente de jovens adultos e homens, com desigualdade socioeconômica, “altas taxas de desemprego e atraso escolar, tendem a apresentar as maiores taxas de homicídios” (Sousa; Cunha e Bondezan, 2020, p.276).

Desse modo, a criminalidade violenta manifesta-se como consequência de efeitos indesejáveis na organização dessas relações sociais comunitárias e de vizinhanças. A criminalidade por si só pode conduzir a um simultâneo colapso demográfico e um esgarçamento das estruturas de controle informais e da capacidade de mobilização das comunidades o que, por seu turno, levaria a mais crimes. Para os autores, a criminalidade violenta surge devido aos efeitos adversos na organização das comunidades, indicadores sociais, econômicos e culturais.

2.1.5 Variáveis da Teoria da desorganização social contemporânea

Levando em consideração as principais descobertas e justificativas para o aumento da criminalidade violenta no Brasil, fenômeno que provoca medo, desordem e principalmente sofrimento para as pessoas, acredita-se que a teoria desorganização social apresenta algumas características catalisadoras que contribuem para a compreensão da dinâmica da taxa da criminalidade quais sejam: status socioeconômico, heterogeneidade racial, mobilidade residencial, ruptura familiar, urbanização e eficácia coletiva.

Essas características de certo modo favorecem a desestruturação das comunidades e as normas, crenças e valores (Bruinsma *et al.*, 2013). Desse modo, o entendimento destes fatores é de suma importância para a implementação de políticas públicas visando prevenir a criminalidade e suas interfaces.

É importante frisar que a TDS se concentra em espaços urbanos locais que podem produzir circunstâncias adequadas ou não à criminalidade violenta. Contudo é importante destacar que os teóricos da TDS observaram que normas sociais estáveis e compartilhadas guiam os comportamentos dos indivíduos. Eles destacam que o estado de desorganização social resulta na perda de influência sobre o comportamento dos indivíduos, especialmente entre os residentes de áreas "intersticiais" mais baratas e menos bem cuidadas, onde a desorganização é mais prevalente.

Essa desorganização é influenciada por variáveis econômicas e comportamentais. Além disso, as instituições e padrões convencionais, que geralmente garantem o controle social, perdem sua hegemonia nessas áreas. A miséria em si não é vista como a geradora de violência, mas sim a desordem normativa que a acompanha, especialmente em regiões onde a rotatividade constante da população dificulta a estabilização das relações sociais.

Nesse sentido serão apresentados conceitos e princípios das seguintes dimensões: *status* socioeconômicos, heterogeneidade racial, mobilidade residencial, urbanização, destacando assim a necessidade de estudos e investigações relacionados a esses temas.

2.1.5.1 Status socioeconômico

O status socioeconômico na TDS tem sido a principal variável utilizada por pesquisadores para relacionar taxas de criminalidade com delinquência. As principais dimensões discutidas são: educação, renda, ocupação e moradia. Portanto localidades desfavoráveis e com baixo status socioeconômico terão diversos problemas (Sampson e

Groves, 1989) entre eles violência, moradia inadequada, desemprego e baixa escolaridade (Reis, Uchimura e Oliveira, 2013).

A desigualdade social, de renda promove diversos problemas sociais, entre eles o crime. Porém, não se pode afirmar que somente esse indicador é suficiente para estabelecer esta correlação com o crime principalmente em países da América Latina. Reyes (2012) pesquisou a criminalidade violenta na cidade de Santa Adriana, no Chile, que, segundo a pesquisadora, sofre com o aumento sistemático de crimes. Afirma que o nível social, econômico e cultural são condições necessárias e importantes em localidades para o enfrentamento do crime e das desigualdades sociais. *“Si bien las desventajas socioeconómicas son factores determinantes en el desarrollo del mercado de la droga y de otras actividades delictivas, existen variables de carácter cultural y social que inciden en su arraigo”* (Reyes, 2012, p. 310).

Outra pesquisa que tem por tema a América Lática é o estudo de Escobar (2012). Ele investigou os efeitos da desvantagem social e a habilidade das localidades em adquirir apoio das instituições públicas visando diminuir os crimes violentos em nível comunitário em Bogotá, Colômbia. Segundo ela, a concentração da desvantagem social está relacionada ao acúmulo espacial de pessoas com baixo nível educacional, desemprego, desorganização familiar e renda em um número reduzido de localidades dentro de um centro urbano (cidade).

Segundo a pesquisadora, sua investigação contribui para o entendimento da ecologia do crime fora dos Estados Unidos. A autora destaca três importantes evidências a favor de pesquisas na América Lática, utilizando como fundamento a teoria da eficácia coletiva. Para Escobar (2012), as organizações criminosas e o conflito são elementos secundários, e a desvantagem social e a exclusão social são mais prejudiciais que a presença de grupos criminosos. Em segundo, a importância de estudos em países em desenvolvimento principalmente latino-americanos. E em terceiro lugar, a necessidade de controle social formal, serviços e estruturas básicas.

A criminalidade violenta se desenvolve em localidades sem infraestruturas e serviços básicos, possibilitando o aumento das taxas de crimes. Esse crescimento afeta toda a estrutura organizacional da comunidade. É de suma importância o envolvimento das instituições públicas e comunidade para diminuir a exclusão social principalmente relacionada as desigualdades sociais e econômicas. Logo o Estado e sociedade juntos devem programar ações com foco em assegurar o bem-estar e qualidade de vida digna para todos (Escobar, 2012; Reyes, 2012).

2.1.5.2 Heterogeneidade racial

Uma das principais variáveis da TDS é a heterogeneidade racial que, segundo pesquisas (Shaw; McKay, 1942), seria um preditor da incapacidade de os moradores das comunidades concordarem ou pensarem de comum acordo sobre determinados assuntos de interesse da coletividade. A diversificação étnica dificulta o diálogo e diminui a capacidade de aceitar os problemas e situações da comunidade como um grupo coeso. Acredita-se que comunidades com altos níveis de diversidade étnica e linguística não tenham a capacidade de empreender e partilhar valores comuns e controle informais, o que pode contribuir para surgimento e crescimento da delinquência (Sampson; Groves, 1989; Sampson; Raudenbush; Earls, 1997; Porter; Capellan; Chintakrindi, 2015).

Sampson e Groves (1989) e Bruinsma *et al.* (2013) apontam que a heterogeneidade étnica tem significância para as taxas de criminalidade, contudo não exerce função na explicação no quantitativo de criminosos. Já em relação a homicídios, essa relação é negativa (Sampson, Raudenbush; Earls, 1997; Triplett, Sun; Gainey, 2005).

De certo modo a heterogeneidade por si só não é suficiente para o aumento da criminalidade. Ela precisa estar relacionada a outros fatores, contudo ela possibilita o aumento da desorganização social, contribuindo para a diminuição do controle social. Kubrin e Weiter (2003) e Kubrin (2009) destacam que a mobilidade residencial e a heterogeneidade étnica enfraquecem os laços sociais e o controle social informal possibilitando o aumento da criminalidade tendo em vista a falta de interação social entre os indivíduos da comunidade.

2.1.5.3 Mobilidade residencial

A mobilidade residencial é representada pela locomoção ou mudança de residência pelos indivíduos, seja pela aquisição de uma nova residência ou necessidades individuais. A mobilidade residencial é um dos principais fatores que contribuem para o arranjo das pessoas em uma cidade, produzindo a composição social e demográfica dos indivíduos em determinadas comunidades. Essas mudanças estão associadas ao status socioeconômico do indivíduo (Carrasco; Rubies, 2010).

Escobar (2012) afirma que a mobilidade residencial compromete as interações sociais, afetando de maneira negativa os laços sociais, as redes de amizade e principalmente a confiança mútua entre os residentes. Ela possibilita desvios e atos delinquentes. A mobilidade residencial pode contribuir para o aumento da criminalidade, contudo precisa estar

correlacionada a outros indicadores, ou seja, a mobilidade influencia o aumento da criminalidade de maneira indireta (Kubrin, 2009; Porter; Capellan; Chintakrindi, 2015).

A mobilidade residencial é um fenômeno comum em sociedades em desenvolvimento, mas alguns crimes aceleram esse processo, pois as pessoas querem viver em comunidades pacíficas e tranquilas, com infraestrutura adequada e serviços de qualidade. Kubrin e Weiter (2003) destacam que os tipos de crimes motivam os níveis de mudanças e flutuações de moradores em determinadas comunidades. Eles apontam que os crimes letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte) cometidos na rua predis põem os residentes a mudar mais que os feminicídios. Desse modo afetam a composição social e o amadurecimento das interações sociais entre os moradores.

A ruptura familiar, a diminuição dos controles sociais, as mudanças constantes e a falta de estabilidade residencial afetam a estruturação dos laços sociais e diminuem a eficácia coletiva, influenciando no controle social (formal e informal). A estabilidade residencial é de suma importância para a promoção das interações sociais, porque fortalece os vínculos sociais e as relações paroquiais dentro destas comunidades (Sampson; Raudenbush; Earls, 1997; Crum, 2013; Wickes, 2017).

2.1.5.3 Urbanização

Dentro dos estudos da ecologia social, a urbanização é tratada como fenômeno social em que as cidades se desenvolvem, e os indivíduos se deslocam para essas localidades visando oportunidades econômicas e qualidade de vida. De acordo com Abu-lughod (1977), esse processo ocorreu basicamente no início do século XX com a industrialização e a necessidade de força de trabalho nos centros urbanos, pois os polos industriais estavam centralizados nas cidades. Destaca ainda que a urbanização e a industrialização deveriam desenvolver-se juntas proporcionando uma qualidade de vida melhor para seus habitantes.

Esse cenário teórico não se concretizou, pois, a maioria dos imigrantes (população rural) não possuía habilidades e conhecimento para exercer atividades nas indústrias. Assim o crescimento industrial não acompanhou o processo de urbanização, e as oportunidades de emprego não eram supridas (Abu-Lughod, 1977).

O crescimento e a expansão das cidades modificaram as estruturas sociais e urbanas. Desse modo, a urbanização acelerada diminuiu as redes locais (parentesco e amizade), dificultando a atuação da comunidade em assuntos locais (Abu-Lughod, 1977; Soh, 2012; Bustillo et al., 2015; Bustillo; Velloso, 2016). Percebe-se que o processo de urbanização pode

contribuir para a desorganização social e outros fatores correlacionados podem favorecer a criminalidade.

Segundo Tsushima (1996), a urbanização acelerada, alta mobilidade residencial e industrialização favorecem a criminalidade. Afirma ainda que a desorganização social não é fruto da convivência nos centros urbanos, contudo as interações sociais e exposição a desvios podem modificar as condutas dos indivíduos tendo em vista a possibilidade do anonimato e a liberdade instigarem indivíduos ou grupos a praticar atos delituosos.

Neste sentido Soh (2012) evidencia que a criminalidade é decorrente das interações sociais dos indivíduos e que o crescimento urbano desorganizado possibilita diversas tipologias de crimes e desvios uma vez que as cidades são centros de desigualdades sociais e econômicas. A criminalidade é evidente em locais com modificações socioeconômicas rápidas. Portanto a exclusão social contribui para o desgaste da organização social das comunidades, afetando os laços sociais, as redes de amizade e a rede paroquial (Tsushima, 1996; Bustillo; Velloso, 2016).

Nota-se que os principais argumentos apresentados pela TDS ou eficácia coletiva evidenciam o controle social informal e formal, ou seja, a falta de habilidade e eficácia das comunidades de resolverem situações e problemas comuns principalmente relacionados à criminalidade violenta. Evidencia ainda sua importância para o entendimento da distribuição da criminalidade por regiões geográficas. Ao longo deste capítulo percebe-se que a desorganização social é uma peculiaridade dos espaços urbanos e em especial os bairros.

Status socioeconômico, mobilidade residencial, heterogeneidade, urbanização e outros fatores ecológicos somente afetam de maneira indireta, pois elevam a desordem social e contribuem para a redução do controle social. Portanto as particularidades da localidade e da delinquência não estão correlacionadas (Kubrin, 2009).

2.2 Criminalidade violenta no Brasil

Esta subseção está dividida em cinco partes. A primeira destaca os principais pesquisadores e investigações empíricas realizadas no Brasil. A segunda apresenta instrumentos, procedimentos, técnicas e os dados utilizados nas pesquisas. Já na terceira parte, aponta-se os principais fatores que podem contribuir para reduzir a criminalidade violenta e a quarta seção contém esclarecimentos acerca de fatores que podem contribuir para o aumento da criminalidade violenta e a última as considerações do pesquisador.

2.2.1 As pesquisas criminológicas

As pesquisas relacionadas à criminalidade violenta possuem diferentes perspectivas teóricas, e seus resultados são complexos e variáveis. Para Cerqueira e Lobão (2004), o entendimento das principais teorias criminológicas é importante para o desenvolvimento de pesquisas na área da criminalidade violenta visando a implementação de políticas públicas para preservação da ordem social. Destaca ainda que é indispensável a compreensão de fatores “específicos” e “fictícios”, bem como a participação das instituições públicas (controle formal) e comunidade (controle informal) na preservação da paz social. Na verdade, a criminalidade violenta “tem explicações multivariadas” (Nóbrega Júnior, 2015, p. 85).

Neste sentido, Corrêa e Lobão (2019) evidenciam que apesar de ocorrer melhoria dos indicadores sociais no Brasil, os crimes de homicídios aumentaram. Visando entender esse crescimento sistemático das mortes, os autores verificaram a correlação dessas mortes violentas com o tráfico de drogas. Os autores argumentam que a criminalidade violenta está mais relacionada à questão de conflitos entre organizações criminosas envolvidas com o tráfico de drogas. Elas usam métodos cruéis para manter-se nas comunidades onde não há infraestrutura adequada e sistemas de controle formal.

Os autores destacam a abrangência e a complexidade do conceito de pobreza, que muitos pesquisadores apontam como um dos principais mecanismos para violência. Como referência, Corrêa e Lobão (2019) apontam o entendimento de Schwartzman (2004); Reis e Schwartzman (2004); Sen (2008) e Santos (2015) para definir o conceito de pobreza, que não significa somente insuficiência da renda, mas fatores como a perda de bem-estar, cidadania, proteção social, desigualdade no acesso aos bens e aos serviços públicos, distribuição espacial desigual, educação.

Já Beato e Zilli (2012) apontam a importância de se entender como ocorre o desenvolvimento e estruturação das facções criminosas para se compreender as ações da criminalidade violenta e poder implementar ações efetivas no combate aos crimes violentos. Em geral, as comunidades carentes, desprovidas de serviços básicos, com degradação urbanística e ambiental, serviços da administração pública insuficiente, segregação e exclusão socioespacial são dominados por “grupos criminosos”.

Ramão e Widi (2010) descrevem que a violência e a criminalidade são temas cada vez mais debatidos no cenário regional e nacional, pois com a mesma intensidade com que as sociedades se desenvolvem, ambas (violência e criminalidade) crescem, atingindo os mais variados segmentos da população. Para os autores, os crimes violentos têm crescido nos centros

urbanos de modo acentuado, no mesmo ritmo ou compasso do processo de urbanização, e são causados por razões individuais e estruturais.

Ramão e Widi destacam os estudos de Zaluar (1999); Adorno (2002); Cardia, Adorno e Peloto (2003); Hugus (2004); Souza (2004); Moura (2004); Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005) e Silva (2006) para justificar e apoiar sua pesquisa. Nas últimas décadas, esses autores têm trazido essa problemática para discussões e debates em várias frentes e apresentam as principais implicações da criminalidade violenta para o desenvolvimento regional e sua correlação com atividade econômica, indicadores socioeconômicos, desigualdade social e estrutural, insegurança, medo, condições precárias de moradia e estrutura urbana.

Esses autores inicialmente destacam a falta de pesquisas que considerem a distribuição espacial da criminalidade em relação à estrutura urbana municipal, e a falta de consideração dos efeitos espaciais na análise. Eles afirmam que a criminalidade é um elemento importante para compreender a segmentação do espaço urbano e a divisão das redes de relações sociais, e que isso contribui para a segregação dos espaços urbanos e o aumento da criminalidade violenta.

Além disso, apontam que a violência decorre de vários fatores, como atributos individuais e do contexto social, desigualdades socioeconômicas, infraestrutura e serviços urbanos. Nos últimos anos, a criminalidade tem transformado a concepção social sobre a violência nos centros urbanos, levando ao surgimento de várias correntes de investigação e campos de pesquisa no plano da existência cotidiana e da análise sociológica. Nesse contexto, Silva (1999) destaca o tráfico de drogas como responsável pela crescente organização da criminalidade urbana e a complexa reprodução da criminalidade violenta no Brasil, que se manifesta em atos contra a integridade física e a propriedade privada.

É indispensável revelar a natureza histórica da experiência social de insegurança individual, física e patrimonial. Argumenta que o aumento da criminalidade violenta transpôs a precariedade das instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública, deixando de ser somente um “caso de polícia”, ou seja, ações repressivas, passando a incluir a sociedade civil, comunidade, órgãos municipais, estadual e federal para discussões mais amplas sobre o tema. Para Silva (1999), o conhecimento empírico dominante da criminalidade violenta é reconhecidamente superficial e fragmentado, e alguns autores politizam a questão.

Zaluar e Barcellos (2013) discutem a teoria ecológica e se este modelo pode explicar por que algumas comunidades do Rio de Janeiro têm índices elevados de homicídios levando em conta diversos fatores como distribuição espacial, comportamentos, condições socioeconômicas e controle social. Zaluar e Ribeiro (2009) argumentam em favor da teoria da

eficácia coletiva como mecanismo de coesão social para redução da criminalidade. Ou seja, a participação da comunidade e instituições públicas como instrumentos para diminuir os índices criminais.

Beato, Silva e Tavares (2008) afirmam que as discussões acerca das políticas de segurança pública têm foco em três princípios: criminalidade urbana, espaço urbano e polícia. Os principais pontos discutidos em conferências envolvem a função da polícia e os impactos dela no controle da violência. Esses teóricos apresentam o modelo ecológico para explicar a centralização dos crimes em espaços urbanos com o seguinte questionamento: por que algumas comunidades (bairros, quadras, setores) têm altas taxas de criminalidade? E defendem que os espaços urbanos são catalisadores das desigualdades socioeconômicas, marginalização espacial e de concentração de crimes. Para eles a abordagem ecológica de Robert Park, em conjunto com tecnologias de georreferenciamento permitem uma análise cuidadosa, possibilitando assim ações planejadas das instituições policiais.

As políticas públicas e projetos em segurança pública devem ser conduzidos e implementados entendendo as características e conjunturas das comunidades, com a participação das organizações públicas, comunidade e sociedade civil. O trabalho desses autores é o primeiro da América Latina que busca entender a influência e o modelo adotado pelas polícias sobre taxas de criminalidade em espaços urbanos.

Beato (1999) evidencia que a criminalidade violenta tem impactos em todas as esferas da sociedade, desde a qualidade de vida da população até o desenvolvimento econômico e a imagem do país no cenário internacional. Segundo o autor, as políticas públicas de segurança devem ir além da abordagem repressiva, incluindo a prevenção e a promoção da cidadania como medidas fundamentais para enfrentar a violência urbana. Ele destaca ainda a importância da participação ativa da sociedade civil na formulação e implementação dessas políticas, como forma de garantir a legitimidade e efetividade das ações.

Nesta perspectiva, Beato (1999) argumenta que a resolução da disfunção social se torna cada vez mais difícil com o surgimento de grupos criminosos organizados, também conhecidos como "facções criminosas", que possuem uma estrutura hierárquica e formam grupos com fins lucrativos. Esses grupos criminosos se estabelecem em comunidades e locais com pouco ou nenhum controle social (formal e informal), subjugando os indivíduos nestas localidades. A criminalidade violenta ocorre em locais geograficamente circunscritos, ou seja, locais que oferecem ou dispõem de facilidades ou oportunidades para os atos delituosos.

Beato Filho (1998) destaca a importância do estudo da distribuição espacial, que tem uma longa tradição nos estudos das ciências sociais, com destaque para Durkheim (2007b),

Shaw e Mackey (1942), Newman (1972), Loftin e Hill (1974), Messner (1980), Brantingham e Brantingham (1981), Blau e Blau (1982), Evans (1995), Muray (1995) e Erick (1997). Essas pesquisas falam sobre "espaços defensivos", "geografia do crime", "estratégias de policiamento em espaços urbanos", crimes e "estruturas socioeconômicas".

Para Beato Filho (1998), a análise, investigação e estudos espaciais são importantes para a estruturação e implementação de políticas de combate à criminalidade, pois eles mostram os comportamentos, descrevem e determinam o movimento da criminalidade nos espaços urbanos. Esses movimentos podem ser explicados pela teoria das oportunidades do crime. Fenômenos cuja origem se deve a fatores de natureza econômica, como privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização, são estímulos decisivos para o comportamento criminoso.

Beato Filho (1998) ressalta que a abordagem espacial apresenta limitações, como o nível de agregação das taxas de criminalidade e a definição de comunidade. Por outro lado, Ferreira, Lima e Bessa (2009) destacam que mudanças nas estruturas demográficas, sociais e econômicas, além de políticas públicas efetivas, podem influenciar a trajetória da criminalidade violenta no Brasil. No entanto, Cano (2006) aponta a falta de critérios na elaboração e implantação dessas políticas, o que pode levar à descontinuidade dos projetos e ao estabelecimento de organizações criminosas em outras localidades.

Por fim, Peixoto, Lima e Durante (2004) defendem a necessidade de um novo pensar metodológico que possa descrever as diversidades regionais e multicausais do crime e da violência, a fim de desenvolver políticas públicas efetivas que tragam a sensação de segurança à população. Assim, é fundamental ultrapassar o empirismo e desenvolver novos métodos e técnicas de pesquisa.

As pesquisas sobre a criminalidade violenta possuem diferentes perspectivas teóricas e resultados variáveis. Compreender as principais teorias criminológicas é importante para desenvolver pesquisas nessa área e implementar políticas públicas para preservar a ordem social. Além disso, é fundamental entender fatores específicos e fictícios, bem como a participação das instituições públicas e da comunidade na preservação da paz social.

Muitos pesquisadores apontam a pobreza como um dos principais mecanismos para a violência, e a estruturação das facções criminosas também é importante para combater a criminalidade violenta. A violência e a criminalidade afetam diferentes segmentos da população em sociedades em desenvolvimento, e são elementos importantes para entender a segmentação do espaço urbano e a divisão das redes de relações sociais, contribuindo para a segregação dos espaços urbanos e o aumento da criminalidade violenta.

A violência decorre de vários fatores, como atributos individuais e do contexto social, desigualdades socioeconômicas, infraestrutura e serviços urbanos. A criminalidade tem transformado a concepção social sobre a violência nos centros urbanos, levando ao surgimento de várias correntes de investigação e campos de pesquisa no plano da existência cotidiana e da análise sociológica.

2.2.2 Algumas pesquisas de campo já realizadas no Brasil

Esta subseção apresenta um panorama das principais investigações empíricas sobre a criminalidade no Brasil, desta maneira, Beato, Silva e Tavares (2008) pesquisaram a evolução dos crimes violentos na cidade de Belo Horizonte em três períodos distintos (1995-2000; 2001-2003; 2002- 2003), período de referência “1”, de intervenção “2” e período de retorno “3” ao policiamento tradicional executado no período 1, visando entender o crescimento da criminalidade e a importância do policiamento proativo para a redução das taxas de crimes violentos.

Beato (1999) desenvolveu seu trabalho no Estado de Minas Gerais, buscando entender a dinâmica da criminalidade violenta e se estes atos delituosos se configuram da mesma maneira nos pequenos municípios do Estado. Reis e Beato (2000) estudaram a incidência de crimes violentos e o desenvolvimento regional com base na teoria das oportunidades. A pesquisa foi desenvolvida em cidades do estado de Minas Gerais. Nas cidades examinadas, foram registradas ocorrências de crimes violentos e observados dados para variáveis socioeconômicas. Segundo os autores, o Brasil possui graves problemas socioeconômicos e desigualdade social em todas as regiões. Apesar de ocorrer algumas melhorias nesses indicadores e estabilidade das instituições políticas, os crimes violentos se alastraram principalmente nos centros urbanos.

Silva (1999) conduziu uma análise da organização social da violência contemporânea nas grandes cidades brasileiras, explorando a relação entre a crise institucional e a formação de grupos criminosos que afetam diferentes estados do Brasil. O autor sustenta que o crescimento sistemático da criminalidade violenta está intrinsecamente ligado à crise do Estado e à consolidação das facções criminosas. Ele ressalta a ausência de um controle social persistente na constituição do Estado brasileiro.

Ademais, Silva (1999) argumenta que a ineficiência do Estado não se limita apenas ao aspecto social, mas também seletivamente territorial, impactando de forma mais intensa as áreas empobrecidas das cidades, que se tornam espaços privilegiados para a atuação do crime organizado. Nesse contexto, as favelas surgem como uma representação socialmente percebida

das áreas degradadas, reforçando as avaliações tradicionais sobre a forma urbana, agora embasadas em novas perspectivas.

Silva (2004) destaca que a violência tem repercussões profundas nas estruturas sociais. Em seu estudo sobre "sociabilidade violenta", o autor discute e apresenta diversos argumentos que explicam a incidência de crimes violentos no Rio de Janeiro, levando em consideração a desorganização social na região e a ineficácia dos mecanismos de controle estatal. Ele evidencia como esses fatores contribuem para a propagação da criminalidade na cidade.

Em resposta a essa problemática, Peixoto, Lima e Durante (2004) desenvolveram um trabalho com o objetivo de estabelecer uma padronização nas pesquisas sobre criminalidade violenta no Brasil. Eles propuseram metodologias de análise espacial e temporal da criminalidade, bem como dos crimes relacionados às dimensões do espaço e do tempo. Através dessas abordagens, foram capazes de especificar as dinâmicas e as relações causais da violência nos espaços urbanos, fornecendo uma base sólida para futuras investigações nessa área.

Por sua vez, Ferreira, Lima e Bessa (2009) investigaram os fatores, ações e políticas públicas implementadas no Estado de São Paulo que resultaram em uma redução nos índices de criminalidade violenta ao longo da última década. Essa pesquisa é fundamental, pois oferece insights valiosos sobre as medidas que têm se mostrado eficazes no combate à violência. Os autores acreditam que os resultados obtidos podem contribuir para o aprimoramento das ações de segurança não apenas em São Paulo, mas também em outras regiões, estados e municípios do Brasil, visando a redução da criminalidade violenta em âmbito nacional.

Já Ramão e Wadi (2010) realizaram uma pesquisa com o objetivo de compreender a disposição dos crimes violentos na cidade de Cascavel, Paraná, uma vez que ocorriam de forma dispersa em todo o perímetro urbano. Segundo os pesquisadores, é de suma importância entender as dinâmicas espaciais da criminalidade violenta e suas especificidades. Esse estudo lança luz sobre os padrões e os fatores que contribuem para a ocorrência de crimes violentos em Cascavel.

Da mesma forma, Corrêa e Lobão (2019) investigaram a distribuição espacial da criminalidade violenta letal na cidade de Belém, no estado do Pará. Os autores apresentam um panorama da realidade socioeconômica do município de Belém, que teve uma melhora nos últimos anos. No entanto, a criminalidade violenta teve um crescimento assustador, com a taxa de homicídios saindo de 25,9 para 54,4 por 100 mil habitantes, uma das mais altas do Brasil. Os autores afirmam que o arranjo espacial dos homicídios por bairros, percebido entre os anos de 2013 a 2015, não está relacionado apenas à pobreza/vulnerabilidade social, educação, analfabetismo e infraestrutura, mas também ao aumento do tráfico de drogas naquela

localidade. Eles ressaltam que essa hipótese tem se mostrado pouco acessível para explicar a situação.

A partir das diversas investigações empíricas apresentadas sobre a criminalidade no Brasil, é possível perceber alguns pontos comuns. Os estudos evidenciam a complexidade e a gravidade da violência nas grandes cidades brasileiras, ressaltando a relação entre a desorganização social, a ineficiência dos mecanismos de controle estatal e o crescimento da criminalidade violenta.

Há um consenso sobre a importância de compreender as dinâmicas espaciais da criminalidade, destacando-se a necessidade de análises detalhadas dos padrões de crimes violentos em diferentes regiões e períodos. Essas abordagens contribuem para uma compreensão mais precisa dos fatores que contribuem para o aumento da violência em determinadas localidades.

Além disso, é evidente que a questão da criminalidade violenta não está restrita apenas a indicadores socioeconômicos, como pobreza, vulnerabilidade social e falta de infraestrutura. Outros fatores, como o tráfico de drogas, também influenciam na propagação da violência em certas áreas urbanas.

Apesar dos desafios enfrentados, algumas pesquisas apontam para medidas e políticas públicas que têm sido bem-sucedidas na redução da criminalidade violenta. Estudos realizados em São Paulo, por exemplo, demonstram que a implementação de ações efetivas de segurança pode resultar em uma diminuição nos índices de violência.

2.2.3 Técnicas e dados utilizados por alguns pesquisadores

Em relação às técnicas, informações e coletadas de dados, os pesquisadores utilizaram de diversos mecanismos e instrumentos para fundamentar suas investigações. Nos estudos de Beato Filho (1998), ele destaca que seu estudo é baseado em dados de criminalidade violenta no ano de 1991 em todos os 756 municípios do estado e aspectos socioeconômicos. Aponta as variáveis utilizadas na pesquisa e a taxa de criminalidade violenta (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo à mão armada) por cem mil habitantes.

O autor esclarece que as taxas foram corrigidas através de estimadores empíricos de Bayes. A opção por corrigir as taxas deve-se ao fato de tomarem como unidade de análise pequenas regiões geográficas, muitas delas com populações de risco pequeno, o que implicaria taxas brutas muito instáveis. Suponhamos que tenha ocorrido um homicídio em um município com mil habitantes; sua taxa seria de 100. Mas, se por uma circunstância absolutamente fortuita

tivesse havido dois homicídios, teríamos uma taxa colombiana de 200 por cem mil habitantes. Em termos estatísticos, esta seria uma taxa incomparável com as outras devido à sua variância. Empiricamente, a discrepância nas taxas observadas em municípios muito pequenos pode ser resultado de flutuações aleatórias.

As variáveis independentes foram a arrecadação do ICMS, PIB por habitante municipal, tamanho da população e a densidade populacional por município, o grau de urbanização, o coeficiente de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano, o percentual de casas com esgoto e o percentual de famílias que ganham menos de um salário-mínimo.

Beato Filho (1998) aponta a necessidade de abordar: (a) a mudança de perspectiva dos criminosos para os correlatos espaciais da ocorrência dos delitos e (b) o tratamento em separado das variáveis que compõem a criminalidade violenta. Segundo o autor, esse procedimento possibilitará o entendimento da criminalidade a partir de suas características estruturais em relação à incidência de determinados tipos de crimes.

Roberto, Lima e Durante (2004) empregaram a técnica de análise espacial dos Estados do Brasil e a dimensão temporal nos cinco semestres compreendidos entre janeiro de 2001 e junho de 2003. Para a taxa de criminalidade usaram os indicadores da Senasp de crimes letais intencionais, crimes violentos não letais contra a pessoa e crimes violentos contra o patrimônio. Além disso, apresentam uma análise entre população e total de efetivo dos operadores de segurança pública. Silva (2004) afirma que o crime comum violento é um problema central da agenda pública e, em consequência, uma questão sociológica.

O escopo da investigação de Spagnol (2005) é caracterizar uma possível relação de “gangues de jovens” e o envolvimento desses jovens pertencentes às classes média e alta na prática de homicídios. Para tanto, o autor realizou entrevistas com os internos na Febem Tatuapé. Os resultados mostraram diversos jovens adolescentes dos bairros Jardim Ângela, Capão Redondo e a favela de Paraisópolis, todas na capital do Estado de São Paulo.

Beato, Silva e Tavares (2008, p. 688) “constataram que cerca de 20% das mortes violentas acontecem em menos de 2% da área geográfica dos centros urbanos (Crisp, 2000)”. Destacam que a criminalidade violenta é um empecilho ao planejamento e ao desenvolvimento local e que geralmente se concentra em pequenas regiões ou comunidades. Os autores destacam que o propósito da pesquisa é analisar o impacto de uma nova modalidade de policiamento orientada para a gestão da informação e a busca de resultados. Esse estudo utiliza uma série mensal de dados sobre crimes violentos fornecidos pela PMMG.

Os dados utilizados foram os registros sobre crimes violentos contra a pessoa e contra o patrimônio: homicídios, roubos, roubos à mão armada e violências sexuais tentadas e

consumadas, os planos de emprego operacional da polícia militar de Minas Gerais e dados de pesquisas realizadas sobre a atuação de gangues, facções e grupos criminosos armados nas cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

No Rio de Janeiro, realizou-se um trabalho de campo etnográfico em duas comunidades com conflito entre as facções Comando Vermelho e Terceiro Comando Puro. Já em Belo Horizonte, foram realizadas entrevistas com adolescentes e jovens envolvidos com organizações criminosas e informações etnográficas produzidas pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG.

Ramão e Wadi (2010) utilizaram a técnica de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) com correlação variada entre a variável dependente (taxa de homicídio) e as variáveis explicativas. De forma complementar, realizou-se uma análise de sobreposição espacial de informações para as variáveis obtidas apenas em formato cartográfico. As fontes dessa pesquisa foram os dados obtidos nos Livros de Laudos de Necropsia, do Instituto Médico Legal (IML) de Cascavel, Paraná, para os anos 2000 a 2006. Os outros dados foram coletados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), informações socioeconômicas, demográficas, infraestrutura e serviços urbanos na Secretaria de Planejamento de Cascavel.

Beato e Zilli (2012) investigaram comunidades com alta vulnerabilidade social, onde buscaram detectar um modelo dinâmico de estruturação de atividades criminosas de gangues, cujos elementos podem fornecer subsídios para uma compreensão mais abrangente do problema. Corrêa e Lobão (2019) investigaram quais componentes poderiam estar relacionados à distribuição espacial dos homicídios nas comunidades de Belém, capital do Pará, com ênfase na conjuntura de pobreza/vulnerabilidade social e tráfico de drogas entre 2013 a 2015.

Os autores realizaram verificações geográficas e estatísticas na área continental do município sobre a localização dos bairros; condições sociais e econômicas dos moradores; segregação espacial da cidade; ocorrência de tráfico de drogas; homicídios registrados. O procedimento metodológico foi baseado em uma análise de correlação com dois modelos de regressão linear. Além disso, segundo os autores, os dados estatísticos foram obtidos através da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará na escala de bairros. Censo Demográfico 2010, informações geográficas (SIG) usando o programa QGIS, Índice Global de Moran.

Os estudos mencionados analisaram a violência e a criminalidade nas grandes cidades brasileiras, utilizando uma variedade de técnicas e coletando dados relevantes. Os pesquisadores buscaram compreender a relação entre a crise institucional, a desigualdade socioespacial e a formação de grupos criminosos.

Um dos pontos destacados por Beato Filho (1998) foi a importância de considerar a perspectiva dos criminosos e os fatores espaciais relacionados aos delitos. Ele ressaltou a necessidade de tratar separadamente as variáveis que compõem a criminalidade violenta, a fim de compreender melhor as características estruturais e a incidência de diferentes tipos de crimes.

Outros estudos, como os de Silva (2004) e Spagnol (2005), exploraram aspectos específicos da criminalidade, como o envolvimento de jovens de diferentes classes sociais em homicídios e a relação entre gangues e delitos. Essas pesquisas contribuem para uma visão mais abrangente da complexidade da violência urbana.

Além disso, Beato e Zilli (2012) e Corrêa e Lobão (2019) investigaram comunidades com alta vulnerabilidade social, buscando identificar padrões de estruturação de atividades criminosas e os fatores relacionados à distribuição espacial dos homicídios. Esses estudos ressaltam a importância de considerar a conjuntura de pobreza, vulnerabilidade social e tráfico de drogas na compreensão da dinâmica da criminalidade em áreas específicas.

Em resumo, essas pesquisas evidenciam a necessidade de abordagens multidisciplinares e integradas para enfrentar a violência nas grandes cidades brasileiras. Compreender a relação entre a crise institucional, a desigualdade socioespacial e a formação de grupos criminosos é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas e para a promoção de um ambiente mais seguro e justo para todos os cidadãos. A utilização de técnicas de análise espacial, coleta de dados e estudos qualitativos contribui para uma compreensão mais abrangente da organização social da violência e auxilia na identificação de soluções mais adequadas e direcionadas.

2.2.4 Fatores que podem contribuir para reduzir a criminalidade violenta

Nesta perspectiva está subseção, apresenta-se instrumentos e mecanismos de controle social formal e informal que, de certo modo, podem contribuir para a redução dos crimes. Silva (1999) evidencia que nem a expansão da cidadania assegura o desaparecimento da criminalidade violenta, pois ela envolve fenômenos gerados pela incapacidade do controle social por parte das organizações e de efetivar ações determinantes no combate à delinquência.

Para Silva (1999), os princípios capazes de diminuir as crescentes mortes violentas no Brasil seriam o envolvimento do Estado e seu fortalecimento de suas instituições através de parcerias com as comunidades, restauração da ordem pública e controle social (formal e informal). Isso diminuiria a atuação das organizações criminosas, proporcionando premissas

democráticas. Neste sentido, é necessário reproduzir uma cultura de não violência em uma sociedade fragmentada, desigual e com inúmeros problemas sociais e econômicos.

Ferreira, Lima e Bessa (2009) evidenciam que as políticas adotadas no Estado de São Paulo para reduzir a criminalidade violenta estão relacionadas à reestruturação das polícias e sistema criminal, criação e ampliação de delegacias especializadas, a criação de Polícia Técnica e Científica e policiamento comunitário.

Destaca a importância de ações em conjunto dos entes federativos com aprimoramento técnico da atividade policial e da gestão da justiça e das instituições de segurança pública, além da participação da sociedade civil. Por isso, Corrêa e Lobão (2019) apontam que a participação conjunta dos setores institucionais e da comunidade cidadã é importante para reduzir as desigualdades socioeconômicas e combater a criminalidade violenta.

Ramão e Wadih (2010) destacam que localidades que possuem infraestrutura urbana e melhores indicadores socioeconômicos, menos desigualdades sociais e econômicas têm menores taxas de crimes violentos. Afirmam ainda que a participação dos municípios é importante, pois eles dispõem de instrumentos capazes de contribuir para a redução da criminalidade e melhoria da qualidade de vida com serviços básicos como iluminação, limpeza, educação profissionalizante, esporte, lazer e cultura para os jovens.

Cano (2006) destaca que a relação das instituições governamentais, polícias e atores sociais pode contribuir para redução da criminalidade. Afirmam que o uso de tecnologias, infraestrutura nas localidades, recuperação e construção de locais de lazer pode reduzir as oportunidades de ocorrência de crimes ou atos de violência atuando diretamente sobre eles.

Silva (2004) aponta que a interpretação dominante da criminalidade violenta representa uma das inúmeras tematizações da dupla face desta crise: institucional e de legitimidade. Sua atenção concentra-se na capacidade de controle social por parte do Estado, e a análise orienta-se para a busca de formas de reforçá-la, ultrapassando o arranjo anterior de modo a combinar eficiência com controle da sociedade e, assim, garantir a adesão ativa da população.

Zaluar (2007; 2012); Zaluar e Ribeiro (2009); Zaluar e Barcellos (2013) frisam o comprometido por partes das agências governamentais; mais transparência; punição para os culpados de crimes graves em todas as camadas sociais; controle social informal e formal; integração da polícia, sistema de justiça criminal e comunidade; planos estratégicos para evitar o consumo e tráfico de drogas; controle do fluxo de armas e munições e os programas de prevenção da violência entre jovens.

Os autores argumentam que localidades com maior capital social, ou seja, onde existe mais confiança, mais reciprocidade, mais sociabilidade, mais solidariedade e mais associações

vicinais, teriam taxas de criminalidade mais baixas e escolas mais eficientes. Essas são estratégias que podem contribuir para a redução e controle da criminalidade violenta.

Efetivo maior de policiais e mais prisões não são suficientes para diminuir a criminalidade violenta em longo prazo. Deve-se pensar em reformas sociais profundas com diversos órgãos e atores sociais, mobilizações de organizações e representantes que atuam nas áreas da saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e operadores de segurança pública para reduzir e controlar a delinquência e restaurar o bem-estar social.

2.2.5 Fatores que podem contribuir para o aumento da criminalidade violenta

Para Lemgruber (2001, p. 1), o tema e os métodos de controle do crime violento têm, em essência, um forte apelo emocional promovido pela mídia. E essa promoção provoca medo e pode se tornar um foco de demandas por vingança e autoritarismo, especialmente quando é amplificado pela mídia e manipulado por interesses políticos. Percebe-se que no Brasil, onde os problemas de segurança pública são cada vez mais graves, há poucas pessoas e instituições que se especializam nesses assuntos, e os dados que podem ser usados para apoiar políticas eficazes para diagnosticar e reduzir com precisão a violência e o comportamento violento são muito variáveis e imprecisos.

De acordo com Campos e Santos (2004) as principais práticas criminosas que movimentam o crime no Brasil são o tráfico de drogas, tráfico de armas, assaltos. Neste sentido, Soares Filho, Merchan-Hamann e Vasconcelos (2020) afirmam que os Estados da região Sudeste, nos últimos anos diminuíram o número de mortes violentas (MV), contudo os do Norte e Nordeste teve um aumento acentuado. Ressalta que homens, jovens, com baixa escolaridade e com envolvimento com tráfico de drogas e álcool são as principais vítimas. A maior parte das “MV” ocorrem por “arma de fogo, em vias públicas de áreas mais pobres de grandes cidades brasileiras, principalmente em estados da região Nordeste” (SOARES *et al.*, 2020, p. 3098).

Nesta perspectiva, um dos principais indicadores apontados pelos cientistas sociais, para o aumento das mortes violentas, pode estar associado às facções ou organizações criminosas, que “surgiram no interior de prisões e se fortaleceram dentro dessas instituições e acabam se espalhando para fora” (SAPORI, 2019, p. 202).

Reis e Beato (2002, p. 9) entendem que a criminalidade violenta “possui poucas correlações com variáveis de interesse teórico”. Já em relação a aspectos demográficos - densidade e grau de urbanização - possui correlação. Outros dados interessantes referem-se aos

crimes contra o patrimônio, que se correlacionam positivamente com o IDH, escolaridade e taxa de ocorrência de drogas.

Reis e Beato (2002, p. 10) destacam ainda que existe relação negativa entre prosperidade e desenvolvimento regional com os crimes violentos. Afirmam ainda que estão “inversamente correlacionados com o Índice de Desenvolvimento Humano, e diretamente correlacionados com as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil”.

O desenvolvimento social e econômico, ao contrário do que se imagina, pode se constituir num contexto mais propício ao crescimento das taxas de criminalidade, especialmente nas modalidades de crimes contra o patrimônio (Reis e Beato, 2002, p. 10). A proposta de Reis e Beato (2002) sobre a teoria das oportunidades está relacionada à localização, condições, custo e oportunidade do crime. Nesse sentido, os autores destacam: I- temos mais riqueza disponível; II- os mecanismos de controle e vigilância estão enfraquecidos e III- existe um maior quantitativo de criminosos mais motivados (Reis e Beato, 2002, p. 11).

Reis e Beato (2002), em suas conclusões, afirmam que os crimes contra o patrimônio se concentram no centro das cidades e são superiores aos da periferia. Já nas localidades mais pobres (periferia), há um volume maior de crimes violentos, e a principal hipótese está relacionada ao tráfico e ao consumo de drogas.

Segundo os autores, o período noturno é mais propício ao cometimento do crime, pois se tem maior arrecadação, transportes vazios e paradas de fim de linha em localidades controladas por criminosos que expandiram seu comando aos ônibus que transitam nessas áreas. Outro fator causador de vítimas fatais apontado pelos pesquisadores seria a utilização de armas de fogo, que, na maioria das vezes, não é empregada nessas ações criminosas (¼ é usada).

Paes-Machado e Levenstein (2002) destacam que um agravante seria a presença de passageiros armados, policiais ou não - militares, civis, federais, guardas metropolitanos, bombeiros militares, rodoviários (que se identificados são executados pelos bandidos) que acabam sendo eliminados.

Silva (1999) aponta que a violência, criminalidade e narcotráfico são um problema que causa danos irreparáveis à sociedade brasileira. Silva (1999) atribui o crescimento da criminalidade às grandes dificuldades das instituições do sistema de justiça criminal e o pouco debate acerca deste tema, que, de certo modo, propicia condições para a expansão da criminalidade violenta.

Além disso, Silva (1999) apresenta duas questões: controle formal e criminalidade violenta. O primeiro seria a crise financeira nas organizações de segurança pública e o encolhimento do Estado; e o segundo o crescimento do crime organizado (empreendimentos do

crime violento) nas localidades onde as agências reguladoras e as políticas substantivas do Estado não conseguem preencher. Para o autor essas organizações criminosas impõem o medo generalizado como base de um novo ordenamento social nas comunidades mais carentes.

Ferreira, Lima e Bessa (2009) salientam que o avanço da criminalidade violenta estaria ligado à mudança estrutural, conflitos pelo controle de áreas por organizações criminosas e por agressão entre os jovens, bem como a manutenção de estruturas organizacionais com práticas operacionais obsoletas, resistências das instituições do sistema de justiça criminal e policiais e a não participação social no debate sobre segurança pública. Para os autores, outros fatores que contribuem de maneira mais direta como a conjuntura social e demográfica são a falta de implementação de políticas sociais e urbanas e estratégias de prevenção. Fenômenos do crime, da violência, da desordem e do desrespeito aos direitos humanos resultam de múltiplos determinantes e causas.

Beato Filho (1998) inicia suas argumentações destacando que a correlação para a explicação do crime não é com a pobreza, mas com a riqueza tendo em vista que a prosperidade possibilita aos criminosos oportunidades para seus atos delituosos uma vez que os alvos são viáveis e compensadores. Para Beato Filho (1998), os crimes, como político ou honra, geralmente ocorrem através do crime violento, em sua maioria cometidos por jovens, homens e não brancos, alcoolizados ou drogados. Em sua maioria, as ações criminosas acontecem próximo às comunidades em que vivem.

Nesta perspectiva, Beato Filho (1998) afirma que o nível de desenvolvimento regional ou local refletirá e determinará o tipo de crime violento. Tudo dependerá da estrutura cultural daquela região, estado, cidade ou bairro que, de certo modo, estimulará o ato criminoso. Dessa maneira, uma hipótese levantada é de que regiões menos desenvolvidas têm homicídios vinculados a valores, crenças, tradições de honra e da valorização da mediação violenta de conflitos e punição para pequenos desvios.

Além desses apontamentos, Beato Filho (1998) evidencia que as oportunidades para ações criminosas se correlacionam com vários indicadores. Um dos indicadores utilizados pelos autores foi o IDH, que apontou que o grau de desenvolvimento local está associado positivamente a alguns tipos de crimes, tais como o furto e o roubo à mão armada. Sendo ainda que esses crimes estão presentes em cidades maiores onde há um grande volume de empresas e comércios. Já o homicídio, por sua vez, não compartilha desses atributos estruturais para sua ocorrência.

Corrêa e Lobão (2019) apontam que além da pobreza e vulnerabilidade social, outros indicadores se associam ao aumento do número de crimes violentos e outras formas de

criminalidade violenta como, por exemplo, a falta de infraestrutura nas localidades, ausência do Estado nas comunidades, educação de qualidade. Outra hipótese destacada pelos autores seria o tráfico de drogas.

Os pesquisadores salientam que as metodologias e os recursos públicos destinados ao combate ao crime violento não atingem as metas estabelecidas, mostrando, deste modo, o fracasso e a incapacidade de os estados e municípios reduzirem a criminalidade, insegurança e o medo generalizado nas diversas regiões e cidades brasileiras.

Corrêa e Lobão (2019) evidenciam que as despesas com folha de pagamento, desigualdades regionais, rota internacional do tráfico de drogas, redes ilegais do narcotráfico, comunidades desestruturadas, infraestrutura urbana inadequada, serviços públicos ineficientes, expansão do espaço urbano sem planejamento, que ocasionam segregação social e econômica nas localidades, são fatores que, em hipótese, estão influenciando o aumento dos crimes violentos no estado do Pará.

Segundo Corrêa e Lobão (2019), nas investigações realizadas, verificou-se que as áreas mais carentes de recursos e serviços públicos e nas quais vivem as populações mais pobres do ponto de vista econômico e social, a criminalidade violenta se estabelece, pois encontra o espaço propício para dominar e controlar o território, implantando deste modo normas e código de conduta social para os moradores, sem oposição de ninguém.

Em suas descobertas, Corrêa e Lobão (2019) apontam que entre 2013 e 2015, os crimes de homicídios migraram para regiões carentes de Belém não pela conjuntura de pobreza, mas porque essas comunidades tornaram-se territórios dominados por grupos criminosos com conflitos de disputa com outros grupos criminosos concorrentes.

Ramão e Wadi (2010) em sua pesquisa fazem o seguinte questionamento: é possível afirmar que cenários de maior desigualdade socioeconômica e carências em infraestrutura e nos serviços urbanos potencializaram a ocorrência da criminalidade violenta, especificamente dos homicídios? Os autores afirmam que existe uma relação equivalente entre esses indicadores - desigualdades socioeconômicas, infraestrutura, serviços urbanos, educação, lazer, cultura etc. - e que estes parâmetros potencializam o aumento da criminalidade violenta letal.

Percebe-se que os principais mecanismos de controle da criminalidade violência estão relacionados a políticas públicas de inclusão e desenvolvimento sustentável. Não se trata somente de "caso de polícia", afirma Beato, mas da ação conjunta das instituições públicas e sociedade civil organizada. O crescimento dos centros urbanos e o reordenamento demográfico ocorreram como forma de transferir as populações desfavorecidas para locais sem infraestrutura

adequada, e essas modificações contribuíram para o crescimento das desigualdades econômicas, sociais e políticas na sociedade.

Para Ramão e Wadi (2010), a criminalidade violenta não é fruto ou resultado somente de ineficiência de políticas públicas ou gestores públicos, nem da locomobilidade social, mas de injustiças sociais e discriminação cultural e racial. Os autores ainda destacam que o desemprego e a pobreza não reproduzem instantaneamente a violência. Nesta sequência, Ramão e Wadi (2010) corroboram que a criminalidade violenta se relaciona à inexistência de infraestrutura urbana e desigualdades sociais e econômicas.

Cano (2006) destaca que as ações do Estado planejadas com base em objetivos específicos e visando diminuir os crimes e suas políticas de segurança são reativas e baseadas na repressão, mais do que na prevenção, gerando o crescimento da criminalidade violenta. O autor aponta falta de investimento; formação inadequada dos operadores de segurança; herança autoritária; modelo de combate à criminalidade adotando slogan de “guerra”, ou seja, a destruição do “inimigo”, sem pensar nos custos sociais, estes conflitos não são efetivos.

O que se percebe nas explanações de Cano (2006) é que o fator propulsor do aumento da violência estaria relacionado a questões de gestão dos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem pública, que procedem com ações para dar uma resposta imediatista na redução da criminalidade (formação inadequada dos operadores de segurança pública, procedimento e operações sem planejamento), no entanto sem efeitos em longo prazo.

Silva (2004) afirma que a conduta criminoso é explicada pelo seu baixo “custo de oportunidade”, em um tipo de interpretação no qual a formação dos comportamentos é vista como uma reação mecânica a condições contextuais, de modo que os criminosos seriam meros “proveitadores” circunstanciais do estado de anomia provocado pela desorganização do sistema de administração da justiça. Destaca ainda que a crise econômica mundial fez com que diversas nações aumentassem as desigualdades socioeconômicas, gerando com isso uma maior incapacidade e ineficiência do Estado. Para o autor, a vulnerabilidade da sociedade é estabelecida por um encadeamento de nexos causais entre: a) uma crise de legitimidade do Estado; b) o enfraquecimento da capacidade de controle social por parte das agências estatais; c) a ampliação do recurso à violência como meio de obtenção de interesses; e, e) a expansão e organização da criminalidade.

Deste modo, a expansão da violência está condicionada a vários instrumentos, como a ausência Estatal e o fortalecimento das organizações criminosas, bem como o aumento da vulnerabilidade social e desigualdades socioeconômicas.

Para Zaluar (2007), um dos principais catalisadores da criminalidade violenta está relacionado à incompetência do Estado em controlar/eliminar o tráfico/uso de drogas ilegais. Destaca ainda que esse comércio é considerado um dos maiores setores econômicos do mundo. Segundo a autora, o crescimento acelerado dos centros urbanizados inibe o controle informal das comunidades por meio das práticas sociais (valores, crenças, cultura), além de aumentar a vulnerabilidade social das pessoas.

Outro importante argumento de Zaluar (2007) é que os crimes violentos, em especial os homicídios nas localidades mais pobres, estão relacionados ao quantitativo de armas de fogo à disposição das organizações criminosas. Segundo Zaluar (2007), a comercialização/tráfico de drogas em muitas localidades modificou o cenário pacífico para um Estado de guerra (Estado contra criminosos e criminosos contra criminosos), contudo, com múltiplas faces. Em vista disso, Zaluar (2007) destaca que estas organizações criminosas denominadas de "comandos" rivalizam através de lutas violentas pela dominação de novos espaços urbanos, ampliando assim os números de mortes.

Beato (1999) esclarece que diversas proposições de que o crime se correlaciona com pobreza, miséria, marginalidade, imigração seria uma premissa imediatista para justificar múltiplas omissões Estatais. Beato fundamenta sua explicação com a falácia de que o caso da violência no Brasil seria solucionado apenas por vontade dos políticos com a inflação abatida com um tiro apenas, o analfabetismo com aumento salarial dos docentes, a distribuição de renda apenas assinando documentos ou a saúde com a disposição de mais recursos financeiros e, nesse sentido, a criminalidade violenta seria reduzida com políticas públicas contra pobreza, miséria e com geração de empregos.

Portanto, a criminalidade violenta para Beato (1999) se expande devido à omissão das instituições públicas, à estruturação das organizações criminosas que se estabeleceram em diversos espaços territoriais, tráfico de drogas e infraestrutura nas localidades.

Beato e Zilli (2012) argumentam que o aumento da criminalidade pode estar relacionado ao crescimento desordenado e ocupação precária e irregular dos territórios nos centros urbanos, serviços públicos precários, falta de infraestrutura nas localidades. Para eles, a ausência de controle social produz desordens e com isso ciclos de violência e disputa entre os moradores, ou seja, nem sempre locais deteriorados são violentos, mas locais violentos sempre são deteriorados.

No entendimento de Beato e Zilli (2012), esses fatores permitem o fortalecimento dos criminosos, que se estruturam modificando os *modus operandi* de suas ações, com aquisição de armas de fogo e o aliciamento de jovens, que acabam morrendo e elevando o número de mortes

nestes conflitos. Para Spagnol (2005), a mídia, de certo modo, contribui para a gradação dos crimes violentos praticados por menores, pois as notícias mais polêmicas são as de crimes cometidos por esses infratores. Quanto mais violento, sangrento e espetacular o crime, melhor para a mídia, pois funciona como um forte atrativo.

Conforme o autor, a impotência e ineficiência do Estado em garantir segurança pública de qualidade proporciona aos grupos criminosos invadir e se estabelecer em localidades frágeis, que não possuem infraestrutura e instituições públicas. Com isso, a maioria da comunidade se submete às normas estabelecidas por estas quadrilhas, e os que não aceitam são punidos. Spagnol destaca que o “comando” cresce conforme eles tiranizam toda a comunidade, com isso vários moradores são punidos por desobedecerem às normas e leis do tráfico. Além disso, Spagnol (2005) destaca que a criminalidade violenta se expande por causa da disputa por controle de territórios, disputa de pontos de venda de drogas e vingança entre os grupos.

Já Zaluar (2009, 2012, 2013) aponta que o tráfico de drogas (crime organizado ou crime-negócio é o maior causador de mortes violentas no Brasil) e que a ausência do Estado facilita o aumento da vulnerabilidade das pessoas que moram em localidades dominadas por organizações criminosas (crime organizado ou crime-negócio).

Segundo a autora, a desorganização dos centros urbanos do Brasil, a urbanização acelerada e a falta de controle social (formal e informal) facilitam a disseminação da criminalidade violenta, tendo em vista a insegurança dos direitos fundamentais da população, dos mais vulneráveis, dos mais afetados pela precariedade do trabalho, pela desigualdade multidimensional no acesso à justiça, na educação e na saúde, pois todas essas dimensões da política pública foram agravadas pela violência crescente e pelo medo reinante, tanto de traficantes armados quanto da polícia.

Nesta revisão, procurou-se descrever as principais descobertas e evidências dos pesquisadores do campo da criminalidade violenta. Os achados indicam uma complexidade de fenômenos determinantes dos crimes violentos, concretos e presumíveis. Segundo Corrêa e Lobão (2019); Ramão e Widi (2010); Silva (2004); Silva (1999), os principais motivos para o aumento da criminalidade seriam o uso de armas de fogo, tráfico de drogas, infraestrutura, moradia e estrutura urbana precárias.

Para Beato e Zilli (2012); Ramão e Widi (2010); Zaluar (2007; 2012); Zaluar e Barcellos (2013); Zaluar e Ribeiro (2009); Beato Filho (1999); Beato Filho (1998), os motivos estariam relacionados a questões de supervisão familiar, desigualdade de acesso aos bens e aos serviços públicos; distribuição espacial desigual; vulnerabilidade social e econômica; crescimento urbano, exclusão social e controle social.

E por fim, pontos relacionados a desenvolvimento e crescimento econômico, políticas públicas e instituições governamentais são evidenciados por Paes-Machado e Levenstein (2002); Silva (1999); Beato, Silva e Tavares (2008); Ferreira, Lima e Bessa (2009); Cano (2006); Peixoto, Lima e Durante (2004). Em relação aos locais onde as pesquisas foram realizadas, constata-se que a maioria foi desenvolvida na região Sudeste do Brasil, com foco no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Conforme evidenciado, a criminalidade violenta no Brasil é um problema que se intensificou até 2017, quando o país teve o maior índice de mortes violentas nos centros urbanos registrados pelos diversos entes federativos. Contudo, nos anos seguintes, teve-se uma redução, conforme dados do IPEA. Destaca-se que os diversos pesquisadores, dos mais diversos campos, apresentam propriedades, particularidades e padrões que estão associados a criminalidade violenta. Ressalta-se que o tráfico de drogas, a incapacidade das instituições públicas e sociedade civil, conflitos armados nas comunidades, má distribuição espacial, educação sem qualidade, condições precárias de moradia, atributos individuais estruturais e renda.

2.3 Espaço relacional: uma construção de um instrumento metodológico

Compreender a criminalidade violenta como um fenômeno individual pode ser limitado uma vez que muitas vezes ela é resultado de diversos fatores inter-relacionados, incluindo fatores sociais, econômicos e ações governamentais em diferentes estados e regiões. Neste contexto, busca-se aqui fundamentar o termo ERHN-BR. A perspectiva social de Bourdieu (1989, 1996, 2007) pode ser aplicada, com as devidas ressalvas que ela existe para uma compreensão mais profunda das relações sociais e suas implicações. Essa compreensão mais precisa da dinâmica dos processos sociais pode ser aplicada a agentes, como estados, criminosos, vítimas, policiais e instituições judiciais, que ocupam posições e comportamentos distintos.

Esses agentes são influenciados pelas estruturas sociais das quais fazem parte e pelas lutas simbólicas que ocorrem dentro delas. A utilização do termo "espaço relacional dos homicídios" nesta investigação é baseada em princípios do espaço social de Bourdieu e nos fundamentos da TDS de Shaw e McKay (1929) e Sampson e Groves (1989).

Segundo Bourdieu (1989), o mundo social pode ser compreendido como um espaço composto por relações sociais, agentes e instituições. Os indivíduos ou grupos de indivíduos se estabelecem ou são posicionados nesse espaço social com base em suas relações e interações sociais, ocupando diferentes posições ou regiões desse espaço. Enfatiza-se que esse espaço está

diretamente relacionado às estruturas sociais e é moldado pelas disposições e propriedades dos agentes envolvidos, que Bourdieu chama de "capitais". Dessa forma, o espaço social pode ser entendido como um “conjunto de posições distintas e coexistentes, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, distanciamento e ordem” (Bourdieu, 1996, p. 18-19).

Bourdieu ressalta a importância de construir o espaço relacional como uma “estrutura composta por posições diferenciadas, definidas por sua localização na distribuição de um tipo específico de capital” e “de posições sociais, as disposições e as tomadas de posições” (Bourdieu, 2008, p. 29; Bourdieu, 1989, p. 17).

Assim, os agentes são posicionados nesse espaço com base no volume total de capital que possuem e na estrutura desse capital, fundamentado em “dois princípios de diferenciação: capital econômico e capital cultural” (Bourdieu, 1996, p. 19). O capital econômico refere-se aos recursos financeiros e materiais que os agentes possuem, como propriedades e riqueza. Já o capital cultural abrange os valores e conhecimentos relacionados à cultura e ao campo do conhecimento, que são socialmente reconhecidos (Bourdieu, 1996).

Essa concepção de espaço social nos permite compreender a complexidade das relações sociais e como elas se manifestam no mundo social. Os indivíduos ocupam posições no espaço social com base em suas características e recursos, como capital econômico, cultural e social, que influenciam suas interações, oportunidades e poder na sociedade.

Por meio desses conceitos, podemos analisar as desigualdades, hierarquias e dinâmicas presentes na sociedade, compreendendo como as características e recursos dos agentes influenciam suas posições e trajetórias sociais. A teoria de Bourdieu destaca a importância do capital econômico, cultural e social na estruturação do espaço social e na reprodução das desigualdades sociais.

Quando se aplicam os conceitos de Bourdieu sobre o espaço social a questões sociais, econômicas e ações governamentais, pode-se obter uma compreensão mais aprofundada de como esses fatores influenciam a criminalidade violenta. Por exemplo, no contexto da educação, observamos que o acesso desigual a recursos financeiros (capital econômico) e a posse de conhecimentos e habilidades (capital cultural) exercem influência sobre as oportunidades educacionais e o sucesso acadêmico. Além disso, as ações governamentais, como políticas de segurança pública e programas de inclusão social, têm impacto na mitigação ou perpetuação das desigualdades e na redução dos níveis de criminalidade.

Acentua-se que as questões sociais, econômicas e ações governamentais estão interconectadas. A distribuição desigual de recursos econômicos e oportunidades afeta

diretamente a estrutura social e as possibilidades de ascensão social. As ações governamentais podem influenciar a distribuição de recursos com políticas que visam reduzir as desigualdades sociais e diminuir os níveis de criminalidade.

Ao analisar esses aspectos, é fundamental considerar também os fatores culturais e históricos. A história social de uma sociedade ou região deixa marcas profundas, como desigualdades estruturais, segregação espacial ou marginalização de grupos específicos. Esses elementos têm implicações para a criminalidade uma vez que a exclusão social, a falta de oportunidades e a marginalização podem aumentar as chances de envolvimento em comportamentos criminosos.

Assim, uma análise aprofundada dos fatores sociais, econômicos e das ações governamentais nos permite compreender melhor as dinâmicas que moldam o espaço social e suas implicações na criminalidade violenta. É importante reconhecer que o ERHN-BR não é estático, mas está em constante transformação, sendo influenciado por mudanças sociais, políticas e econômicas. Portanto, uma análise abrangente desses elementos deve levar em conta as dinâmicas temporais e as interações entre os diferentes fatores que compõem o contexto social.

Ademais, para a TDS, os problemas sociais são fenômenos que impactam o comportamento individual, ao contrário da visão de que são resultantes de condutas individuais coletivas (Shaw; McKay, 1969). Mudanças sociais aceleradas e crescimento populacional são fatores contribuintes para a desigualdade na distribuição de renda e o aumento da criminalidade (Sampson; Groves, 1989; Bursik; Grasmick, 1993). Esses fenômenos são observados em todas as sociedades, intensificando-se especialmente durante períodos de mudanças rápidas, como desenvolvimento econômico e industrial (Kubrin; Weitzer, 2003).

A conjuntura social e o processo de urbanização são fundamentais na compreensão desses padrões (Sampson *et al.*, 1997; Farmer, 2014). A deterioração da ordem social e características sociais propiciam o surgimento de crimes (Coulon, 1995; Kubrin; Weitzer, 2003; Bruinsma *et al.*, 2013; Walker; Zawisza, 2014), sendo a criminalidade um indicador do grau de desorganização social (Kubrin; Weitzer, 2003).

Condições sociais precárias, infraestruturas inadequadas e ruptura familiar são fatores que favorecem o aumento da criminalidade violenta (Shaw; McKay, 1969; Sampson; Groves, 1989). No controle público, é necessário buscar a integração efetiva entre setores público e privado, bem como um controle social formal para implementar serviços básicos à comunidade (Bursik; Grasmick, 1993). Comunidades com alta eficácia coletiva possuem maior capacidade

de enfrentar a criminalidade violenta, compartilhando desejos e expectativas relacionados ao bem-estar social (Stewart; Cantora, 2015; Farmer, 2014; Sampson *et al.*, 1997).

Ao analisar o "ERHN-BR", com base nessas teorias, pode-se identificar os fatores que contribuem para as variações das taxas de homicídios, bem como as inter-relações entre esses aspectos que podem ser fortalecidas para prevenir a criminalidade. O termo "espaço relacional" está sendo desenvolvido para compreender a relação entre agentes, ambiente e instituições, levando em consideração as oportunidades disponíveis. Essa abordagem busca oferecer uma perspectiva ampla e interdisciplinar para entender as taxas de homicídios, com base em observação empírica e intuitiva dos determinantes que influenciam a prática desses crimes em uma região específica.

Neste sentido, para uma investigação mais aprofundada deve-se ter em mente aspectos socioeconômicos, culturais e históricos. Deste modo, questões sociais, como desemprego, pobreza, migração e desestrutura familiar são fatores que se correlacionam com a propagação da criminalidade violenta, incluindo os homicídios. De igual modo, fatores econômicos, como desigualdade de renda, falta de oportunidades econômicas e acesso limitado a recursos estão intrinsecamente ligados à ocorrência desses crimes.

Além disso, foi essencial pesquisar dados acerca das ações governamentais repressivas e preventivas no combate à criminalidade. Políticas públicas que promovam a segurança, fortaleçam o sistema de justiça criminal, previnam a violência e reduzam as desigualdades sociais podem contribuir na construção de um espaço relacional menos propenso aos homicídios.

O ERHN-BR não é um modelo fechado, mas uma abstração em construção, que busca compreender a complexidade dos homicídios e da criminalidade violenta a partir de uma perspectiva mais ampla. Destaca-se que o espaço relacional, inspirado pelos princípios do espaço social de Bourdieu, utilizou a técnica estatística ACM como uma ferramenta para compreender as relações entre variáveis e explorar características e fenômenos projetados em um plano fatorial.

Essa abordagem visa analisar especificamente os estados da região Norte do Brasil, levando em consideração seus diferentes índices de taxas de homicídios. Ao aplicar a análise da ACM, será possível diferenciar e caracterizar os estados da região Norte do Brasil em relação à criminalidade violenta, evidenciando as desigualdades e semelhanças relacionais entre eles. Essa técnica estatística permitirá comparar características, indicadores sociais, políticas públicas e outros fatores relevantes para compreender as diferenças nos índices de homicídios.

Os estados com índices mais altos ou mais baixos de homicídios serão representados como pontos distintos no plano fatorial, permitindo visualizar as variações e agrupamentos.

A ACM foi essencial para a construção do ERHN-BR proporcionando a visualização das posições no espaço. Por meio dessa análise, foi possível compreender as relações entre os estados/anos e identificar as principais variáveis que contribuíram com as variações nas taxas de homicídios.

Dessa forma, a ACM e os princípios do espaço social de Bourdieu foram essenciais para compreender a complexidade da criminalidade nessa região, considerando tais fatores e suas influências nos índices de homicídios. Essa abordagem multidimensional permitirá identificar padrões, associações e desigualdades específicas desse contexto.

Em suma, o ERHN-BR é uma concepção em evolução que busca trazer uma visão holística e empírica dos homicídios e da criminalidade violenta, considerando uma ampla gama de fatores. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar e considerar os aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos, é possível obter uma compreensão mais abrangente da complexidade dos homicídios. A análise do espaço relacional em diversos contextos é enriquecida pela utilização ACM.

Esta técnica contribuiu na compreensão das complexas dinâmicas sociais, revelando informações sobre estrutura das relações e as posições dos agentes no espaço social. A ACM, como destacado por Pedroso Neto (2015), é aplicada com afinidade ao conceito de campo de Pierre Bourdieu, permitindo a projeção das estruturas de base das prosopografias em um plano fatorial. Elisa Klüger (2018) aponta que a ACM tem repercutido nos estudos sociais, especialmente na tradição bourdieusiana, onde foi aplicada de maneira pioneira. Em resumo, a ACM contribui para a compreensão das estruturas sociais, das interações complexas entre os agentes sociais e da dinâmica que molda nossa sociedade.

3 BRASIL E SUAS MULTIPLICIDADES REGIONAIS

O Brasil é um país que possui grandes desigualdades em questões socioeconômicas e demográficas. Por exemplo, a região Sudeste é a mais populosa e economicamente desenvolvida, representando 42,9% da população e 55,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2020 (IBGE, 2021). Em contrapartida, a região Nordeste tem a maior população em situação de pobreza e desigualdade social e econômica, com 43,3% das pessoas em situação de pobreza (IBGE, 2021). As regiões Sul e Centro-Oeste possuem uma população e PIB menores em relação às outras regiões, representando, respectivamente, 14,4% e 8,4% da população e 16,4% e 7,3% do PIB nacional em 2020. No entanto, ainda assim são importantes polos econômicos e agrícolas, com destaque para o agronegócio (IBGE, 2021).

Em resumo, em termos de população, a Região Sudeste é a mais populosa do país, seguida pelo Nordeste, Região Sul, Região Norte e a Região Centro-Oeste registra a menor população entre as regiões brasileiras. Em relação ao PIB, a Região Sudeste vem em primeiro, seguida pela Região Sul, Nordeste, Centro-Oeste e por último a Região Norte que possui o menor PIB entre as regiões brasileiras. Essas desigualdades também se manifestam em relação ao acesso a serviços públicos, como saúde e educação, e infraestrutura, como saneamento básico e internet de qualidade (IPEA, 2021).

O Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) do IPEA (2023) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD) (2022) revelam uma variação na renda *per capita* da população dos estados brasileiros entre 2012 e 2019. A renda *per capita* não é o único indicador para avaliar o desenvolvimento econômico de uma região. Outros fatores, como a distribuição de renda, qualidade de vida da população e oferta de serviços públicos, devem ser considerados.

O IVS é uma medida do grau em que as pessoas estão expostas a riscos sociais e econômicos. De 2012 a 2019, o IVS apresentou diferenças em diferentes estados do Brasil. Ele diminuiu nos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, enquanto nos estados do Paraná, Rondônia, Tocantins e Goiás, ele aumentou. Essas mudanças podem estar relacionadas a mudanças econômicas e políticas que afetam as condições de vida das pessoas.

Em relação ao desemprego também ocorreram mudanças importantes entre 2012 e 2019 nos estados e nas regiões do Brasil. O desemprego aumentou nos estados do Acre e Alagoas, enquanto caiu em outros, como Distrito Federal e Minas Gerais. Além disso, as taxas de desemprego são mais elevadas no Norte e Nordeste do que em outras partes do país. Contudo, a taxa de desemprego pode não refletir as realidades do mercado de trabalho, uma vez que

muitas pessoas podem trabalhar informalmente ou estar subempregadas (Atlas da vulnerabilidade social, 2022).

O analfabetismo varia de região para região e de estado para estado no Brasil. As taxas são mais baixas nas regiões Sul e Sudeste, onde Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo se destacam como os mais baixos. Os maiores números estão nas regiões Norte e Nordeste, especialmente Amapá e Alagoas, que foram os maiores em alguns anos. No Centro-Oeste, os preços mais baixos estão no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul, enquanto os mais altos estão em Goiás e Mato Grosso.

Um indicador relevante é a taxa de gravidez na adolescência, um problema preocupante em muitos países, inclusive no Brasil. Embora tenha havido uma diminuição geral na taxa em todo o país entre 2012 e 2019, ainda há uma diferença entre as regiões e estados. A variação nas taxas sugere que diversos fatores socioeconômicos, culturais e educacionais podem influenciar a gravidez na adolescência. É importante reforçar que essa situação pode trazer consequências negativas para a saúde e o bem-estar das meninas, seus filhos e suas famílias (ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL, 2022).

Outro dado é a taxa de mães chefes de família, sem ensino fundamental e com filhos menores de 15 anos em diferentes regiões do país. É importante notar que ser chefe de família pode trazer desafios relevante para a vida das mulheres. As taxas oscilam entre os estados, com a Bahia apresentando a maior taxa em 2019 e o Rio de Janeiro a menor. Na região Sudeste, os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo apresentam as menores porcentagens de mães chefes de família. Na região Sul, Santa Catarina apresentou a menor, ao passo que o Rio Grande do Sul, a maior. Na região Centro-Oeste, o Distrito Federal e Goiás demonstraram as menores. Por outro lado, na região Norte, Rondônia e Roraima evidenciaram as menores e o Amapá e Tocantins tiveram as maiores. Piauí e Bahia revelaram as menores taxas, sendo que Pernambuco e Paraíba as maiores.

Em relação às taxas de homicídio, destacamos que esse tipo penal é um problema crônico que tem sido alvo de enfrentamento há anos. Conforme dados do DATASUS (2022) e IPEA (2022), é possível apresentar e identificar diferenças importantes nas taxas por 100 mil/hab. no período de 2012 e 2019 em diversos estado do Brasil.

O Distrito Federal teve redução, passando de 36,02 em 2012 para 15,91 em 2019. O estado do Mato Grosso teve uma queda de 25,69 em 2019 em comparação a 34,47 em 2012. Já em Goiás, teve uma redução progressiva até 2019, quando a taxa foi de 32,1 homicídios por 100 mil/hab., apesar de ter sido alta nos anos de 2012 a 2014, com taxas acima de 44 homicídios por 100 mil/hab. Por outro lado, Mato Grosso do Sul apresentou uma redução mais acentuada

na taxa de homicídios ao longo dos anos, passando de 27,26 homicídios por 100 mil/hab. em 2012 para 17,67 em 2019. No Rio de Janeiro, apesar de uma leve queda, a taxa de homicídios ainda é alta, sendo de 24,74 em 2019. Já o Espírito Santo teve uma redução na taxa de homicídios, com uma queda de 46,59 em 2012 para 25,95 em 2019. Em São Paulo, também houve uma queda considerável, de 10,57 em 2012 para 6,62 em 2019. A tabela 1 apresenta os dados de forma mais detalhada.

Tabela 1 – Taxa de homicídios por 100 mil/hab. no Brasil, entre 2012 a 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AC	27,41	30,14	29,36	27,01	44,45	62,2	47,05	36,85
AL	64,63	65,07	62,78	52,33	54,18	53,71	43,37	33,41
AP	36,22	30,61	34,09	38,22	48,7	48,01	51,36	42,68
AM	37,43	31,28	32,01	37,38	36,28	41,19	37,79	38,41
BA	43,37	37,85	40,01	39,54	46,94	48,79	45,82	41,13
CE	44,63	50,95	52,31	46,75	40,63	60,23	53,99	26,47
DF	36,02	30	29,55	25,46	25,53	20,07	17,82	15,92
ES	46,59	42,25	41,42	36,9	31,96	37,87	29,33	25,95
GO	45,38	46,24	44,26	45,34	45,34	42,8	38,65	32,1
MA	26,47	31,84	35,94	35,31	34,63	31,14	28,17	24,08
MT	34,47	36,39	42,12	36,84	35,7	32,95	28,73	25,69
MS	27,26	24,35	26,72	23,91	25,02	24,29	20,81	17,67
MG	22,98	22,91	22,78	21,72	22,01	20,36	16,03	13,67
PA	41,37	42,72	42,68	44,95	50,85	54,68	53,19	39,58
PB	39,97	39,62	39,33	38,32	33,88	33,31	31,13	23,72
PR	32,98	26,7	26,89	26,3	27,4	24,37	21,53	18,32
PE	37,25	33,92	36,19	41,16	47,26	57,2	44,12	36,35
PI	16,61	18,78	22,45	20,29	21,82	19,45	18,96	17,38
RJ	29,4	31,22	34,74	30,62	36,38	38,38	37,62	20,57
RN	34,82	42,89	47	44,88	53,35	62,82	52,46	38,38
RS	22,12	20,8	24,31	26,17	28,57	29,29	23,82	19,2
RO	33,08	27,95	33,06	33,93	39,33	30,68	27,08	25,15
RR	30,67	43,85	31,79	40,15	39,67	47,45	71,8	38,63
SC	12,86	11,89	13,45	14,03	14,24	15,23	11,91	10,71
SP	15,67	13,82	14,05	12,22	10,88	10,27	8,18	7,32
SE	41,64	43,95	49,42	58,09	64,66	57,38	49,73	42,33
TO	26,73	23,61	25,45	33,2	37,64	35,93	36,65	28,99

Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Em Minas Gerais, a redução da taxa de homicídios também foi passando de 22,98 em 2012 para 13,67 em 2019. Em Alagoas, a queda foi ainda maior, saindo de 64,63 em 2012 para 33,41 em 2019. Na Bahia, a queda foi mais modesta, passando de 43,37 em 2012 para 41,13 em 2019. No Ceará, houve uma grande variação, com a taxa chegando a 60,23 em 2017, mas caindo drasticamente para 26,47 em 2019. Já no Maranhão e no Piauí, as taxas foram relativamente baixas durante todo o período analisado. Enquanto a primeira teve sua taxa reduzida de 26,47 em 2012 para 24,08 em 2019, a segunda manteve-se abaixo dos 20 homicídios por 100 mil/hab. na maioria dos anos.

O Rio Grande do Norte apresentou uma taxa relativamente alta durante todo o período analisado, com a taxa variando de 34,82 em 2012 para 38,38 em 2019. Já a Paraíba, Pernambuco e Sergipe tiveram quedas na taxa e homicídios, o que é uma boa notícia em termos de segurança pública. Esses estados têm sido considerados exemplos positivos de políticas públicas que visam a redução da violência, como programas de policiamento comunitário, investimentos em tecnologia e equipamentos para as forças de segurança, e ações voltadas para a prevenção do crime.

Tabela 2 – Variação nas taxas de homicídios no Brasil, 2012 a 2019

	Varição 2012 e 2013	Varição 2013 e 2014	Varição 2014 e 2015	Varição 2015 e 2016	Varição 2016 e 2017	Varição 2017 e 2018	Varição 2018 e 2019
AC	10%	-3%	-8%	65%	40%	-24%	-22%
AL	1%	-4%	-17%	4%	-1%	-19%	-23%
AP	-15%	11%	12%	27%	-1%	7%	-17%
AM	-16%	2%	17%	-3%	14%	-8%	2%
BA	-13%	6%	-1%	19%	4%	-6%	-10%
CE	14%	3%	-11%	-13%	48%	-10%	-51%
DF	-17%	-2%	-14%	0%	-21%	-11%	-11%
ES	-9%	-2%	-11%	-13%	18%	-23%	-12%
GO	2%	-4%	2%	0%	-6%	-10%	-17%
MA	20%	13%	-2%	-2%	-10%	-10%	-15%
MT	6%	16%	-13%	-3%	-8%	-13%	-11%
MS	-11%	10%	-11%	5%	-3%	-14%	-15%
MG	0%	-1%	-5%	1%	-7%	-21%	-15%
PA	3%	0%	5%	13%	8%	-3%	-26%
PB	-1%	-1%	-3%	-12%	-2%	-7%	-24%
PR	-19%	1%	-2%	4%	-11%	-12%	-15%
PE	-9%	7%	14%	15%	21%	-23%	-18%
PI	13%	20%	-10%	8%	-11%	-3%	-8%
RJ	6%	11%	-12%	19%	5%	-2%	-45%
RN	23%	10%	-5%	19%	18%	-16%	-27%
RS	-6%	17%	8%	9%	3%	-19%	-19%
RO	-16%	18%	3%	16%	-22%	-12%	-7%
RR	43%	-28%	26%	-1%	20%	51%	-46%
SC	-8%	13%	4%	1%	7%	-22%	-10%
SP	-12%	2%	-13%	-11%	-6%	-20%	-11%
SE	6%	12%	18%	11%	-11%	-13%	-15%
TO	-12%	8%	30%	13%	-5%	2%	-21%

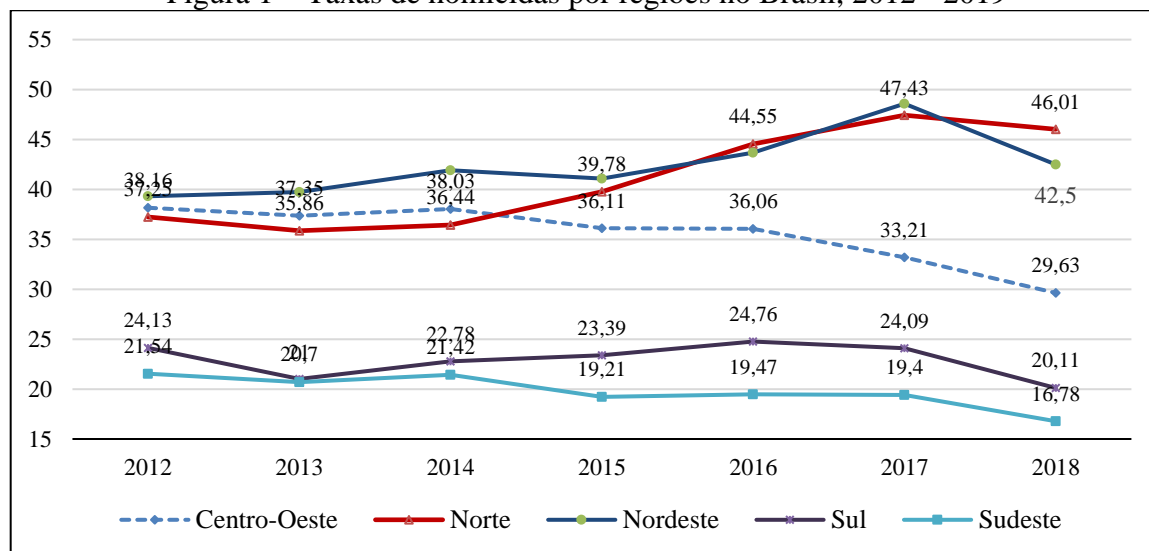
Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Por outro lado, a situação do Ceará é mais instável, com uma grande variação na taxa de ao longo dos anos (Tabela 2). Evidencia-se que o estado enfrentou um período de crise na segurança pública entre 2017 e 2019, com um aumento na criminalidade.

Por fim, os casos do Maranhão e do Piauí demonstram que é possível manter baixas taxas de homicídio mesmo em contextos de vulnerabilidade social e econômica. Os dados analisados mostram que a taxa de homicídios no Brasil varia de acordo com o estado e região. É importante ressaltar que a taxa de homicídios não é um indicador isolado e é influenciada por

diversos fatores, como o índice de desigualdade social, a falta de oportunidades, o acesso às armas e a presença do crime organizado, entre outros.

Figura 1 – Taxas de homicidas por regiões no Brasil, 2012 - 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Ao analisar as taxas de homicídios por 100 mil/hab. (Figura 2) nas regiões do Brasil entre 2012 e 2019, é possível observar variações que refletem diferentes realidades e desafios em relação à criminalidade violenta. Na região Centro-Oeste, as taxas de homicídio apresentaram uma tendência de queda ao longo do período, iniciando-se em 38,16 em 2012 e diminuindo para 29,63 em 2018. Já na região Norte, as taxas de homicídio foram relativamente elevadas ao longo dos anos, com variações que oscilaram entre 35,86 e 47,43. Esses números evidenciam a persistência de desafios no enfrentamento da violência nessa região, possivelmente relacionados a fatores como o tráfico de drogas, disputas territoriais e carência de políticas de segurança eficazes.

No Nordeste, as taxas de homicídio também foram altas, porém com uma tendência de aumento até 2017, seguida de uma queda em 2018. Na região Sul, as taxas de homicídio foram relativamente baixas em comparação com as demais regiões, variando entre 20,11 e 24,76. Isso sugere uma situação de relativa segurança em termos de homicídios. Finalmente, a região Sudeste apresentou as taxas mais baixas de homicídio, com variações entre 16,78 e 21,54. Esses números indicam um cenário de menor violência em relação às outras regiões.

A região Norte se destaca com taxas relativamente altas e desafios contínuos no combate à violência. O Nordeste também enfrenta uma situação preocupante, com taxas elevadas e variações ao longo do período analisado. Já o Centro-Oeste tem demonstrado uma redução gradual das taxas de homicídio, indicando algum progresso nas medidas de segurança adotadas.

Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste se mostram mais seguras, com taxas de homicídio mais baixas em comparação com o restante do país. Em síntese, os dados revelam uma realidade complexa e heterogênea em relação à criminalidade violenta. Enquanto algumas regiões apresentam taxas mais elevadas e persistentes, outras mostram índices mais baixos e tendências de queda ao longo dos anos.

3.1 Região Norte e suas peculiaridades

Nesta parte do trabalho, são apresentadas diversas análises sobre a região norte do Brasil. É discutida a série histórica das taxas de homicídio, juntamente com a persistente desigualdade socioeconômica e a importância de compreender as diferenças entre os estados da região. São apresentados dados sobre taxa de homicídios, estrutura familiar, emprego e renda. Além disso, o texto aborda a presença de organizações criminosas na região e as atividades ilícitas associadas a esses grupos.

No primeiro trecho, são analisadas as diferenças entre as regiões com as maiores e menores taxas de homicídios no Brasil, destacando a importância de entender as diferenças entre os estados da região Norte. No segundo, são apresentados dados sobre a taxa de presos nos sete estados da região Norte do Brasil entre os anos de 2012 a 2019. No terceiro, são apresentados dados sobre a taxa de gravidez em adolescentes, famílias chefiadas por mulheres, densidade de domicílios e taxa de desemprego em diferentes estados, com o objetivo de compreender as particularidades regionais. Por fim, é abordada a presença de organizações criminosas na região norte do Brasil e a necessidade de políticas públicas específicas para enfrentar o problema da violência e do crime organizado.

Em resumo, a análise de dados e a produção de informações confiáveis e atualizadas são fundamentais para subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas de segurança, que considerem as particularidades regionais.

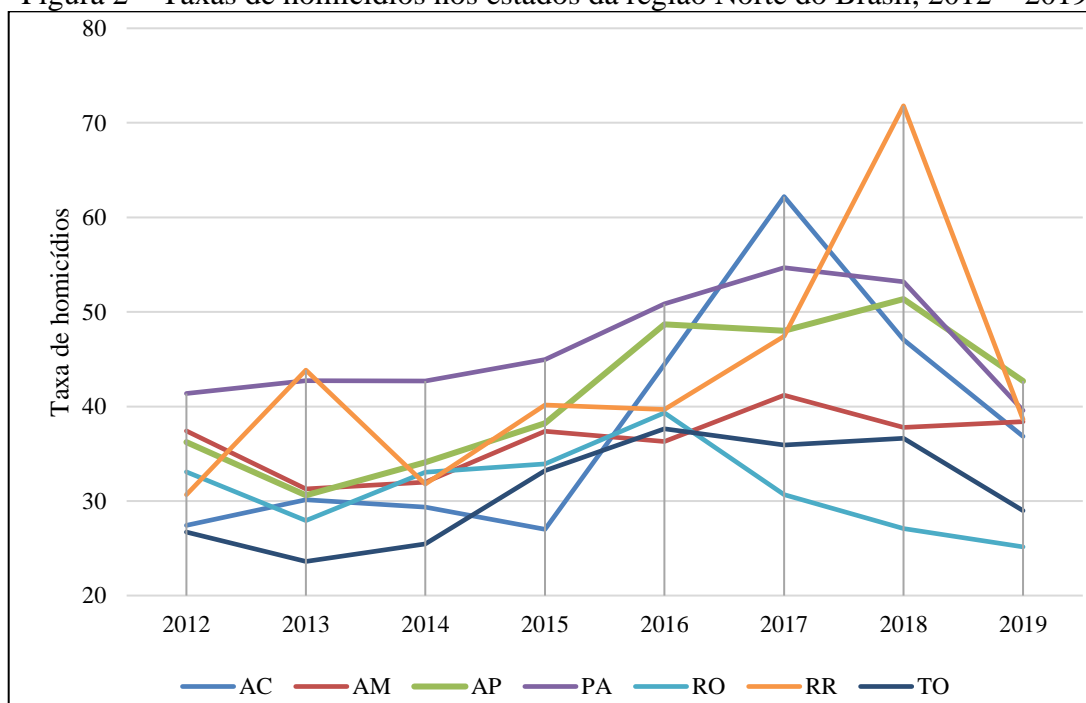
3.1.1 Homicídios nos estados da região Norte do Brasil

A redução da taxa de homicídios é um indicador positivo de melhoria na qualidade de vida das pessoas uma vez que está relacionada à sensação de segurança e confiança da sociedade nas instituições governamentais. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), houve 39.961 mortes por homicídio doloso no Brasil em 2021, equivalente a uma taxa de 18,41 mortes por 100 mil/hab. Embora ainda sejam altos, esses números são menores do que

nos anos anteriores, especialmente em 2017 (65.602 mortes ou 31,59 por 100.000 hab.) e em 2016 (62.517 mortes ou 30,9 por 100.000 hab.).

Algumas regiões do Brasil possuem taxas acima da média nacional, como a região Nordeste (taxa de 35,5 homicídios por 100 mil/hab.) e a Região Norte (taxa de 33, homicídios por 100 mil/hab.). O Pará, é o estado com o maior número de homicídios em números absolutos, com cerca de 2.199, representando 46% do total na região. Já o Amazonas (27%), Amapá (7%), Rondônia (7%), Tocantins (6%), Roraima (4%) e Acre (3%). Quando, as taxas são por 100 mil/hab., o estado do Amazonas (34,82) é o mais violento, seguido por Amapá (34,41), Roraima (29,57), Rondônia (23,58), Tocantins (23,21), Pará (25,07) e em último, Acre (19) (Figura 2).

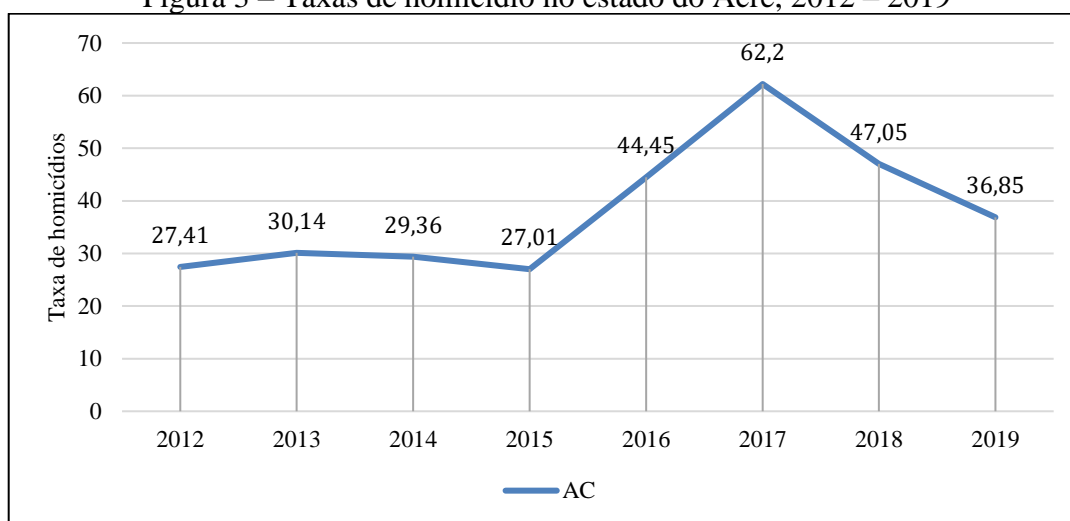
Figura 2 – Taxas de homicídios nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Destaca-se que no estado do Acre (AC), as taxas de homicídio apresentaram diferenças importantes entre 2012 e 2019 (Figura 3). Em 2012, a taxa foi de 27,41 homicídios por 100 mil/hab., aumentando para 30,14 em 2013 e diminuindo em 2014. Contudo, entre 2015 e 2017, houve um crescimento acentuado. No entanto, a partir de 2018, iniciou-se uma queda, chegando a 36,85 homicídios por 100 mil/hab. no ano de 2019.

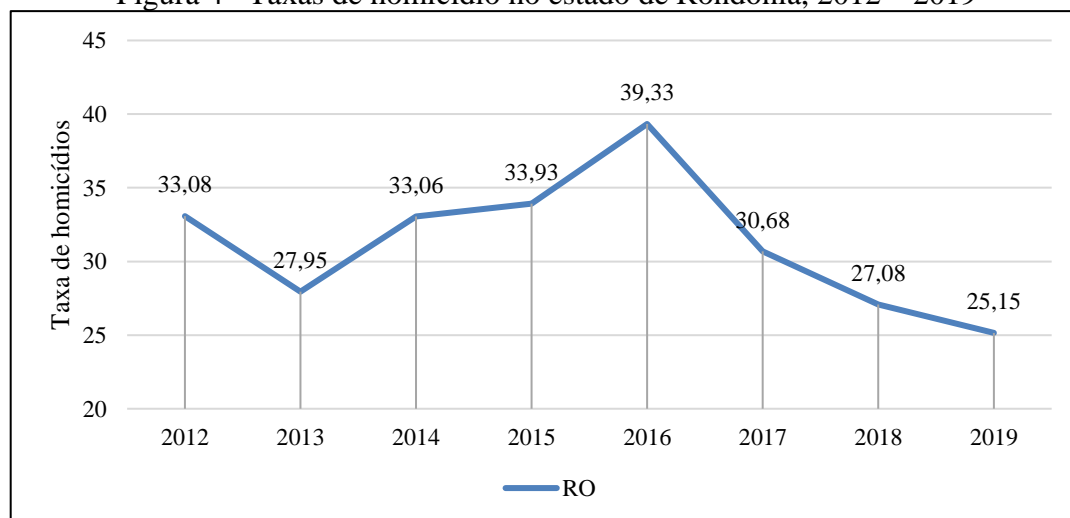
Figura 3 – Taxas de homicídio no estado do Acre, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

No estado de Rondônia (RO) (Figura 4), em 2012, a taxa foi de 33,08 homicídios por 100 mil/hab., sofrendo uma queda para 27,95 em 2013. No entanto, entre 2013 e 2016, houve um aumento, atingindo 39,33 homicídios por 100 mil/hab. Posteriormente, entre 2017 e 2019, as taxas diminuíram, chegando a 25,15 por 100 mil/hab.

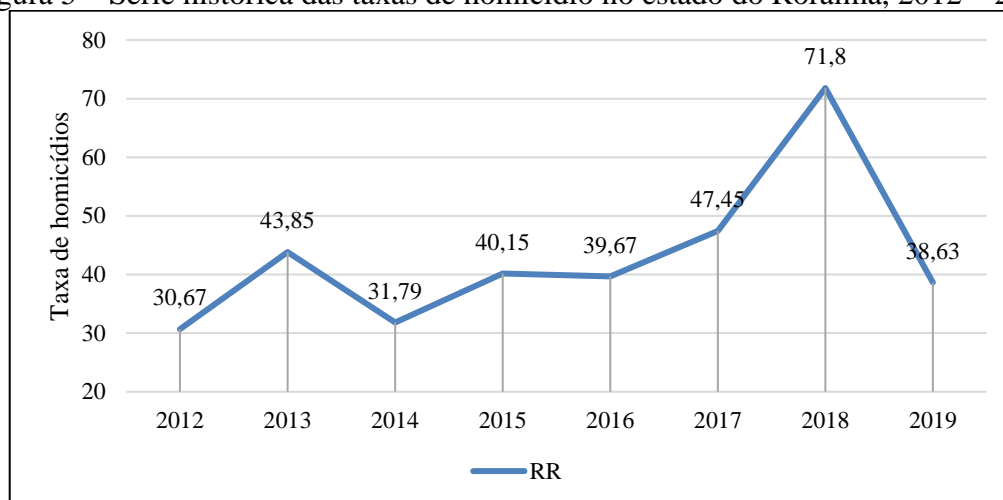
Figura 4 – Taxas de homicídio no estado de Rondônia, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Em Roraima (RR), em 2012, a taxa foi de 30,67 homicídios por 100 mil/hab., aumentando para 43,85 em 2013 (Figura 5). No entanto, houve uma queda em 2014. Em 2015, essa queda foi seguida por um novo aumento. A partir de 2016, as taxas iniciaram uma fase crescente, culminando em 2018 com o maior nível de mortes violentas, registrando uma taxa de 71,8 homicídios por 100 mil/hab. contudo, em 2019, houve uma queda, chegando a 38,63, aproximando-se dos níveis anteriores.

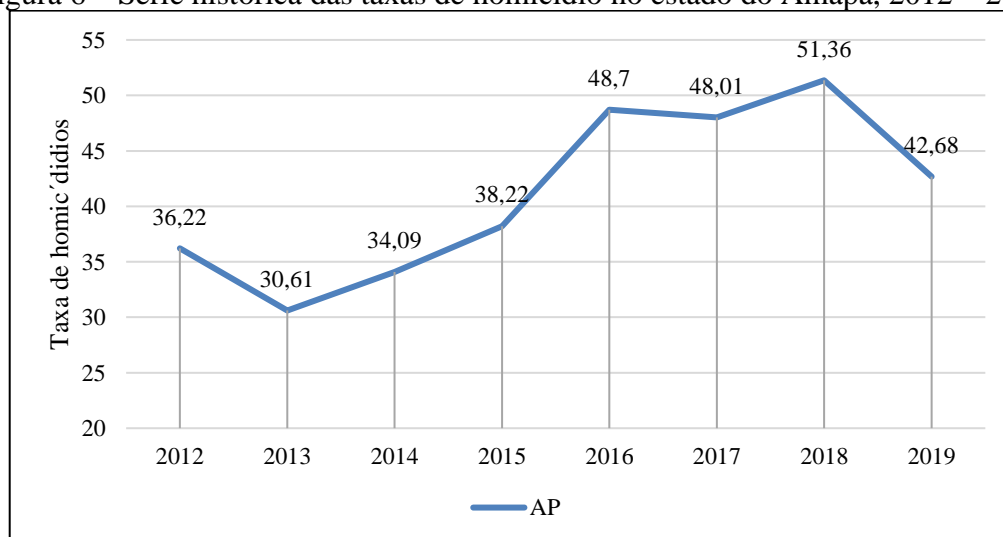
Figura 5 – Série histórica das taxas de homicídio no estado do Roraima, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

No estado do Amapá (AP), as taxas de homicídios entre 2012 e 2013 apresentaram uma redução. Contudo, entre 2014 e 2016, houve um aumento, alcançando 48,7 homicídios por 100 mil/hab., seguido por uma leve queda. Em 2018, registrou-se um novo aumento, atingindo o seu maior nível com uma taxa de 51,36. Entretanto, a partir de 2019, observou-se uma redução, chegando a 42,68 homicídios por 100 mil/hab.

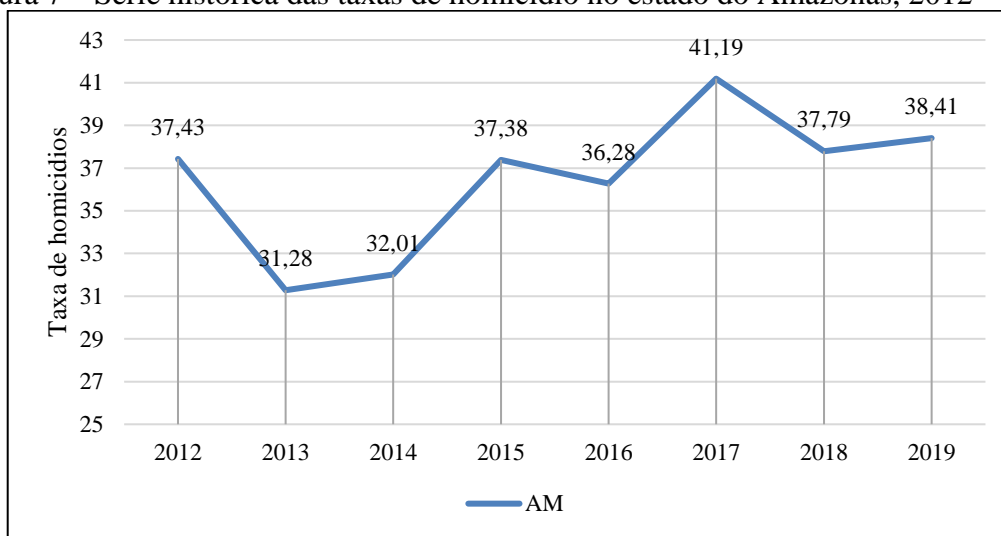
Figura 6 – Série histórica das taxas de homicídio no estado do Amapá, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Percebe-se que o estado do Amazonas (AM) apresentou oscilações entre 2012 e 2019. Conforme figura 7, o ano de 2013 apresentou a menor taxa, enquanto em 2017 a maior. Em 2018, houve uma queda na taxa para 37,79, seguida por um aumento em 2019, chegando a 38,41 homicídios por 100 mil/hab.

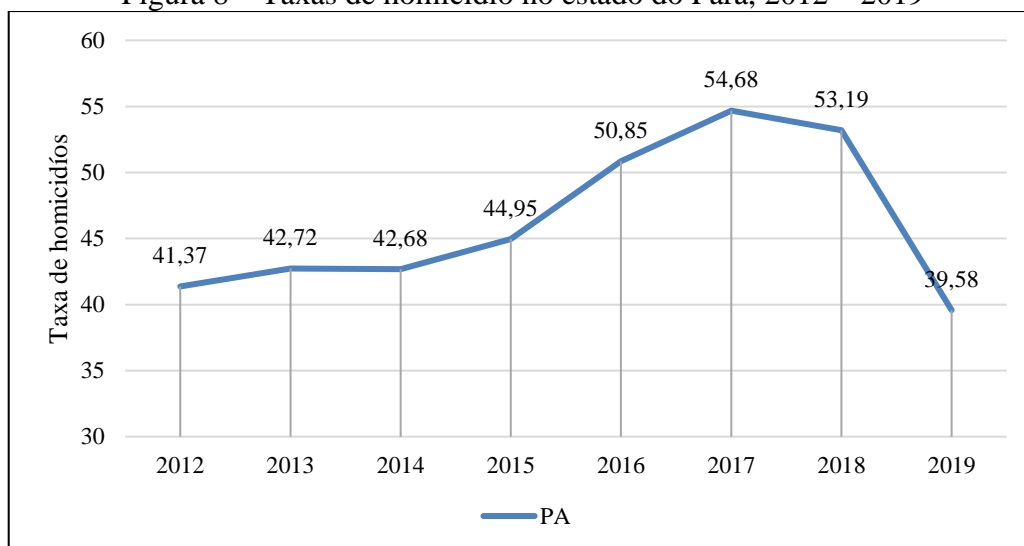
Figura 7 – Série histórica das taxas de homicídio no estado do Amazonas, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Já no estado do Pará (PA), as taxas de homicídio apresentaram um aumento a partir de 2012, quando registraram uma taxa de 41,37, atingindo o máximo em 2017, com 54,68 homicídios por 100 mil/hab. No entanto, entre 2018 e 2019, houve uma redução, chegando a 39,58 homicídios por 100 mil/hab. (Figura 8).

Figura 8 – Taxas de homicídio no estado do Pará, 2012 – 2019

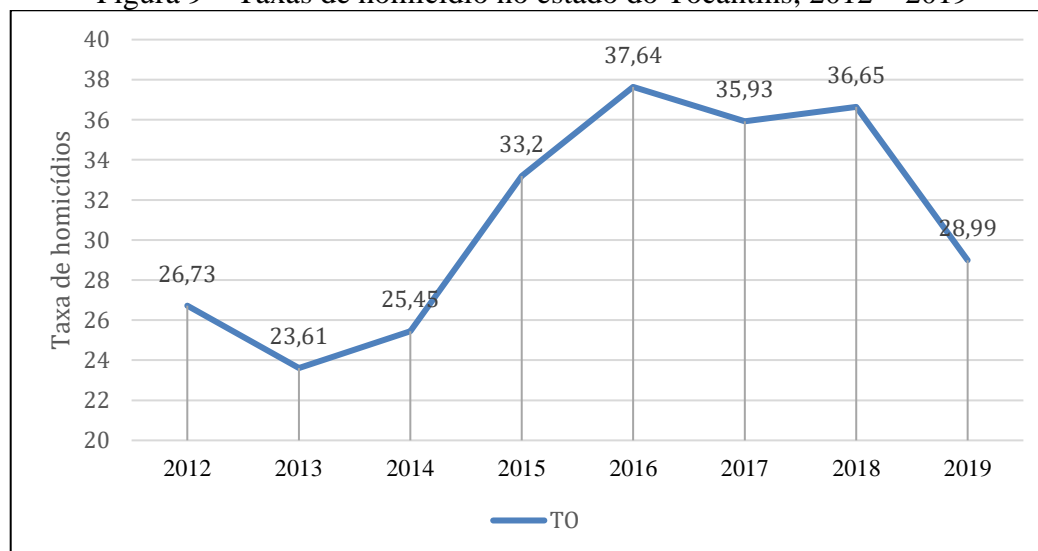


Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Por fim, no estado do Tocantins (TO), as taxas de homicídio também apresentaram variações ao longo do período (Figura 9), partindo de 26,73 em 2012, reduzindo para 23,61 em 2013 e subindo novamente para 25,45 em 2014. Entre 2015 e 2016, houve um aumento,

atingindo o pico de 37,64. A partir de 2017, houve uma queda, chegando a 28,99 em 2019, aproximando-se dos níveis anteriores.

Figura 9 – Taxas de homicídio no estado do Tocantins, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. IPEA; TABNET/DATASUS).

Em geral, a região Norte apresentou altas taxas de homicídio, com variações acentuadas em alguns estados. O Amazonas foi o estado mais estável, enquanto Tocantins apresentou uma redução gradual nas taxas de homicídio. Roraima e Amapá apresentaram variações mais acentuadas. Pará, Roraima e Amapá foram os estados mais violentos em média.

3.1.2 Aspectos sociais, econômicos e demográficos da região Norte do Brasil

A população da Região Norte do Brasil, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU, 2021), era de 18.430.980 habitantes em 2019, com concentração em grandes cidades, apesar de ser pouco povoada, com apenas cerca de 5 habitantes por km² e ocupando uma extensão territorial 3.853.575,6 km². Aponta-se que cada estado da Região Norte possui suas particularidades em relação à população, economia e política. Por exemplo, o Amazonas, o maior estado da região, abrange quase 18% do território nacional, faz fronteira com três países da América Latina e é o mais populoso da região. Já o Pará é o estado com o maior número de habitantes (32%) e de municípios (144), enquanto o Amapá e o Roraima são os menos populosos, com poucas cidades e as menores áreas em km² (Figura 10). Logo, é imprescindível compreender as diferenças entre os estados da Região Norte para analisar os principais indicadores socioeconômicos, políticos e suas implicações na redução da violência letal.

Os estados de Amapá (com 5% da população) e Roraima (com 3%) são os menos populosos na Região Norte do Brasil, com poucas cidades (16 e 15 cidades, respectivamente) e as menores áreas em km². Esses estados também possuem fronteiras com países da América do Sul.

A desigualdade socioeconômica é uma questão preocupante no Brasil, influenciada por fatores históricos, sociais e políticas públicas ineficazes. A Região Norte do Brasil é composta por sete estados (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins), abrangendo cerca de 45% do território nacional.

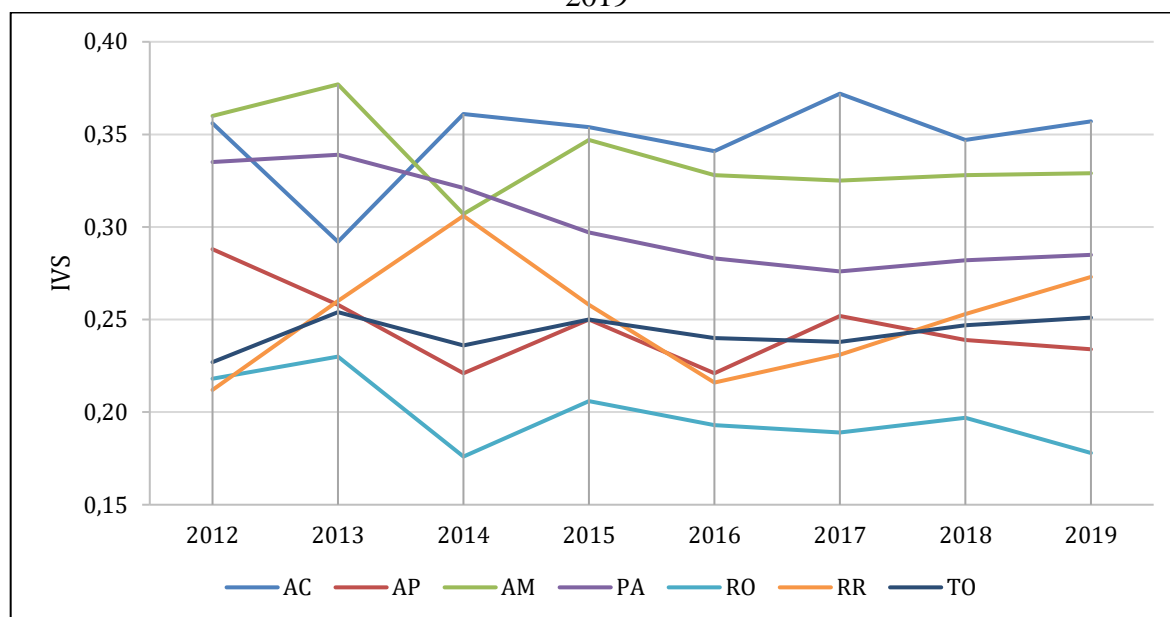
Figura 10 – Mapa da região Norte do Brasil, 2022.



Fonte: IBGE, Coordenação de Geomática, Coordenação de Geografia e Meio Ambiente e Coordenação de Geodésia e Cartografia).

Segundo dados do IBGE, Roraima faz fronteira com a Venezuela, enquanto Pará faz fronteira com Guiana e Suriname, e Amapá com a Guiana Francesa. Já Amazonas e Acre fazem fronteira com a Colômbia e Peru, e Acre com a Bolívia. Essas informações são relevantes para compreender a extensão territorial e as fronteiras da Região Norte.

Figura 11 – Índice de Vulnerabilidade Social dos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019

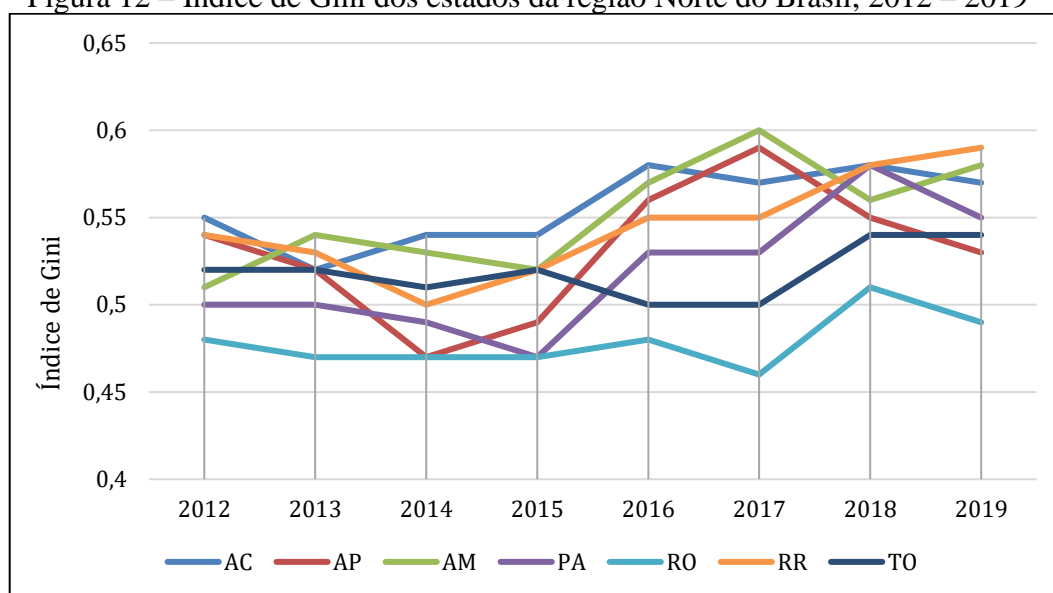


Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA.)

O IVS apresenta variações ao longo dos anos nos estados da Região Norte (Figura 11). Alguns estados tiveram aumento, outros, queda e outras oscilações mais discretas. No estado do Acre, a vulnerabilidade social teve uma queda em 2013, mas voltou a subir nos anos seguintes. No Amazonas, a medida apresentou uma variação menor, mas com tendência de crescimento. Já o Amapá teve uma queda acentuada do índice entre 2012 e 2014, mas apresentou aumento nos anos seguintes. No Pará, houve aumento do índice em 2012 e 2013, mas nos anos seguintes apresentou queda. Em Rondônia, a vulnerabilidade social apresentou uma queda de 2012 a 2014, voltou a subir e caiu novamente em 2019. Em Roraima, houve uma variação, com aumento de 2012 a 2014 e queda nos anos seguintes. No Tocantins, a medida apresentou uma tendência de crescimento entre 2012 e 2013 e manteve-se relativamente estável nos anos seguintes (IVS, 2022).

Além do IVS, também foram analisados os índices de Gini (Figura 12). O estado do Acre teve uma diminuição do índice de Gini em 2013, mas posteriormente houve aumento. O Amazonas apresentou aumento do índice até 2017 e depois diminuição. Já o Amapá teve uma diminuição do índice em 2014, mas depois houve aumento. O Pará manteve-se relativamente estável ao longo dos anos. Em Rondônia, houve variações, com aumento em 2014 e queda em 2017 e recuperação nos anos seguintes. Roraima teve aumento do índice em 2016, mas depois houve queda e recuperação. No Tocantins, o índice manteve-se relativamente estável.

Figura 12 – Índice de Gini dos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA. [http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt /](http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/))

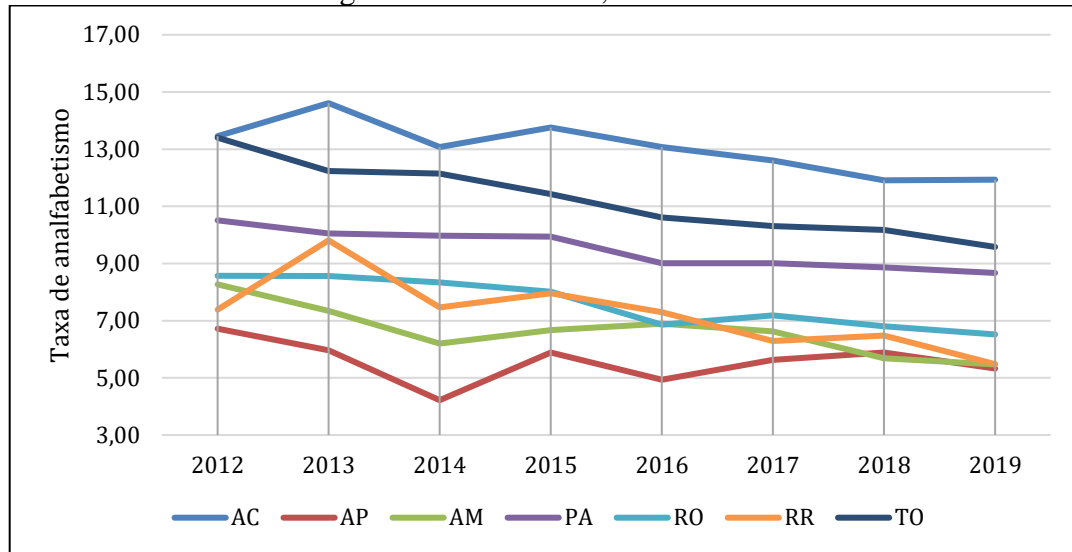
É importante ressaltar que a variação do IVS e do índice de Gini pode estar relacionada a diversos fatores, como políticas públicas implementadas, condições econômicas e sociais, entre outros. Em relação às taxas de analfabetismo (Figura 13), os dados mostraram que houve uma tendência de redução em todos os estados da região Norte do Brasil, ao longo dos anos.

Os estados que apresentaram as maiores taxas de analfabetismo no período foram o Acre e o Tocantins, o que sugere a necessidade de políticas públicas específicas para esses locais. Além disso, ressalta-se que a redução das taxas de analfabetismo não deve ser vista como um indicador isolado de melhoria na qualidade da educação, mas sim como um passo inicial para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um ensino de qualidade e que possam desenvolver suas habilidades e potenciais.

Outro fator a ser considerado na análise é a relação entre o IVS, o índice de Gini e as taxas de analfabetismo. A melhoria desses indicadores pode estar relacionada a diversos fatores, como a implementação de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza, a promoção da educação e o estímulo ao desenvolvimento econômico.

É importante, portanto, que as análises dos indicadores sejam feitas de forma integrada, para que se possa compreender as complexidades envolvidas no desenvolvimento social e econômico de uma região. No que se refere à taxa de gravidez em adolescentes entre 10 e 17 anos, observou-se uma redução nos percentuais em todos os estados analisados (Figura 14).

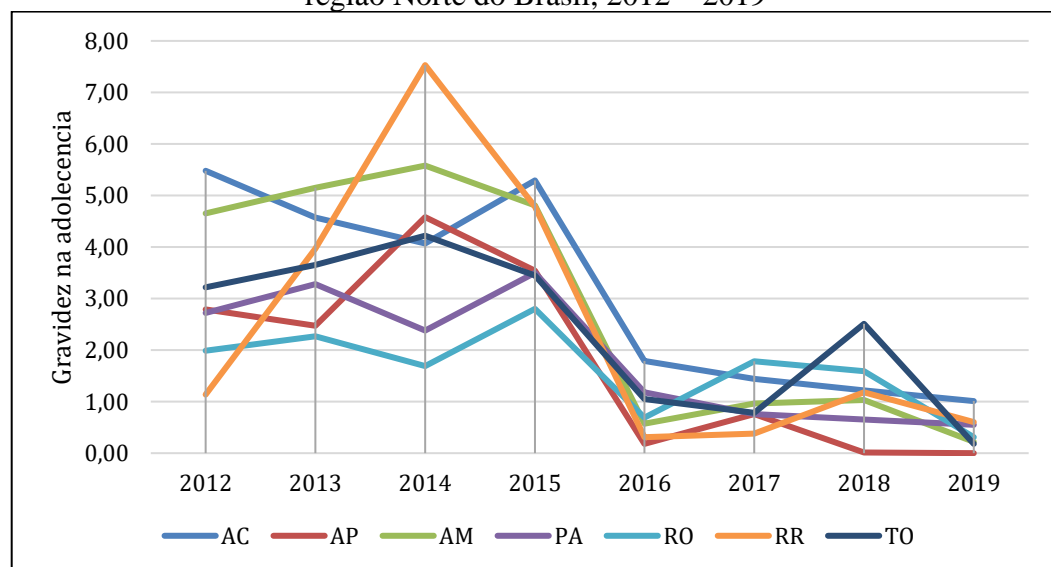
Figura 13 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade dos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>)

Os estados do Acre e Amazonas se destacaram com reduções superiores a 80% e 95%, respectivamente. O estado do Pará apresentou um aumento da taxa em alguns anos, mas desde 2016, foi observada uma diminuição consistente. A taxa de Rondônia variou ao longo do período analisado, atingindo uma taxa mínima de 0,31% em 2019. Em Roraima, houve um aumento expressivo em 2014, mas desde então, a taxa vem diminuindo consistentemente. No estado de Tocantins, a taxa variou consideravelmente ao longo do período analisado.

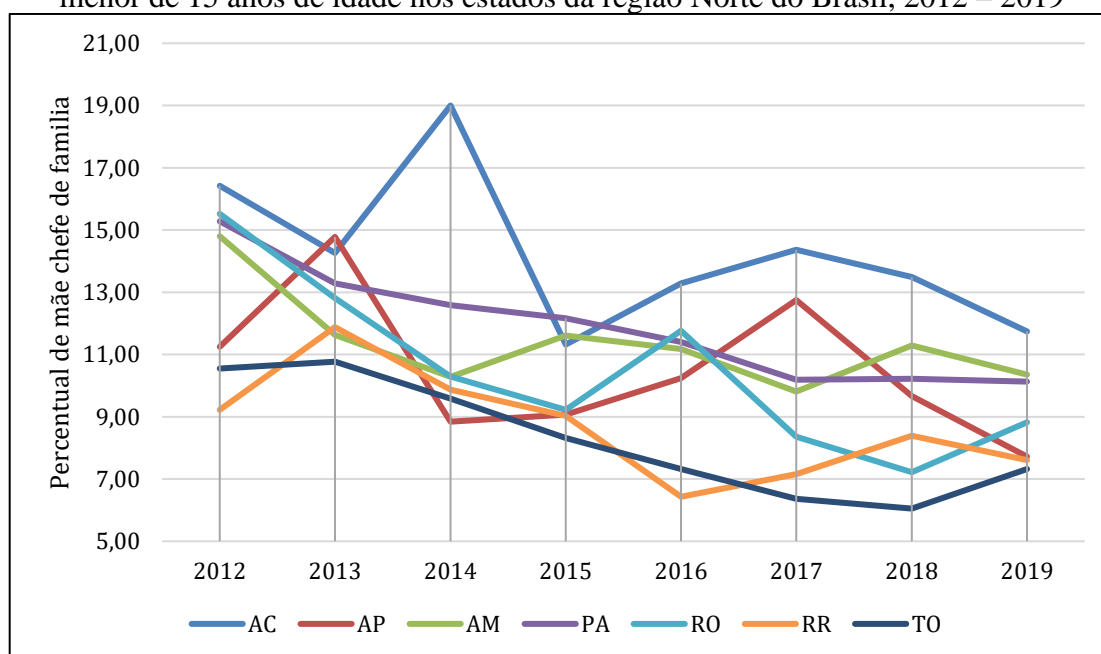
Figura 14 – Porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>)

Em relação às famílias chefiadas por mulheres que são mães com filhos menores de 15 anos (Figura 15), foram observadas diminuições nos percentuais em alguns estados, como no Acre e no Amazonas. Já nos estados do Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, os dados apresentam variações ao longo dos anos, sem um padrão claro de aumento ou diminuição. No Tocantins, houve uma diminuição progressiva do percentual até 2018, mas um ligeiro aumento em 2019.

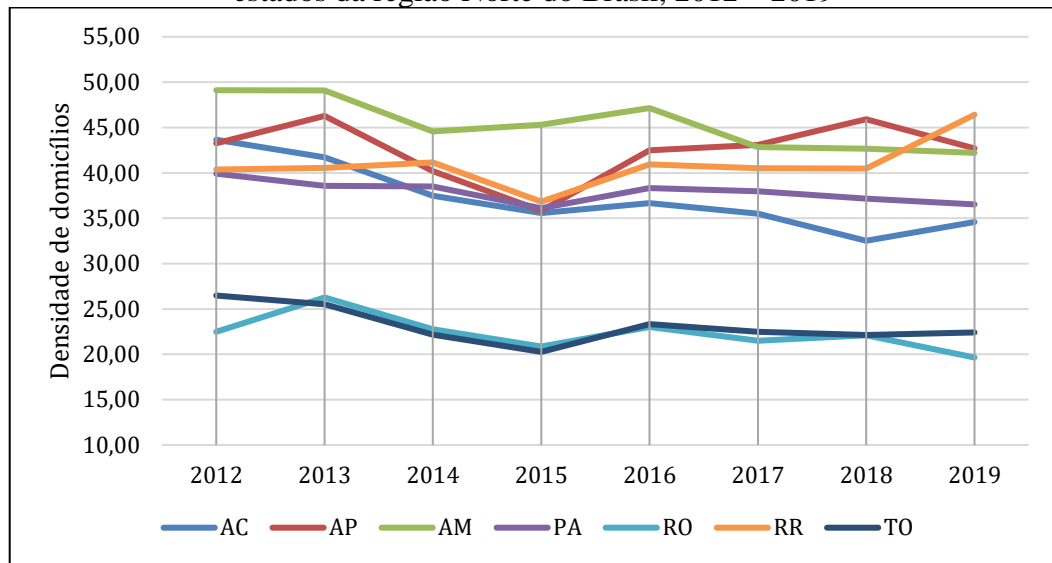
Figura 15 – Porcentagem de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA)

No que se refere à densidade de domicílios, verificou-se uma variação nas proporções de domicílios com densidade maior que dois entre os anos e as unidades federativas consideradas. O Acre apresentou uma queda considerável, enquanto o Amazonas apresentou uma proporção relativamente constante. Os dados de Rondônia e Roraima chamaram a atenção devido às quedas bruscas na proporção de domicílios com densidade maior que dois em alguns anos.

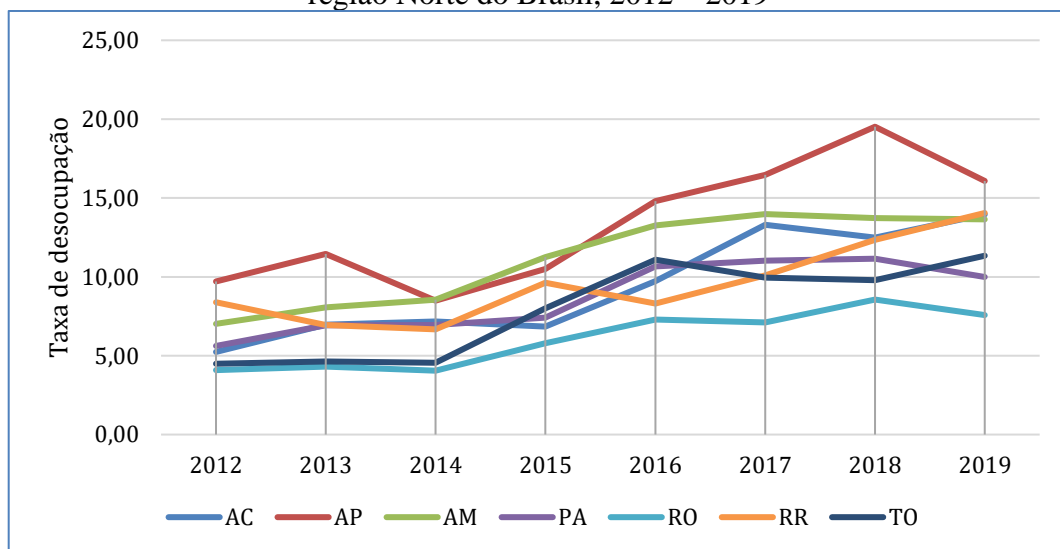
Figura 16 – Porcentagem da população em domicílios com densidade maior que dois nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>)

Por fim, no que diz respeito às taxas de desemprego (Figura 16), observa-se crescimentos em todos os estados da Região Norte. Contudo alguns apresentaram aumento em proporções menores. Neste sentido, destaca-se Rondônia, que se manteve como o estado com menor taxa de desemprego ao longo dos anos, seguido pelos estados do Pará, Tocantins, Roraima e Amazonas. No entanto, o estado do Amapá enfrentou uma trajetória crescente e contínua de desemprego, atingindo o pico em 2018.

Figura 17 - Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade nos estados da região Norte do Brasil, 2012 – 2019



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. Atlas da vulnerabilidade Social/IPEA. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>)

Em resumo, percebe-se que todos os Estados da Região Norte do Brasil enfrentaram realidades econômicas e sociais, destacando a complexidade do cenário do mercado de trabalho nessa região.

3.2 Ações repressivas

3.2.1 Apreensão de armas de fogo

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) e do Ministério da Justiça/Polícia Federal (2021) apontam que a análise da taxa de apreensão de armas de fogo por 100 mil/hab. em cada estado brasileiro como uma ferramenta útil para compreender tendências e possíveis mudanças na segurança pública. Ainda que essas taxas não indiquem a quantidade real de armas de fogo em circulação em cada estado, elas são capazes de fornecer informações sobre a evolução da taxa de apreensão de armas de fogo ao longo dos anos, conforme a tabela 3 do estudo apresenta.

No estado do Acre, observou-se uma queda em 2014 em relação ao ano anterior, mas voltou a subir nos anos seguintes, atingindo a taxa mais alta em 2019. No estado do Pará, houve um aumento em 2016, caindo em 2017, voltando a subir em 2018 e não tendo dados registrados em 2019. Em Rondônia, a taxa de apreensão de armas de fogo aumentou gradualmente nos anos seguintes, chegando à taxa mais alta registrada entre os estados apresentados em 2019. Em Roraima, houve uma queda em 2016, mas aumentou nos anos seguintes, atingindo uma taxa alta em 2018, antes de cair novamente em 2019. No Amazonas, houve um aumento expressivo em 2017 em relação ao ano anterior, mas uma queda em 2019. O Amapá apresentou uma variação ao longo dos anos, com quedas e aumentos expressivos em anos alternados. Já em Tocantins, houve uma alta em 2013 e se manteve relativamente estável nos anos seguintes, com a taxa mais alta registrada em 2019.

Tabela 3 –Taxa de apreensão de armas de fogo por 100 mil hab. na região Norte do Brasil

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Acre	*	85,9	67,7	0,0	87,2	85,8	100,3	103,1
Amazonas	*	24,63	15,33	17,95	18,12	33,27	34,16	25,94
Amapá	*	39,32	12,92	30,91	58,67	43,25	24,11	31,22
Pará	20,08	20,20	14,31	21,15	36,01	17,00	28,48	*
Rondônia	*	95,4	50,4	56,6	57,1	68,3	71,7	114,1
Roraima	*	11,06	30,39	13,25	9,14	53	108	58
Tocantins	21,9	46,5	43,8	38,8	42,1	43,7	58,2	94,7

Fonte: Elaboração do Autor, (Adaptado, Anuário Brasileiro de segurança Pública; Ministério da Justiça).

No entanto, para uma análise mais aprofundada, é necessário considerar outros fatores, como políticas de segurança pública e dinâmica da criminalidade. As flutuações das taxas de apreensão de armas de fogo em cada estado podem estar relacionadas a diferentes políticas de segurança pública implementadas em anos distintos, bem como variações na criminalidade. É possível que mudanças nessas variáveis possam influenciar a dinâmica da apreensão de armas de fogo em cada estado. Por fim, é importante ressaltar que a taxa de apreensão de armas de fogo não é uma medida perfeita da violência armada em um estado, uma vez que pode ser influenciada por diversos fatores.

3.2.1.1 Despesas com segurança pública

A taxa de despesa com segurança pública é um indicador para avaliar a alocação de recursos financeiros do governo na garantia da segurança da população em uma determinada região. Para calcular essa taxa, é necessário dividir o valor total dos gastos com segurança pública pelo número de habitantes da região. A análise dos dados referentes aos estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, entre 2012 e 2019, mostra variações na taxa de despesa com segurança pública por 100 mil/hab. ao longo desse período.

Em 2012, o estado do Amapá que apresentou o maior volume de gastos em segurança pública com um valor de 1.176,04 R\$, seguido pelo Pará. Destaca-se que nos anos seguintes, houve variações em todos os estados. No Pará, a taxa chegou ao menor patamar durante o período analisado em 2014 e voltou a subir nos anos seguintes. Já no Amapá, houve uma grande redução ao longo dos anos, chegando em 2019 a um valor de 139,48 R\$ (Tabela 4). Neste sentido, percebe-se que cada estado da região Norte do Brasil apresenta dinâmicas distintas em relação aos investimentos em segurança pública, refletindo diferentes prioridades e desafios enfrentados em cada localidade.

Tabela 4 – Taxa de despesas com segurança pública por 100 mil hab. Região Norte do Brasil

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Acre	142,58	141,39	128,12	150,21	163,82	145,97	138,56	127,34
Amazonas	225,37	237,01	208,15	232,01	249,37	257,36	219,07	196,57
Amapá	1176,04	973,3	910,25	131,9	164,58	159,47	169,55	139,48
Pará	357,25	345,41	313	308,18	324,2	324,3	293,25	292,27
Rondônia	133,78	144,7	136,84	146,45	204,29	201,57	194,58	208,11
Roraima	209	184,18	148,27	135,39	125,75	118,75	142,21	210,19
Tocantins	167,86	173,55	187,13	191,58	182,51	172,5	165,52	140,54

Fonte: Elaboração do Autor, (Adaptado, Anuário Brasileiro de segurança Pública; Ministério da Justiça).

Em Rondônia, também houve variações (Tabela 4). Em 2012, o valor foi de 133,78, subindo para 144,7 em 2013 e atingindo um pico em 2014, com o valor de 1025,8. Nos anos seguintes, o valor oscilou, chegando a 146,45 em 2015, 204,29 em 2016, 201,57 em 2017,

194,58 em 2018 e 208,11 em 2019. Em Roraima, observa-se que a despesa aumentou em 2016, chegando a 315,6, mas caiu drasticamente nos anos seguintes, atingindo apenas 118,75 em 2017. Em 2019, a despesa ficou em 210,19. Por fim, no Tocantins, percebe-se um aumento gradual entre 2012 e 2015, atingindo o valor máximo de 191,58 em 2015. No entanto, a partir de 2016, houve uma queda nesse indicador, chegando a 140,54 em 2019 (ABSP; MJ/PF, 2022).

Tabela 5 – Variação taxa de despesas com segurança pública por 100 mil hab. Região Norte do Brasil

	Variação 2012 a 2013	Variação 2013 a 2014	Variação 2014 a 2015	Variação 2015 a 2016	Variação 2017 a 2018	Variação 2018 a 2019
Acre	-1%	-9%	17%	9%	-11%	-5%
Amazonas	5%	-12%	11%	7%	3%	-15%
Amapá	-17%	-6%	-86%	25%	-3%	6%
Pará	-3%	-9%	-2%	5%	0%	-10%
Rondônia	8%	-5%	7%	39%	-1%	-3%
Roraima	-12%	-19%	-9%	-7%	-6%	20%
Tocantins	3%	8%	2%	-5%	-5%	-4%

Fonte: Elaboração do Autor, (Adaptado, Anuário Brasileiro de segurança Pública; Ministério da Justiça).

Essas variações podem refletir mudanças nas políticas públicas de segurança, na alocação de recursos financeiros e na eficácia das estratégias de segurança adotadas pelos governos estaduais ao longo dos anos. Portanto, é importante monitorar essas taxas e avaliar se as ações tomadas estão sendo efetivas para garantir a segurança da população. É importante ressaltar que a análise isolada da despesa com segurança pública por habitante pode não ser suficiente para avaliar a efetividade das políticas públicas de segurança.

Outros fatores, como a taxa de criminalidade e o índice de resolução de crimes, devem ser considerados para uma avaliação mais completa do cenário de segurança pública de um determinado estado ou região. Um deles é a diferença no tamanho e densidade populacional de cada estado, o que pode impactar no valor total dos gastos com segurança pública.

Outro fator a ser considerado é a ocorrência de eventos extraordinários que exigem investimentos adicionais em segurança pública, como grandes eventos esportivos, desastres naturais ou conflitos sociais. Esses eventos podem levar a variações nas taxas de despesa com segurança pública de um ano para outro em determinado estado. Além disso, cada estado pode ter uma estratégia diferente de investimento em segurança pública, priorizando diferentes áreas e ações, o que pode influenciar na taxa de despesa por habitante. Por exemplo, um estado que prioriza o investimento em policiamento ostensivo pode ter uma taxa de despesa por habitante maior do que outro estado que investe em sistemas de vigilância eletrônica.

3.2.1.2 Taxas de encarceramento

Com base nos dados analisados, é possível realizar uma análise descritiva das taxas de presos por 100 mil/hab. nos estados da região norte do Brasil, nos anos de 2012 a 2019. O aumento na taxa de encarceramento por 100 mil/hab. é uma preocupação crescente em todo o mundo, e o Brasil não é exceção. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2022), a população carcerária no Brasil em 2021 era de 773.151 pessoas, o que representa uma taxa de aprisionamento de 357 presos por 100 mil habitantes, uma das maiores do mundo.

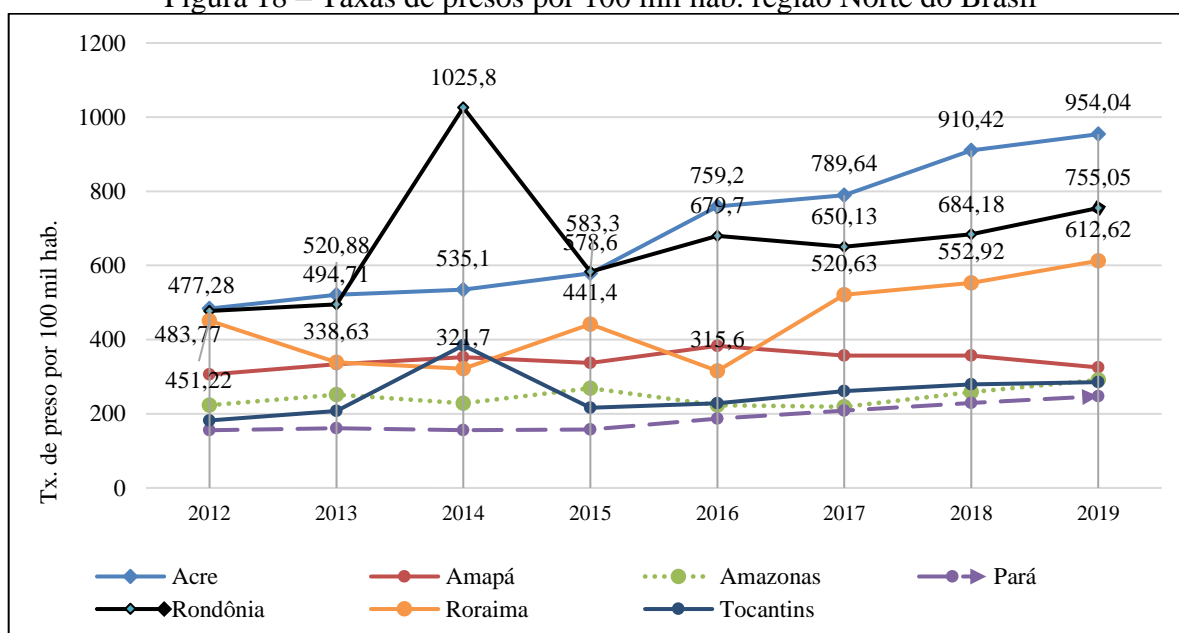
No estado do Acre, observa-se um aumento constante na taxa de presos ao longo dos anos, passando de 483,77 em 2012 para 954,04 em 2019. Esse aumento pode estar relacionado a uma série de fatores, como o crescimento populacional, o aumento na taxa de criminalidade, o endurecimento das leis penais, entre outros (DEPEN, 2022).

Já o estado do Amazonas apresentou uma oscilação em suas taxas, com um crescimento em 2015 e 2019 (269,33 e 291,19, respectivamente). Esse padrão oscilatório pode estar relacionado a fatores conjunturais, como mudanças na política de segurança pública, no número de prisões e no número de crimes cometidos.

O estado do Amapá apresentou um aumento na taxa de encarceramento até 2016, chegando a 383,1, e uma queda nos anos seguintes, tendo uma taxa de 325,16 em 2019. Esse padrão sugere que, embora a população carcerária tenha aumentado até 2016, houve uma diminuição posterior, possivelmente devido a políticas públicas voltadas para a redução da população carcerária. Já o estado do Pará apresentou um aumento na taxa de presos a partir de 2016, chegando a 247,34 em 2019. Esse aumento pode estar relacionado a fatores como o aumento da criminalidade, o crescimento populacional e a maior efetividade das forças policiais na captura de criminosos (DEPEN, 2022).

Em relação ao Tocantins, é possível observar que houve um aumento considerável na taxa de presos entre 2012 e 2014, passando de 182 para 384. Em 2015, houve uma queda acentuada na taxa, que passou para 216,6, mantendo-se em patamares semelhantes até 2019, com uma taxa de 285,53 presos por 100 mil habitantes. Esse padrão sugere que houve um aumento inicial na taxa de aprisionamento, possivelmente relacionado a uma maior efetividade das forças policiais, seguido por uma estabilização posterior.

Figura 18 – Taxas de presos por 100 mil hab. região Norte do Brasil



Fonte: Elaboração do Autor, (Adapt. DEPEN).

Rondônia, apresentou uma oscilação entre 2012 e 2019, com um avanço em 2014 (1025,8) e 2019 (755,05). Em 2015, houve uma queda expressiva na taxa, passando para 583,3, mas voltando a subir em 2016 (679,7) e permanecendo relativamente estável até 2019.

Por fim, em Roraima, observa-se uma variação considerável entre 2012 e 2019, com uma queda acentuada em 2014 (321,7) seguida por um aumento expressivo em 2015 (441,4). A partir de então, a taxa apresentou uma oscilação, mas manteve-se acima de 500 presos por 100 mil/hab. até 2019.

Em suma, esses dados apontam para a necessidade de um olhar mais crítico e aprofundado sobre o sistema prisional na região norte do Brasil, a fim de compreender melhor as dinâmicas de encarceramento e buscar soluções mais efetivas para os desafios enfrentados nessa área.

3.2.1.3 Presença de organizações criminosas

Em relação à criminalidade violenta, a Região Norte apresenta um panorama multicausal. De acordo com o relatório da Cartografia das Violências na Região Amazônica (2022), diversas facções foram identificadas nos estados da região. Dentre elas destaca-se o Primeiro Comando da Capital (PCC), a IFARA (Irmandade, Força Ativa e Responsabilidade Acreana), o Bonde dos 13 (B13), a Família do Norte (FDN), a Família do Coari, a União Criminosa do Amapá (UCA), o Terror do Amapá (FTA), o Bonde dos 40 (B40), o Primeiro Comando Panda (PCP) e o Comando Classe A (CCA) (FBSP, 2022).

No Estado do Acre, as principais organizações criminosas são CV, PCC, Bonde dos 13 e IFARA. Já no Amazonas, destaca-se a FDN, PCC, CV e a Família do Coari. No Amapá, as principais organizações criminosas são a Família Terror do Amapá e a União Criminosa do Amapá. No Pará, as principais organizações incluem CV, CCA, PCC, FDN, Primeira Guerrilha do Norte (PGN), Bonde dos 40, Equipe Rex e Galera do Aurá (GDA). Em Roraima, as principais organizações incluem CV, PCC, FDN, Primeiro Comando Panda (PCP), Trem do Araguá e Pranato. Já em Rondônia, as principais organizações são o Bonde dos 13, CV, CCA, PCC e PCP. E, por fim, no Estado de Tocantins, as principais organizações criminosas são CV, PCC e B13 (FBSP, 2022).

Destaca-se que a existência e permanência de facções e organizações criminosas na região Norte do Brasil estão relacionada a atividades ilegais em cada estado. Por exemplo, em Rondônia, destaca-se que essas organizações operam no tráfico de drogas e contrabando de armas de fogo. No Amapá, além do tráfico de drogas há exploração ilegal de minerais, enquanto no Pará, atuam tanto no tráfico de drogas quanto na exploração de madeira e minerais. Nos estados do Amazonas e Acre, estão envolvidos no tráfico de drogas e em disputas territoriais entre diferentes grupos (MPF, 2021; SEJUS, 2021; FBSP, 2022).

Em resumo, a violência e a criminalidade na Região Norte são complexas, com esses grupos operando em diversas atividades ilícitas. O tráfico de drogas, o contrabando de armas e a exploração ilegal de recursos naturais representam desafios às instituições públicas. A presença desses grupos em áreas de fronteira torna o combate ao crime ainda mais difícil.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este capítulo delinea o procedimento metodológico adotado neste estudo. A teoria de Gibbs (1997) ressalta a importância dos elementos preditivos da teoria, como testabilidade e simplicidade, que direcionam a seleção de métodos, técnicas e instrumentos adequados.

O estudo focou na compreensão das taxas de homicídio na Região Norte do Brasil, utilizando uma abordagem quanti-qualitativa. A ACM foi escolhida como método para identificar associações entre variáveis e representá-las em um espaço multidimensional. Dados de fontes diversas, como IBGE, MJ, DEPEN, IPEA e FBSP, foram integrados, abrangendo aspectos socioeconômicos, fronteiras e ações governamentais repressivas.

A ACM foi essencial para analisar dados categóricos e visualizar relações entre Estados/anos e categorias de variáveis. Isso gerou um espaço relacional onde estados/anos com propriedades semelhantes estavam próximos, enquanto diferenças resultavam em distâncias maiores. A representação gráfica da ACM destacou padrões e associações.

A escolha cuidadosa de variáveis ativas e passivas foi fundamental para criar um espaço representativo na ACM. Variáveis passivas enriqueceram a análise. A metodologia permitiu explorar a estrutura social e econômica por trás das taxas de homicídio, revelando padrões ocultos e relações complexas.

Em resumo, o processo metodológico compreendeu diversas etapas, desde a identificação do problema e formulação de hipóteses até a amostragem, coleta e análise de dados. A interpretação dos resultados por meio do ACM permitiu identificar padrões e tendências ocultos e visualizar relações entre diferentes classes de variáveis complexas. Resumidamente, este capítulo revisa o caminho metodológico que seguimos e destaca como a teoria e a prática estão interligadas na pesquisa.

4.1 Classificação da pesquisa

De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva permite estudar e identificar as associações entre variáveis e determinar a natureza dessas relações. Neste sentido, utilizou-se a ACM como técnica estatística para objetivar o ERHN-BR e explicar os principais aspectos e características presente nesse espaço e entender quais fenômenos poderia estar associado ao aumento ou diminuição das taxas de homicídios.

Nesse contexto Gil (2008) afirma que a pesquisa descritiva é um método que permite identificar correlações entre variáveis, bem como facilitar o entendimento dessas relações. Desta maneira, optamos por empregar a ACM, com o objetivo de objetivar o espaço e

compreender as variáveis investigadas. Logo, proporcionando uma compreensão mais clara desse espaço relacional e explicar as propriedades e fenômenos associados às taxas de homicídio na região estudada. Isso posto, esta investigação adotou o procedimento quanti-qualitativo, conforme Minayo et al. (2011), que ressalta que o método possibilita uma análise mais abrangente dos fenômenos sociais em estudo.

4.2 Fonte de dados

No que diz respeito às fontes de dados utilizadas, vale ressaltar que foram adotadas diversas instituições como fontes primárias. Entre elas, destaca-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPEA, AVS, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Ministério da Justiça/Polícia Federal (MJ/PF). Essas instituições são reconhecidas por sua competência no fornecimento de dados relevantes para estudos socioeconômicos e de segurança pública.

No que se refere às variáveis analisadas, foram consideradas as seguintes categorias:

Variáveis de ordem social e econômica:

Com base no IBGE e AVS, foram coletados dados e informações sociais e econômicas. O IBGE por meio da PNAD: base de dados relativos à ocupação, renda, demografia, educação e força de trabalho, o que possibilita analisar e entender as condições sociais e econômicas da população dos estados/regiões do país.

Já o AVS possui relatórios e análises detalhadas dos níveis de vulnerabilidade social das diferentes regiões do Brasil. Coleta evidências socioeconômicas e demográficas das populações com o objetivo de identificar áreas com desafios intrínsecos e ausências particulares em termos de políticas públicas e intervenções sociais.

Os dados coletados englobam uma variedade de variáveis. Entre elas estão o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda; o IVS, que avalia o grau de vulnerabilidade das regiões; a proporção de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, indicando a gravidez na adolescência; a proporção de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, relacionada à vulnerabilidade social; a população beneficiária do programa Bolsa Família; a proporção de pessoas com rendimentos na população residente, refletindo a distribuição de renda; e a taxa de desocupação, indicando a situação do mercado de trabalho.

No conjunto de dados do IBGE/PNAD, destaca-se outras variáveis relevantes, como a distribuição percentual das pessoas ocupadas por nível de instrução; a proporção de crianças de

6 a 14 anos que não frequentam a escola; a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais; a proporção de crianças em domicílios sem ensino fundamental completo dos moradores; a população em domicílios vulneráveis com idosos; a proporção de empregados com carteira assinada com 18 anos ou mais; a proporção de empregados sem carteira assinada com 18 anos ou mais; a taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais; e a proporção do responsável pelo domicílio.

No caso das variáveis do AVS/IPEA, elas incluem IVS; a proporção de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; a proporção de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos; a proporção da população em domicílios com densidade superior a 2; a distribuição percentual da população por sexo na faixa etária de 14 a 59 anos; a população que recebe auxílio do governo federal; e a proporção de pessoas com rendimentos na população residente. Essas variáveis, em conjunto, permitem uma análise abrangente das dimensões sociais e econômicas estudadas nesta pesquisa.

Variáveis relacionadas às fronteiras:

Os dados utilizados para esta variável foram coletados diretamente do site do IBGE e referem-se aos estados da Região Norte do Brasil que possuem fronteiras com países da América do Sul. Entre esses estados, destaca-se o Amazonas, que faz fronteira com Colômbia, Peru e Venezuela, Roraima, que faz fronteira com Venezuela e Guiana, e o Amapá, que faz fronteira com a Guiana Francesa. Além disso, é importante mencionar o estado do Pará, que faz fronteira com o Suriname. A inclusão desses estados na análise permite compreender as dinâmicas de homicídios nas áreas de fronteira da Região Norte.

Variáveis relacionadas às ações governamentais repressivas:

Para essa dimensão, foram consideradas as seguintes variáveis:

a) Encarceramento

Essa variável está relacionada à taxa de aprisionamento, que representa a proporção de pessoas presas em relação à população total. Os dados referentes a essa variável foram obtidos por meio do Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN).

b) Despesas com a função de Segurança Pública

Nessa variável, foram analisados os gastos governamentais destinados à área de Segurança Pública. Isso inclui investimentos em policiamento, equipamentos, treinamentos e programas de prevenção à violência. Os dados utilizados para essa análise foram coletados a

partir de fontes como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, assim como o MJ/PF.

c) Apreensão de armas de fogo

Essa variável envolve informações sobre a quantidade de armas de fogo apreendidas pelas forças de segurança, incluindo polícia e guardas municipais. Os dados relativos a essa variável foram coletados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

d) Quantidade de entorpecentes apreendidos pelas Polícias

Nessa variável, foram considerados os registros de apreensões de drogas realizadas pelas forças policiais. Os dados relacionados à quantidade de entorpecentes apreendidos foram coletados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Anuário Brasileiro de Segurança Pública e MJ/PF.

e) Registros de ocorrências de tráfico de drogas

Essa variável envolve o número de ocorrências registradas pelas autoridades policiais relacionadas ao crime de tráfico de drogas. Os dados referentes a essa variável também foram coletados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

4.3 Método e Técnica

Durante o processo de análise dos dados, foi empregada a ACM como método estatístico. A ACM permitiu identificar as associações entre as variáveis categóricas analisadas, proporcionando insights sobre os fatores que influenciam as taxas de homicídio na região estudada. Além disso, a ACM possibilitou a análise de dados complexos, a detecção de padrões e tendências ocultas.

A utilização da ACM tem em comum com o espaço social de Bourdieu (1989) a representação em um espaço multidimensional. Enquanto o espaço social revela as posições dos atores sociais e as relações de poder e desigualdade subjacentes, a ACM oferece uma ferramenta estatística para identificar e visualizar correspondências entre categorias de variáveis.

Dessa forma, a ACM contribui para uma compreensão mais aprofundada do espaço relacional ao analisar dados e identificar relações entre as variáveis. A projeção das variáveis em um espaço de dimensões reduzidas pela ACM facilita a visualização de associações e a identificação de padrões que revelam estruturas e dinâmicas subjacentes.

A análise dos dados categóricos foi conduzida por meio da criação de um banco de dados utilizando o software Excel. Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e categorias foram estabelecidas. Posteriormente, foi realizada a ACM utilizando o software SPAD (*Coheris Analytics Spad*).

A utilização desses recursos e ferramentas foi essencial para compreender as características, peculiaridades e particularidades que influenciam a disposição dos estados/anos no espaço. Os dados e informações coletados foram fundamentais para obter uma compreensão mais profunda dos padrões e das relações existentes nesse contexto.

A disposição dos agentes (Estados/anos) no ERHN-BR é influenciada por uma série de características, peculiaridades e particularidades que contribuem para a compreensão da dinâmica e variações nas taxas de homicídios na região estudada. Essas informações foram coletadas de diferentes bases de dados, como mencionado anteriormente, e fornecem insights valiosos para analisar e compreender a complexidade desse fenômeno criminal nessa região.

Para criar um espaço relacional adequado na ACM, foi necessário utilizar dados e informações que possuíssem propriedades, fatores ou dimensões acumuladas ao longo do tempo. Conforme destacado por Bertonceo (2022, p. 145), ao “operacionalizar essa concepção utilizando fontes secundárias, é essencial buscar variáveis que possam servir como indicadores de capital econômico, cultural e social”.

A escolha cuidadosa dessas variáveis, que funcionassem como indicadores de diversos aspectos, foi fundamental para compreender as “diferentes trajetórias de acumulação, conservação ou transformação da estrutura do capital” e, conseqüentemente, da estrutura social na região estudada (BERTONCELO, 2022, p. 145). Essas variáveis permitiram investigar e compreender os processos de preservação ou mudança da estrutura social ao longo do tempo.

Bertonceo (2022) também fornece o passo a passo que o pesquisador deve seguir para construir e operacionalizar uma ACM:

- i.** construir uma matriz de dados no formato indivíduos por variáveis;
- ii.** codificar as variáveis, para que haja um equilíbrio do número de modalidades por variável;
- iii.** escolher as variáveis ativas e passivas, considerando o número de variáveis e modalidades por tópico investigado;
- iv.** examinar se alguma modalidade apresenta frequência menor do que 5% e, então, agrupá-la a outra categoria ou, se não for possível, inseri-la como passiva;
- v.** observar se há indivíduos com proporções elevadas de respostas ausentes em relação ao total de variáveis;
- vi.** decidir quantos eixos interpretar;
- vii.** interpretar os eixos retidos com base na nuvem de categorias;
- viii.** fazer a análise dos dados estruturados;
- ix.** examinar a nuvem de indivíduos, observando a dispersão das subnuvens resultantes da partição da nuvem global conforme as categorias suplementares (Bertonceo, 2022, p. 34-35).

Deste modo, destacamos que ACM é uma ferramenta fundamental no contexto da análise de dados categóricos. Por meio dela, é possível representar graficamente os estados/anos em um espaço objetivo e estruturado, onde as distâncias são determinadas pelas "diferenças em suas propriedades sociais, inclusive dotações desiguais de capitais" (KLÜGER, 2018, p. 69).

Essa projeção facilitou a visualização das posições próximas e distantes no espaço, revelando o grau de homogeneidade dos atributos sociais e sua influência nas relações nas taxas de homicídios na região Norte. Isso significa que os estados/anos e categorias serão posicionados próximos no espaço da ACM se tiverem propriedades ativas similares e distantes se tiverem características distintas.

Ao observar o posicionamento dos estados/anos e categorias no espaço da ACM, é possível identificar agrupamentos e padrões. Estados/anos com características semelhantes ou com altas taxas de homicídio podem estar mais próximos uns dos outros, indicando uma associação entre esses atributos. Por outro lado, estados/anos com características diferentes ou com baixas taxas de homicídio podem estar mais distantes uns dos outros no espaço.

Essa análise visual das relações entre os estados/anos e categorias permite uma compreensão mais abrangente da dinâmica da criminalidade na região estudada. É possível identificar fatores comuns que influenciam as taxas de homicídio e detectar áreas de maior concentração ou dispersão dessas ocorrências.

Essa representação gráfica não apenas permite a construção de "zonas teóricas", mas também viabiliza a produção de "gráficos e tabelas" para a análise (DUVAL, 2015, p. 218). Além disso, contribui ao direcionar as posições dos indivíduos e hierarquizar os eixos, fornecendo uma visualização clara das relações entre as variáveis.

Ao aplicar a ACM, há ainda a possibilidade de descobrir relações entre os indivíduos e suas propriedades, conforme ressaltado por Rouanet, Ackerman e Le Roux (2005). Essa abordagem revela conexões e associações entre os estados/anos, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais subjacentes.

Durante a realização da ACM, é importante considerar as categorias ativas e passivas, que estão relacionadas às propriedades das variáveis. "Apenas variáveis ativas participam da construção do espaço". Por outro lado, as passivas "têm por função complementar a representação gerada pelas variáveis ativas, oferecendo informações adicionais" (Klüger, 2018, p. 80).

As categorias ativas exercem influência na estruturação do espaço de análise. São aquelas que têm maior peso na determinação das associações e correspondências entre as variáveis. Por outro lado, as categorias passivas são aquelas que têm menos influência ou que

são mais afetadas pelas associações identificadas. Elas são menos determinantes na estruturação do espaço (KLÜGER, 2018). No que diz respeito às variáveis passivas, Bonnet, Lebaron e Le Roux (2015, p. 111) destacam que são consideradas aquelas que seguem o método da “diferença calibrada” e que sustentam as argumentações das categorias ativas.

Logo, estados/anos que apresentaram propriedades (variáveis) e aspectos congêneres estão mais próximos, enquanto os que possuem característica e propriedades diferentes mais distante no ERHN-BR. Portanto, esses dados e informações facilitam a materialização desse espaço. De acordo com Klüger (2018, p.79) “a ACM dá origem a nuvens de agentes e nuvens de modalidades. Em uma nuvem, cada agente ou modalidade é um ponto e passa a poder ser referido de acordo com suas coordenadas nos eixos”.

Dessa forma, a ACM proporciona uma visualização gráfica e objetiva do espaço relacional, permitindo a identificação de padrões, similaridades e diferenças entre os estados/anos com base em suas propriedades e características. Isso contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das relações existentes no contexto investigado.

Dentro dessa perspectiva de análise, os quadros abaixo, separados por questões-chave, apresentam as variáveis ativas (*em itálico*), bem como seu significado e as categorias que representam: homicídios, ações governamentais repressivas, população, indicadores socioeconômicos, indicadores sociais e limite territorial. Além disso, foi criado um conjunto de siglas para sintetizar e caracterizar essas variáveis em categorias.

É importante ressaltar que as variáveis ativas são aquelas consideradas na construção dos eixos principais da análise. Por outro lado, as variáveis passivas não influenciam diretamente na escolha desses eixos, mas são consideradas na “análise de dados estruturados, que possibilita apreender os fatores estruturantes das oposições ou afinidades reveladas nos diferentes espaços relacionais” (BERTONCELO, 2022, p. 36).

No Quadro 1, são apresentadas as variáveis e categorias relacionadas aos homicídios na população em geral, segmentadas por faixa etária entre 15 e 59 anos. O quadro evidencia as informações e destaca as diferentes categorias.

Quadro 1 – Variáveis e categorias sobre homicídios, ativas

Variável <i>homicídio da população em geral</i> (Hom), com oito categorias ativas: isto é, taxa de homicídio da população em geral por 100 mil hab.
- Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 23,6 a 29 (Hom1)
- Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 29,4 a 32 (Hom2)
- Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 33 a 36 (Hom3)

<ul style="list-style-type: none"> - Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 36,2 a 38,3 (Hom4) - Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 38,4 a 41,2 (Hom5) - Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 41,3 a 45 (Hom6) - Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 47 a 51,4 (Hom7) - Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 53,2 a 71,8 (Hom8)
<p>Variável <i>homicídio da população de 15 a 29 anos</i> (H15 a 29) com oito categorias ativas: isto é, taxa de homicídio da população de 15 a 29 anos por 100 mil hab.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 31 a 44 (H15 a 29-1) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 44,1 a 52 (H15 a 29-2) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 53 a 58,6 (H15 a 29-3) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 58,7 a 70 (H15 a 29-4) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 71 a 73 (H15 a 29-5) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 73,7 a 85 (H15 a 29-6) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 96 a 113 (H15 a 29-7) - Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 114 a 142,5 (H15 a 29-8)
<p>Variável <i>homicídio da população de 30 a 39 anos</i> (H30 a 39), com categorias ativas: isto é, taxa de homicídio da população de 30 a 39 anos por 100 mil hab.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 12,2 a 13,9 (H30 a 39-1) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 14,0 a 15,1 (H30 a 39-2) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 15,1 a 16,3 (H30 a 39-3) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 16,4 a 16,9 (H30 a 39-4) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 17 a 18,4 (H30 a 39-5) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 18,5 a 19,1 (H30 a 39-6) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 19,4 a 20,1 (H30 a 39-7) - Tx. homicídio da pop, de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 20,3 a 24,5 (H30 a 39-8)
<p>Variável <i>homicídio da população de 40 a 49 anos</i> (H40 a 49), com oito categorias ativas: isto é, taxa de homicídios da população de 40 a 49 anos por 100 mil hab.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 6,7 a 7,6 (H40 a 49-1) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 7,7 a 8,7 (H40 a 49-2) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 8,8 a 9,4 (H40 a 49-3) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 9,8 a 10,3 (H40 a 49-4) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 10,7 a 11,8 (H40 a 49-5) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 11,9 a 12,4 (H40 a 49-6) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 12,5 a 13,4 (H40 a 49-7) - Tx. homicídio da pop, de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 13,5 a 16,0 (H40 a 49-8)

Variável *homicídio da população de 50 - 59 anos (H50 a 59)*, com oito categorias ativas: isto é, taxa de homicídio da população de 50 a 59 anos por 100 mil hab.

- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 4,01 a 5,02 (H50 a 59-1)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 5,0 a 5,6 (H50 a 59-2)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 5,7 a 6,1 (H50 a 59-3)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 6,3a 7,0 (H50 a 59-4)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 7,3 a 8,40 (H50 a 59-5)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 8,5 a 9,2 (H50 a 59-6)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 9,3 a 9,7 (H50 a 59-7)
- Tx. homicídio da pop, de 50 a 59 anos por 100 mil hab.: de 9,9 a 11,1 (H50 a 59-8)

No Quadro 2, são exibidas variáveis e categorias relacionadas às ações governamentais repressivas, abrangendo questões como apreensão de arma de fogo, encarceramento e despesas com segurança pública.

Quadro 2 – Variáveis e categorias sobre ações governamentais repressivas, ativas

Variável *taxa de apreensão de arma de fogo (ArmaF)*, com oito categorias ativas: isto é, quantitativo de armas de fogo apreendidas pelas polícias por 100 mil hab.

- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 0 a 11 (ArmaF1)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 11,5 a 19 (ArmaF2)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 20 a 29 (ArmaF3)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 30 a 40 (ArmaF4)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 42 a 53 (ArmaF5)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 56 a 69 (ArmaF6)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 71 a 95 (ArmaF7)
- Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 95,1 a 115 (ArmaF8)

Variável *taxa de preso por 100 mil habitantes (PRESO)*, com oito categorias ativas: isto é, encarceramento (reclusão de delinquentes da lei, em cárcere, recluso) taxa de encarceramento por 100 mil hab.

- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 156 a 216 (PRESO1)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 217 a 261 (PRESO2)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 269 a 325 (PRESO3)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 334 a 385 (PRESO4)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 441 a 535 (PRESO5)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 553 a 650 (PRESO6)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 680 a 790 (PRESO7)
- Tx. de preso por 100 mil hab.: de 910 a 1026 (PRESO8)

Variável <i>despesa com segurança pública</i> (DESP-SP), com oito categorias ativas: isto é, despesa empenhada com a função segurança pública por 100 mil/hab.
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 118,75 a 139,4 (DESP-SP1) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 139,48 a 150,2 (DESP-SP2) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 150,21 a 182,5 (DESP-SP3) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 182,51 a 219,06 (DESP-SP4) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 219,07 a 257,36 (DESP-SP5) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 292,27 a 323 (DESP-SP6) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 324,2 a 357,25 (DESP-SP7) - Tx. despesa Seg. Públ. por 100.000/hab.: de 357,26 a 1177 (DESP-SP8)

No Quadro 3, são apresentadas variáveis e categorias relacionadas a indicadores sociais, destacando o índice de vulnerabilidade social, índice de Gini e abordando questões educacionais, gravidez na adolescência e estrutura familiar.

Quadro 3 – Variáveis e categorias sobre indicadores sociais, ativas

Variável <i>índice de vulnerabilidade social</i> (IVS), com oito categorias ativas: isto é, índice de vulnerabilidade social. Média aritmética dos índices das dimensões: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,176 a 0,206 (IVS1) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,212 a 0,231 (IVS2) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,234 a 0,251 (IVS3) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,252 a 0,276 (IVS4) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,282 a 0,306 (IVS5) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,307 a 0,329 (IVS6) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,335 a 0,354 (IVS7) - Índice de vulnerabilidade Social: de 0,355 a 0,377 (IVS8)
Variável <i>índice de Gini</i> (GINI), com oito categorias ativas: isto é, coeficiente de Gini que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.
<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Gini de 0,46 a 0,47 (GINI1) - Índice de Gini de 0,48 a 0,49 (GINI2) - Índice de Gini de 0,5 a 0,51 (GINI3) - Índice de Gini de 0,52 a 0,52 (GINI4) - Índice de Gini de 0,53 a 0,54 (GINI5)

<ul style="list-style-type: none"> - Índice de Gini de 0,55 a 0,56 (GINI6) - Índice de Gini de 0,57 a 0,58 (GINI7) - Índice de Gini de 0,59 a 0,6 (GINI8)
<p>Variável <i>% de mães chefes de família com filhos menor de 15 anos</i> (MaeCh), com oito categorias ativas: isto é, percentagem de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % de mães chefes de família de 6 a 7,7 (MaeCh1) - % de mães chefes de família de 7,72 a 8,83 (MaeCh2) - % de mães chefes de família de 8,84 a 9,86 (MaeCh3) - % de mães chefes de família de 9,87 a 10,6 (MaeCh4) - % de mães chefes de família de 10,7 a 12 (MaeCh5) - % de mães chefes de família de 12,1 a 13,3 (MaeCh6) - % de mães chefes de família de 13,4 a 15,4 (MaeCh7) - % de mães chefes de família de 15,5 a 19 (MaeCh8)
<p>Variável <i>% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos</i> (MU10-17F), com oito categorias ativas: isto é, percentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 0 a 0,56 (MU10-17F1) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 0,57 a 1 (MU10-17F2) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 1,01 a 1,49 (MU10-17F3) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 1,5 a 2,3 (MU10-17F4) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 2,38 a 3,27 (MU10-17F5) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 3,27 a 4,1 (MU10-17F6) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 4,2 a 5,2 (MU10-17F7) - % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 5,29 a 7,6 (MU10-17F8)
<p>Variável <i>chefe de família, homem</i> (CHEFE-H), com oito categorias ativas: isto é, percentual do responsável por domicílio, por sexo do responsável.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % do responsável por domicílio, homem: de 6,8 a 9,8 (CHEFE-H1) - % do responsável por domicílio, homem: de 9,9 a 11,4 (CHEFE-H2) - % do responsável por domicílio, homem: de 11,5 a 12,6 (CHEFE-H3) - % do responsável por domicílio, homem: de 12,7 a 13,7 (CHEFE-H4) - % do responsável por domicílio, homem: de 13,8 a 14,6 (CHEFE-H5) - % do responsável por domicílio, homem: de 14,7 a 15,8 (CHEFE-H6) - % do responsável por domicílio, homem: de 15,9 a 17,1 (CHEFE-H7) - % do responsável por domicílio, homem: de 17,2 a 20,1 (CHEFE-H8)
<p>Variável <i>chefe de família, mulher</i> (CHEFE-M), com oito categorias ativas: isto é, percentual do responsável por domicílio, por sexo do responsável.</p>

<ul style="list-style-type: none"> - % do responsável por domicílio, mulher: de 5,8 a 6,9 (CHEFE-M1) - % do responsável por domicílio, mulher: de 7 a 8,1 (CHEFE-M2) - % do responsável por domicílio, mulher: de 8,2 a 9,3 (CHEFE-M3) - % do responsável por domicílio, mulher: de 9,4 a 11(CHEFE-M4) - % do responsável por domicílio, mulher: de 11,1 a 12,6 (CHEFE-M5) - % do responsável por domicílio, mulher: de 12,7 a 13,7 (CHEFE-M6) - % do responsável por domicílio, mulher: de 13,8 a 15 (CHEFE-M7) - % do responsável por domicílio, mulher: de 15,1 a 56,1 (CHEFE-M8)
<p><i>Variável % de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (PNF6-14a), com oito categorias ativas: isto é, percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 0,28 a 1,18 (PNF6-14a-1) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 1,19 a 1,77 (PNF6-14a-2) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 1,82 a 2,54(PNF6-14a-3) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 2,7 a 3,13 (PNF6-14a-4) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 3,13 a 3,53 (PNF6-14a-5) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 3,62 a 4,45 (PNF6-14a-6) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 4,75 a 5,13 (PNF6-14a-7) - % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 22,76 a 40,94 (PNF6-14a-8)
<p><i>Variável população analfabeta acima de 14 anos (ANALF), com oito categoria ativas: isto é, taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de analfabetismo: de 4,2 a 5,7 (ANALF1) - Taxa de analfabetismo: de 5,8 a 6,5 (ANALF2) - Taxa de analfabetismo: de 6,5 a 7,2 (ANALF3) - Taxa de analfabetismo: de 7,3 a 6,7 (ANALF4) - Taxa de analfabetismo: de 8,2 a 9,6 (ANALF5) - Taxa de analfabetismo: de 9,8 a 10,7 (ANALF6) - Taxa de analfabetismo: de 11,43 a 12,7 (ANALF7) - Taxa de analfabetismo: de 13 a 14,61(ANALF8)
<p><i>Variável % criança onde nenhum morador tem ensino fundamental (CRI-sf), com oito categoria ativas: isto é, porcentagem de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.</i></p>
<ul style="list-style-type: none"> - % de criança onde nenhum morador tem EF: de 3,56 a 7,9 (CRI-sf1) - % de criança onde nenhum morador tem EF: de 7,91 a 9,16 (CRI-sf2) - % de criança onde nenhum morador tem EF: de 9,92 a 12 (CRI-sf3) - % de criança onde nenhum morador tem EF: de 13 a 16(CRI-sf4)

- % de criança onde nenhum morador tem EF: de 16,1 a 19,9 (CRI-sf5)
- % de criança onde nenhum morador tem EF: de 19,1 a 23 (CRI-sf6)
- % de criança onde nenhum morador tem EF: de 24 a 27 (CRI-sf7)
- % de criança onde nenhum morador tem EF: de 28 a 33(CRI-sf8)

No Quadro 4, são apresentadas variáveis e categorias relacionadas a indicadores socioeconômicos, com destaque para percentual de pessoas com rendimento na população residente, pessoas em domicílios com renda *per capita* < ½ salário mínimo, taxa de desemprego, empregados com carteira assinada, empregados sem instrução, com ensino fundamental completo e superior completo.

Quadro 4 – Variáveis e categorias sobre indicadores socioeconômicos, ativas

Variável <i>% de pessoas com rendimento na população residente</i> (P-RENDA), com oito categorias ativas: isto é, percentual de pessoas com rendimento na população residente.
<ul style="list-style-type: none"> - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 30 a 47,2 (P-RENDA1) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 47,3 a 48,5 (P-RENDA2) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 48,6 a 49,7 (P-RENDA3) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 49,8 a 50,7 (P-RENDA4) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 50,8 a 52,9 (P-RENDA5) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 53 a 54,9 (P-RENDA6) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 55 a 56,9 (P-RENDA7) - % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 57 a 58,7 (P-RENDA8)
Variável <i>pessoas em domicílios com renda per capita < ½ SM</i> (PB< ½ SM), com oito categorias ativas: isto é, população em domicílios vulneráveis e com idoso em que pelo menos um dos moradores possui idade igual ou superior a 65 anos.
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas renda per capita < ½ SM: de 0,3 a 0,89 (PB< ½ SM1) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 0,9 a 1,2 (PB< ½ SM2) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 1,21 a 1,49 (PB< ½ SM3) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 1,5 a 1,85(PB< ½ SM4) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 1,86 a 2 (PB< ½ SM5) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 2,01 a 2,25 (PB< ½ SM6) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 2,26 a 2,76 (PB< ½ SM7) - Pessoas renda per capita < ½ SM de 2,77 a 12 (PB< ½ SM8)
Variável <i>taxa de desemprego</i> (DESEMP), com oito categorias ativas: isto é, taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade.
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. de Desemprego: de 0,47 a 4,05 (DESEMP1) - Tx. de Desemprego: de 4,08 a 6,6 (DESEMP2) - Tx. de Desemprego: de 6,61 a 7,5 (DESEMP3)

<ul style="list-style-type: none"> - Tx. de Desemprego: de 7,51 a 9,6 (DESEMP4) - Tx. de Desemprego: de 9,61 a 10,66 (DESEMP5) - Tx. de Desemprego: de 10,67 a 12,4 (DESEMP6) - Tx. de Desemprego: de 12,41 a 14,7 (DESEMP7) - Tx. de Desemprego: de 14,7 a 20 (DESEMP8)
<p>Variável <i>empregados com carteira</i> (EMP-C), com oito categorias ativas: isto é, percentual de empregados com carteira de 18 anos ou mais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % de empregados com carteira de 18 a 22 (EMP-C1) - % de empregados com carteira de 22,1 a 23,4 (EMP-C2) - % de empregados com carteira de 23,41 a 24,6 (EMP-C3) - % de empregados com carteira de 24,7 a 26 (EMP-C4) - % de empregados com carteira de 26,1 a 28,57 (EMP-C5) - % de empregados com carteira de 28,58 a 30 (EMP-C6) - % de empregados com carteira de 30,1 a 32,7 (EMP-C7) - % de empregados com carteira de 32,71 a 34 (EMP-C8)
<p>Variável <i>empregado com ensino fundamental completo</i> (EMP-EF), com oito categorias ativas: isto é, distribuição percentual das pessoas ocupadas com rendimento, por nível de instrução.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 4 a 6 (EMP-EF1) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 6,1 a 7,1(EMP-EF2) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 7,2 a 8,1(EMP-EF3) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 8,2 a 9 (EMP-EF4) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 9,1 a 10 (EMP-EF5) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 10,1 a 11,5 (EMP-EF6) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 11,6 a 15 (EMP-EF7) - % das pessoas ocupadas com rendimento, E.F de 15,1 a 38,2 (EMP-EF8)
<p>Variável <i>empregado sem instrução</i> (EMPR-SI), com oito categorias ativas: isto é, distribuição percentual das pessoas ocupadas com rendimento, com rendimento, por nível de instrução.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 1,7 a 2,6 (EMPR-SI1) - % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 2,7 a 3,4 (EMPR-SI2) - % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 3,6 a 4 (EMPR-SI3) - % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 4,1 a 4,8(EMPR-SI4) - % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 4,9 a 6,3 (EMPR-SI5) - % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 6,4 a 7,4 (EMPR-SI6)

- % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 7,5 a 8,4 (EMPR-SI7)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 8,5 a 20 (EMPR-SI8)
Variável <i>empregado com ensino superior</i> (OCUPA-S), com oito categorias ativas: isto é, distribuição percentual das pessoas ocupadas com rendimento, com rendimento, por nível de instrução.
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 7,3 a 10,4(OCUPA-S1)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 10,5 a 12,5 (OCUPA-S2)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 12,6 a 13,9 (OCUPA-S3)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 14 a 15,3 (OCUPA-S4)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 15,4 a 16,8 (OCUPA-S5)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 16,9 a 18,7 (OCUPA-S6)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 18,8 a 21,1(OCUPA-S7)
- % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 21,2 a 255,5(OCUPA-S8)

No Quadro 5, são destacadas variáveis e categorias sobre população e domicílios, abrangendo densidade populacional superior a 2, distribuição populacional por faixa etária e sexo para pessoas com idade entre 14 a 59 anos.

Quadro 5 – Variáveis e categorias sobre população, ativas

Variável <i>domicílios com densidade > 2</i> (DENSID), com oito categorias ativas: isto é, porcentagem da população em domicílios com densidade superior a 2.
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 4,3 a 21 (DENSID1)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 21,4 a 23,3 (DENSID2)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 23,31 a 35,9 (DENSID3)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 36 a 38,4 (DENSID4)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 38,41 a 41,2 (DENSID5)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 42,21 a 45 (DENSID6)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 45,1 a 47 (DENSID7)
- % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 47,1 a 49,11 (DENSID8)
Variável <i>população de 14 a 29 anos, homem</i> (P14 - 29H), com oito categorias ativas: isto é, população de 14 a 29 anos - distribuição percentual da população por sexo 14 a 29 de idade.
- População de 14 a 29 anos, homem: de 27,6 a 28,4 (P14 - 29H1)
- População de 14 a 29 anos, homem: de 28,5 a 29,1 (P14 - 29H2)
- População de 14 a 29 anos, homem: de 29,1 a 29,9 (P14 - 29H3)
- População de 14 a 29 anos, homem: de 30 a 30,7 (P14 - 29H4)

<ul style="list-style-type: none"> - População de 14 a 29 anos, homem: de 30,8 a 31,2 (P14 - 29H5) - População de 14 a 29 anos, homem: de 31,3 a 32,1 (P14 - 29H6) - População de 14 a 29 anos, homem: de 32,2 a 32,7 (P14 - 29H7) - População de 14 a 29 anos, homem: de 32,8 a 33,5 (P14 - 29H8)
<p>Variável <i>população de 14 a 29 anos, mulher</i> (P14 - 29M), com oito categorias ativas: isto é, população de 14 a 29 anos - distribuição percentual da população por sexo 14 a 29 de idade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - População de 14 a 29 anos, mulher: de 25,9 a 28,3 (P14 - 29M1) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 28,4 a 29 (P14 - 29M2) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 29,1 a 29,7 (P14 - 29M3) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 29,8 a 30,2 (P14 - 29M4) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 30,3 a 30,7(P14 - 29M5) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 30,8 a 31,6 (P14 - 29M6) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 31,7 a 31,8 (P14 - 29M7) - População de 14 a 29 anos, mulher: de 32,9 a 34 (P14 - 29M8)
<p>Variável <i>população de 30 a 39 anos, homem</i> (P30 - 39H), com oito categorias ativas: isto é, população de 30 a 39 anos - distribuição percentual da população por sexo 30 a 39 de idade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - População de 30 a 39 anos, homem: de 13,8 a 14,5 (P30 - 39H1) - População de 30 a 39 anos, homem: de 14,6 a 14,9 (P30 - 39H2) - População de 30 a 39 anos, homem: de 15 a 15,3 (P30 - 39H3) - População de 30 a 39 anos, homem: de 15,4 a 15,5 (P30 - 39H4) - População de 30 a 39 anos, homem: de 15,6 a 15,9 (P30 - 39H5) - População de 30 a 39 anos, homem: de 16 a 16,3 (P30 - 39H6) - População de 30 a 39 anos, homem: de 16,4 a 16,6 (P30 - 39H7) - População de 30 a 39 anos, homem: de 16,7 a 17 (P30 - 39H8)
<p>Variável <i>população de 30 a 39 anos, mulher</i> (P30 - 39M), com oito categorias ativas: isto é, população de 30 a 39 anos - distribuição percentual da população por sexo 30 a 39 de idade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - População de 30 a 39 anos, mulher: de 14,4 a 15,2 (P30 - 39M1) - População de 30 a 39 anos, mulher: de 15,3 a 15,5 (P30 - 39M2) - População de 30 a 39 anos, mulher: de 15,7 a 15,9 (P30 - 39M3) - População de 30 a 39 anos, mulher: de 16 a 16,1 (P30 - 39M4) - População de 30 a 39 anos, mulher: de 16,2 a 15,5 (P30 - 39M5) - População de 30 a 39 anos, mulher: de 16,6 a 16,8 (P30 - 39M6) - População de 30 a 39 anos, mulher: de 16,9 a 17,3 (P30 - 39M7)

- População de 30 a 39 anos, mulher: de 17,5 a 18,1 (P30 - 39M8)
<i>Variável população de 40 a 49 anos, homem (P40 - 49-H), com oito categorias ativas: isto é, população de 40 a 49 anos - distribuição percentual da população por sexo 40 a 49 de idade.</i>
<ul style="list-style-type: none"> - População de 40 a 49 anos, homem: de 9,6 a 10,4 (P40 - 49-H1) - População de 40 a 49 anos, homem: de 10,7 a 10,9 (P40 - 49-H2) - População de 40 a 49 anos, homem: de 11 a 11,3 (P40 - 49-H3) - População de 40 a 49 anos, homem: de 11,4 a 11,6 (P40 - 49-H4) - População de 40 a 49 anos, homem: de 11,8 a 12,1 (P40 - 49-H5) - População de 40 a 49 anos, homem: de 12,2 a 15,5 (P40 - 49-H6) - População de 40 a 49 anos, homem: de 12,7 a 13,1 (P40 - 49-H7) - População de 40 a 49 anos, homem: de 13,2 a 14,2 (P40 - 49-H8)
<i>Variável população de 40 a 49 anos, mulher (P40 - 49-M), com oito categorias ativas: isto é, população de 40 a 49 anos - distribuição percentual da população por sexo 40 a 49 de idade.</i>
<ul style="list-style-type: none"> - População de 40 a 49 anos, mulher: de 9,7 a 10,7 (P40 - 49-M1) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 10,8 a 11 (P40 - 49-M2) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 11,1 a 11,5 (P40 - 49-M3) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 11,6 a 11,8 (P40 - 49-M4) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 11,9 a 12,3 (P40 - 49-M5) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 12,4 a 12,9 (P40 - 49-M6) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 13,1 a 13,6 (P40 - 49-M7) - População de 40 a 49 anos, mulher: de 13,9 a 14,8 (P40 - 49-M8)
<i>Variável população de 50 a 59 anos, homem (P50 - 59H), com oito categorias ativas: isto é, população de 50 a 59 anos - distribuição percentual da população por sexo 50 a 59 de idade.</i>
<ul style="list-style-type: none"> - População de 50 a 59 anos, homem: de 6 a 6,4 (P50 - 59H1) - População de 50 a 59 anos, homem: de 6,8 a 7 (P50 - 59H2) - População de 50 a 59 anos, homem: de 7,1 a 7,3 (P50 - 59H3) - População de 50 a 59 anos, homem: de 7,4 a 7,7 (P50 - 59H4) - População de 50 a 59 anos, homem: de 7,8 a 8,3 (P50 - 59H5) - População de 50 a 59 anos, homem: de 8,4 a 8,7 (P50 - 59H6) - População de 50 a 59 anos, homem: de 8,8 a 9,2 (P50 - 59H7) - População de 50 a 59 anos, homem: de 9,5 a 10,2 (P50 - 59H8)

Variável *população de 50 a 59 anos, mulher* (P50 - 59M), com oito categorias ativas: isto é, população de 50 a 59 anos - distribuição percentual da população por sexo 50 a 59 de idade.

- População de 50 a 59 anos, mulher: de 5,6 a 6,7 (P50 - 59M1)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 6,8 a 7 (P50 - 59M2)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 7,1 a 7,4 (P50 - 59M3)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 7,5 a 7,8 (P50 - 59M4)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 7,9 a 8,2 (P50 - 59M5)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 8,3 a 8,6 (P50 - 59M6)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 8,8 a 9,4 (P50 - 59M7)
- População de 50 a 59 anos, mulher: de 9,6 a 10,1 (P50 - 59M8)

Como evidenciando anteriormente, as variáveis passivas não interferem na definição dos eixos, mas permitem compreender os fatores que estruturam. Deste modo, os quadros abaixo mostram as variáveis passivas (*em itálico*), seu significado e as categorias que as representam, bem como as siglas que sintetizar as mesmas.

No Quadro 6 é apresentada a variável homicídio oculto, definida por Cerqueira (2013) como “mortes violentas com causa indeterminada, no âmbito do Sistema de Informações sobre Mortalidade” (CERQUEIRA, 2013, p. 14), com oito categorias específicas.

Quadro 6 – Variáveis e categorias sobre homicídios, passivas

Variável *homicídio oculto* (HomO), com oito categorias passivas: isto é, taxa de homicídio oculto por 100 mil hab.

- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 0,46 a 0,65 (HomO1)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 0,76 a 0,9 (HomO2)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 1 a 1,4 (HomO3)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 1,41 a 1,7 (HomO4)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 1,9 a 2,8 (HomO5)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 3 a 4,4 (HomO6)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 4,5 a 6,6 (HomO7)
- Tx. homicídios ocultos por 100 mil hab.: de 6,7 a 11,4 (HomO8)

No Quadro 7, são destacadas variáveis e categorias relacionadas às ações governamentais repressivas, abrangendo a apreensão de cocaína e maconha, bem como o registro de ocorrência de tráfico de drogas.

Quadro 7 – Variáveis e categorias sobre ações governamentais repressivas, passivas

Variável <i>apreensão de cocaína (kg)</i> (COCAIN), com oito categorias passivas: isto é, apreensão de cocaína (Kg) por 100 mil habitantes.
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 0 a 6,4 (COCAIN1) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 6,5 a 18,1 (COCAIN2) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 18,2 a 39,6 (COCAIN3) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 39,7 a 54,8 (COCAIN4) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 56,5 a 76,9 (COCAIN5) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 84 a 250 (COCAIN6) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 250,9 a 263 (COCAIN7) - Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 303 a 448 (COCAIN8)
Variável <i>apreensão de maconha (kg)</i> (MACON), com oito categorias passivas: isto é, apreensão de maconha (Kg) taxa por 100 mil habitantes.
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: sem informação (MACON1) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 0,02 a 1 (MACON2) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 1,24 a 2,79 (MACON3) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 3,4 a 8 (MACON4) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 8,1 a 30 (MACON5) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 36 a 48 (MACON6) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 150 a 270 (MACON7) - Tx. de apr. de maconha (Kg); por 100 mil hab.: de 317 a 1136 (MACON8)
Variável <i>registro de ocorrência de tráfico de drogas</i> (REGIST), com oito categorias passivas: isto é, taxa de registro de ocorrência tráfico de drogas, taxa por 100 mil habitantes.
<ul style="list-style-type: none"> - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: sem informação (REGIST1) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 4,4 a 38 (REGIST2) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 38,1 a 47 (REGIST3) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 47,1 a 52 (REGIST4) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 53,8 a 63 (REGIST5) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 63,5 a 73 (REGIST6) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 74 a 81 (REGIST7) - Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 129 a 142 (REGIST8)

No Quadro 8, são apresentadas variáveis e categorias relacionadas à população e indicadores socioeconômicos, com destaque para o percentual da população que recebe o Bolsa Família, segmentado por nível de escolaridade.

Quadro 8 – Variáveis e categorias sobre população, passivas

<p>Variável <i>população com Bolsa Família – sem instrução</i> (PBfS), com oito categorias passivas: isto é, população que recebe auxílio do governo federal, por nível de instrução.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 3,5 a 4,6 (PBfS1) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 4,7 a 5,2 (PBfS2) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 5,3 a 5,9 (PBfS3) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 6,2 a 6,7 (PBfS4) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 6,9 a 7,8 (PBfS5) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 7,9 a 8,5 (PBfS6) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 9,3 a 11,4 (PBfS7)) - % da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 11,5 a 13,2 (PBfS8)
<p>Variável <i>população com Bolsa Família - fundamental incompleto</i> (PBf-Fi), com oito categorias passivas: isto é, população que recebe auxílio do governo federal, por nível de instrução.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 44 a 47 (PBf-Fi1) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 47,1 a 50 (PBf-Fi2) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 50,1 a 51,9 (PBf-Fi3)) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 52 a 53,3 (PBf-Fi4) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 53,4 a 55,8 (PBf-Fi5) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 56,1 a 57,4 (PBf-Fi6) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 57,9 a 60,5 (PBf-Fi7) - % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 61 a 64 (PBf-Fi8)
<p>Variável <i>população com Bolsa Família - fundamental completo</i> (PBf-Fc), com oito categorias passivas: isto é, população que recebe auxílio do governo federal por nível de instrução.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 6,7 a 8,8 (PBf-Fc1) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 9 a 9,4 (PBf-Fc2) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 9,5 a 10,1 (PBf-Fc3) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 10,2 a 10,5 (PBf-Fc4) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 10,7 a 11,2 (PBf-Fc5) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 11,3 a 12 (PBf-Fc6) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 12,3 a 13,1 (PBf-Fc7) - % da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 13,2 a 15,5 (PBf-Fc8)

Variável *população com Bolsa Família – médio incompleto (PBf-Minc)*, com oito categorias passivas: isto é, população que recebe auxílio do governo federal, por nível de instrução.

- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 6 a 6,8 (PBf-Minc1)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 7,5 a 8,1 (PBf-Minc2)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 8,2 a 8,7 (PBf-Minc3)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 8,8 a 9,4 (PBf-Minc4)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 9,5 a 9,7 (PBf-Minc5)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 9,8 a 10 (PBf-Minc6)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 10,1 a 11,5 (PBf-Minc7)
- % da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 11,6 a 13,1 (PBf-Minc8)

Variável *população com Bolsa Família – médio completo (PBf -Mc)*, com oito categorias passivas: isto é, população que recebe auxílio do governo federal, por nível de instrução.

- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 10,3 a 11,8 (PBf -Mc1)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 13,2 a 14,3 (PBf -Mc2)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 14,5 a 15,6 (PBf -Mc3)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 16,4 a 17,5 (PBf -Mc4)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 17,7 a 18,8 (PBf -Mc5)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 18,9 a 21,7 (PBf -Mc6)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 21,9 a 23,2 (PBf -Mc7)
- % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 23,9 a 27,7 (PBf -Mc8)

No Quadro 9, são apresentadas variáveis e categorias relacionadas a indicadores socioeconômicos, destacando o percentual de empregados por nível de escolaridade e o percentual de pessoas que trabalham sem carteira assinada.

Quadro 9 – Variáveis e categorias sobre indicadores socioeconômicos, passivas

Variável *empregado com ensino médio completo (TRAB-EM)*, com oito categorias passivas: isto é, distribuição percentual das pessoas ocupadas com rendimento, por nível de instrução.

- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 4 a 26,8 (TRAB-EM1)
- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 26,9 a 28,4 (TRAB-EM2)
- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 28,5 a 29,3 (TRAB-EM3)
- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 29,4 a 31,3 (TRAB-EM4)
- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 31,4 a 33 (TRAB-EM5)
- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 33,1 a 34,2 (TRAB-EM6)

- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 34,3 a 36,3 (TRAB-EM7)
- % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 36,4 a 38,7 (TRAB-EM8)
Variável <i>empregados sem carteira</i> (EMP-SC), com oito categorias passivas: isto é, de empregados sem carteira de 18 anos ou mais.
- % de empregados sem carteira: de até 18,2 (EMP-SC1)
- % de empregados sem carteira: de 18,21 a 19,8 (EMP-SC2)
- % de empregados sem carteira: de 19,81 a 20,9 (EMP-SC3)
- % de empregados sem carteira: de 21 a 22,8 (EMP-SC4)
- % de empregados sem carteira: de 22,9 a 24 (EMP-SC5)
- % de empregados sem carteira: de 24,1 a 25,8 (EMP-SC6)
- % de empregados sem carteira: de 25,81 a 28 (EMP-SC7)
- % de empregados sem carteira: de 28 a 31,12 (EMP-SC8)

No Quadro 10, são apresentadas a variável e as categorias referentes aos limites territoriais dos estados da região Norte do Brasil que fazem fronteira com países da América Latina.

Quadro 10 – Variável e categorias sobre limite territorial, passivas

Variável <i>fronteira internacional</i> (FronEx), com quatro categorias passivas: isto é, Fronteira com países da América Latina, com quatro categorias passivas, isto é, quantidade de países da América Latina que faz Fronteira com o Brasil.
- Não tem fronteira com outros países da América Latina (FronEx1)
- Faz fronteira com 1 país da América Latina (FronEx2)
- Faz fronteira com 2 países da América Latina (FronEx3)
- Faz fronteira com 3 países da América Latina (FronEx4)

Neste capítulo, foram descritos os procedimentos e métodos empregados na pesquisa, utilizando dados e informações de várias bases públicas, como o IBGE, Ipea, FBSP e MJ/PF. No capítulo cinco, serão apresentadas as análises e discussões dos resultados obtidos.

5 O ESPAÇO RELACIONAL DOS HOMICÍDIOS NOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Este capítulo apresenta os resultados e discussões que analisam o ERHN-BR. O primeiro eixo agrupa-os em *lado esquerdo* e *lado direito*. Já o segundo e o terceiro eixos são agrupados em *lado de cima* e *lado de baixo*.

5.1 Análise das variáveis do espaço relacional dos homicídios

A ACM foi conduzida utilizando o software SPAD, que forneceu informações, incluindo 55 eixos conforme valores próprios da taxa modificada de Benzecri (1992). No entanto, para nossa análise, decidimos reter apenas os três primeiros eixos, conforme apresentado na Tabela 6. Ao observarmos a taxa modificada acumulada, constatamos que o primeiro eixo representa 31,7% da variância, o segundo 15,3% e o terceiro 12,1%, totalizando 59,1%.

Tabela 6 – Principais resultados para a caracterização dos eixos da ACM

Eixo	Taxa modificada de Benzecri (%)
1	31,7
2	15,3
3	12,1
4	9,2
5	7,3
6	5,4
7 – 55	19,1
Total	100

Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Com isso, por meio da ACM, conseguimos obter uma representação resumida e do ERHN-BR, focando nos três primeiros eixos (Tabela 6) que explicam a maior parte da dispersão dos dados e a porcentagens da variância. Esses resultados são essenciais para compreendermos as tendências e padrões predominantes no espaço relacional analisado. De acordo com as informações apresentadas, os três primeiros eixos explicam 59,1% do ERHN-BR. Portanto, as categorias selecionadas para a análise e interpretação atendeu ao que prescreve Bertonecelo, 2022, (p. 39);

Interpretar um eixo, consiste em apreender as oposições ou contrastes entre conjuntos de pontos ou modalidades. Para tanto, consideramos as **coordenadas** das categorias cujas **contribuições** para a variância do eixo excedem a média, conforme $\frac{1}{K}$, e também as questões/variáveis cujas contribuições acumuladas para o eixo são maiores do que $\frac{1}{Q}$ (Bertonecelo, 2022, p. 39).

Evidenciamos que os eixos selecionados estão condicionados às suas contribuições e disposições no espaço relacional. Deste modo, as variáveis para serem analisadas deviam ultrapassar a média das categorias ativas (Quadro 11 e 12). Para encontrar esse valor, aplicamos o “método das contribuições” (Bonnet, Lebaron e Le Roux, 2015, p. 104).

Quadro 11 – Cálculo da média das categorias

$Média = \frac{Cem}{Modalidades\ Ativas}$	$Média = \frac{100}{264} = 0,38$
---	----------------------------------

Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Já os Estados/anos selecionados deveriam ultrapassar a média do número de agentes ativos, conforme demonstrado no quadro 4. Foram agrupados em quatro quadrantes, de acordo com o plano fatorial composto por três eixos.

Quadro 12 – Cálculo da média dos estados/anos

$Média = \frac{Cem}{n^{\circ}\ indivíduos\ ativos}$	$Média = \frac{100}{56} = 1,8$
---	--------------------------------

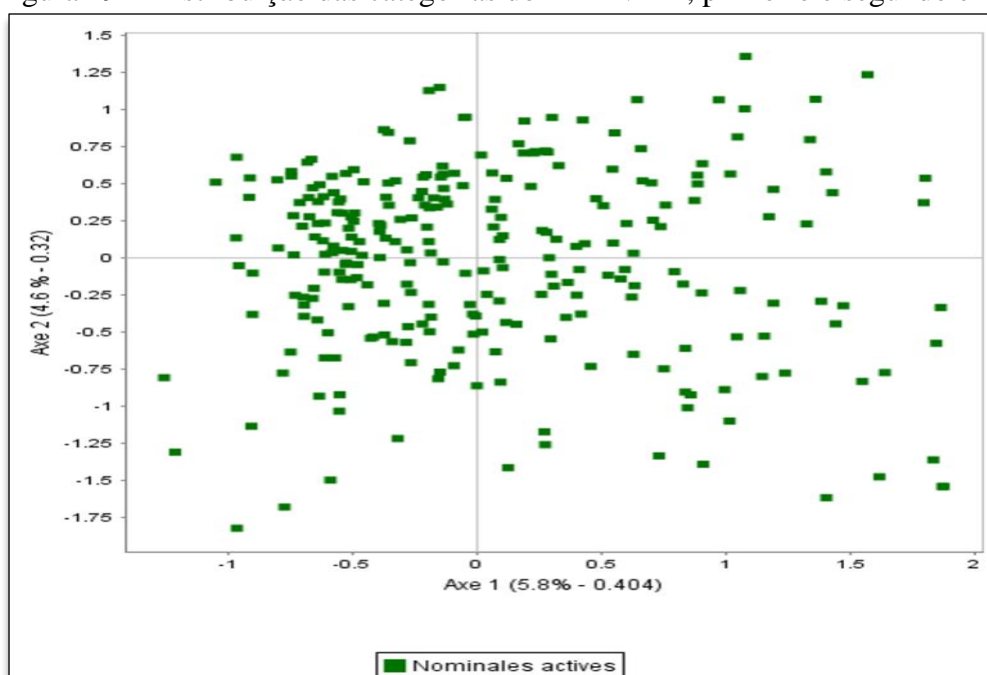
Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Por meio dessa análise, conseguimos organizar os dados e informações exploratórios e explicativos relacionados aos homicídios nos estados da região Norte do Brasil. A análise reproduziu e caracterizou o ERHN-BR, projetando os Estados/anos em um plano fatorial.

A disposição do ERHN-BR é determinada por um conjunto de propriedades sociais, econômicas e ações governamentais que se correlacionam com os crimes de homicídios. É importante destacar que das 33 variáveis consideradas, com um total de 264 categorias, 97 categorias ativas e 25 categorias passivas foram observadas no primeiro eixo, enquanto 87 categorias ativas e 30 categorias passivas foram identificadas no segundo eixo. Além disso, o terceiro eixo apresentou 93 categorias ativas e 16 categorias passivas.

Essas categorias atenderam ao critério da média das categorias estabelecido para as análises e discussões. Na Figura 19, são apresentados o primeiro e segundo eixos, enquanto na Figura 21, o segundo e o terceiro eixo no plano fatorial mostram a distribuição das categorias geradas pela ACM para representar o ERHN-BR. Essas representações gráficas são importantes para visualizar como as categorias e estados/anos se posicionam em relação uns aos outros no espaço relacional, facilitando a interpretação dos resultados da ACM.

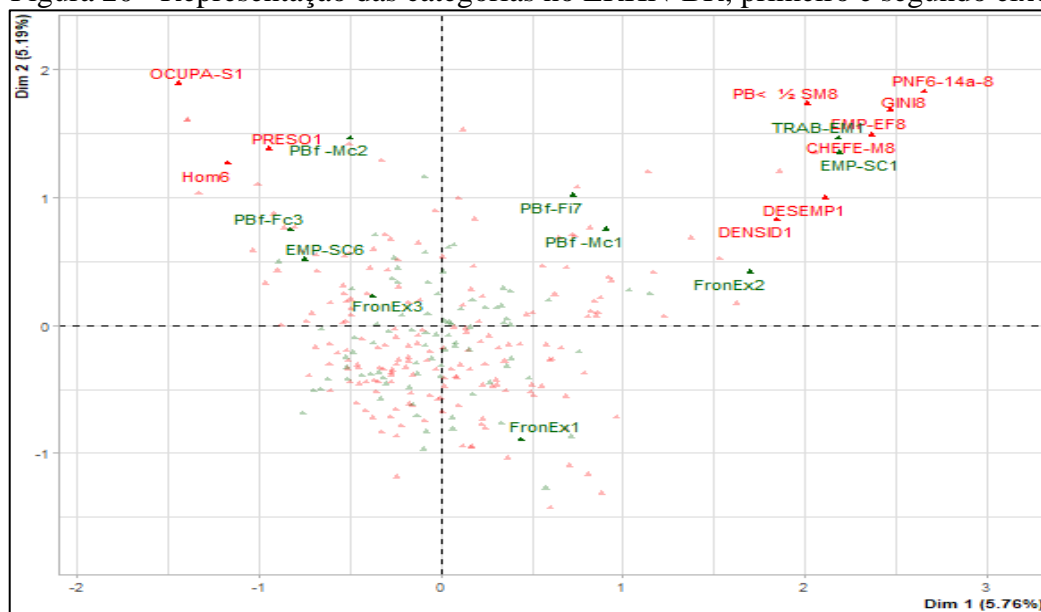
Figura 19 – Distribuição das categorias do ERHN-BR, primeiro e segundo eixo



Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Os pontos dispersos na nuvem representam as categorias analisadas, sendo cada ponto associado a uma categoria específica. Essa distribuição dos pontos permite visualizar como as diferentes categorias se relacionam entre si no contexto do estudo, auxiliando na identificação de padrões, tendências e possíveis correlações entre elas.

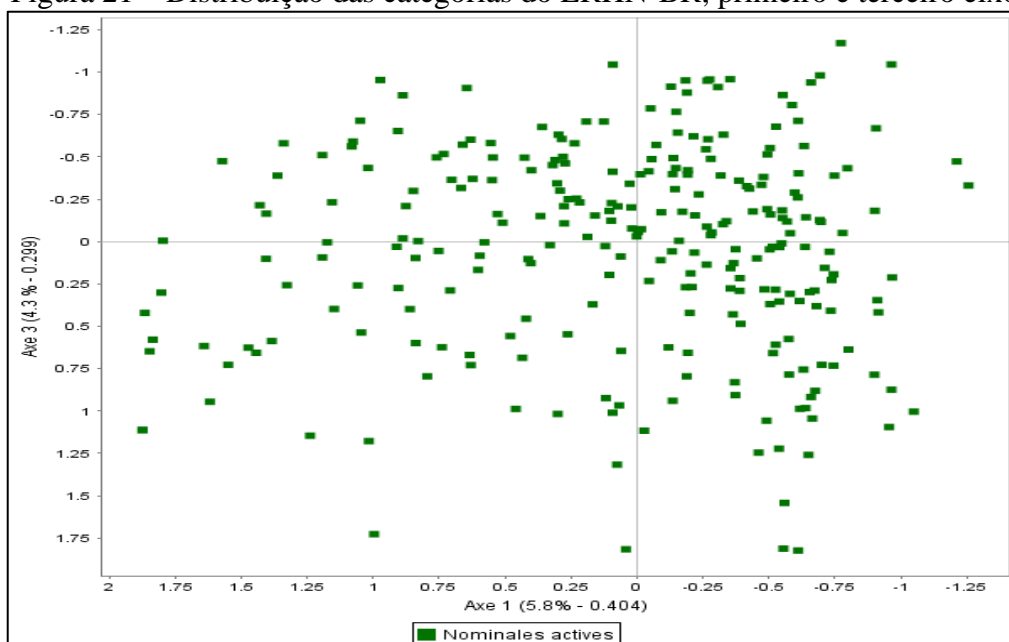
Figura 20 - Representação das categorias no ERHN-BR, primeiro e segundo eixo



Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Na Figura 20, os pontos na nuvem surgem, tornando mais fácil a identificação e interpretação das relações e padrões no plano fatorial. Essas representações contribuem para compreender as associações entre as variáveis e identificar agrupamentos de informações, facilitando a análise e interpretação dos dados.

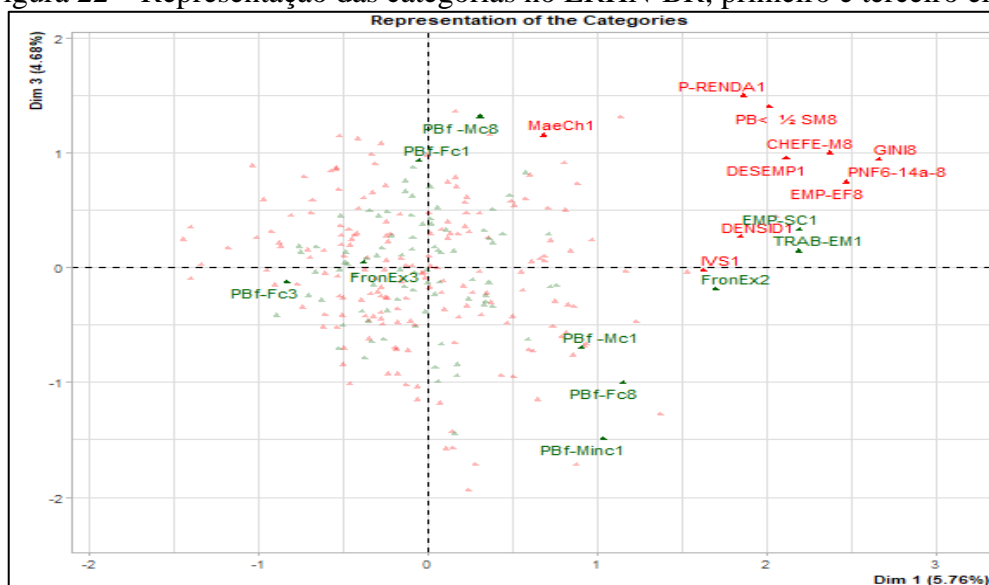
Figura 21 – Distribuição das categorias do ERHN-BR, primeiro e terceiro eixo



Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Na Figura 21, é apresentada a distribuição das categorias do segundo e do terceiro eixos no plano fatorial. Já na Figura 22, são destacados os nomes dos pontos na nuvem.

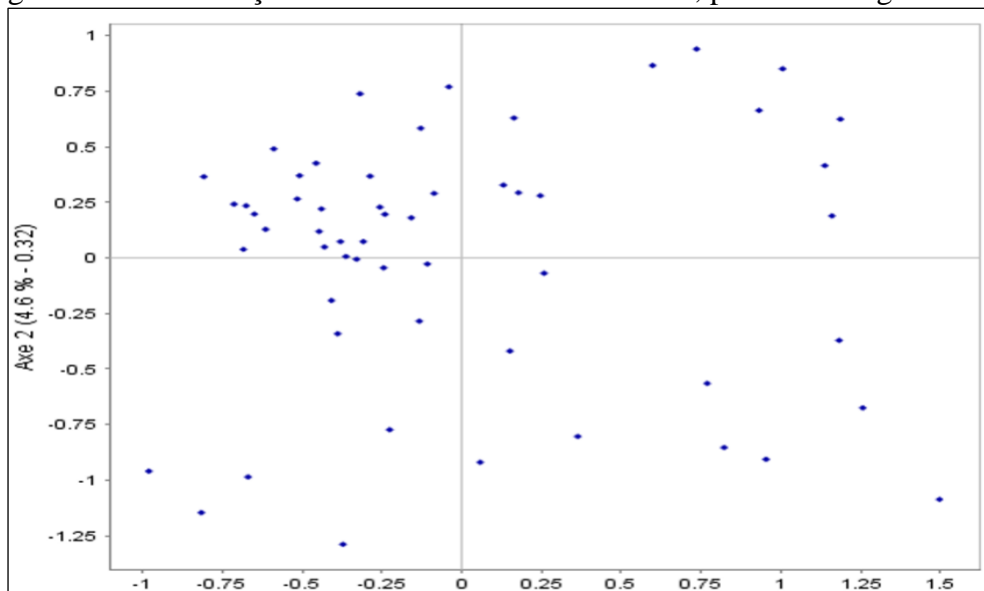
Figura 22 – Representação das categorias no ERHN-BR, primeiro e terceiro eixo



Fonte: Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

As Figuras 23 e 24 ilustram respectivamente a distribuição dos estados e anos no ERHN-BR nos primeiro e segundo eixos, e a relação entre o segundo e o terceiro eixo.

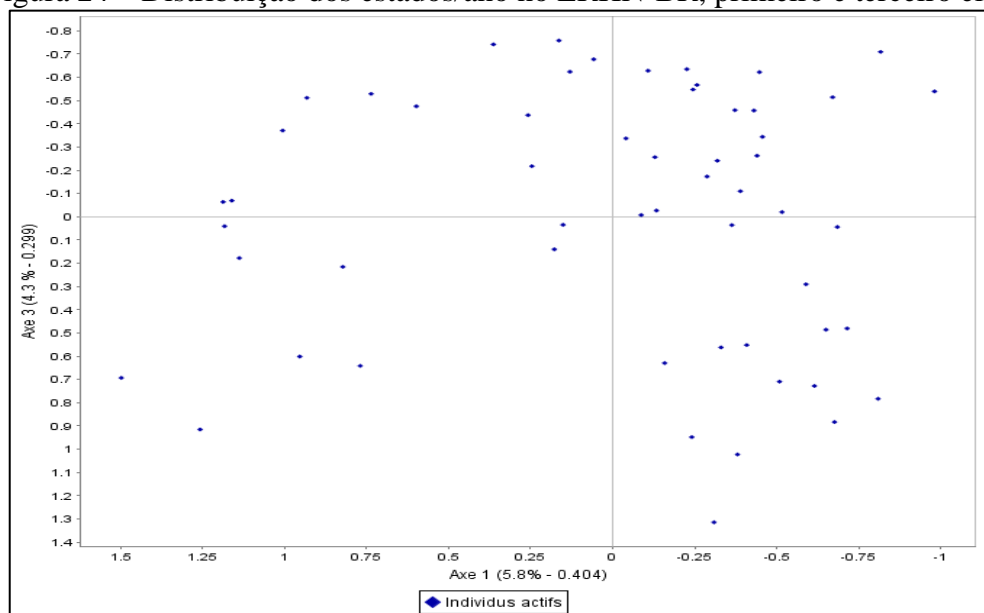
Figura 23 – Distribuição dos estados/ano no ERHN-BR, primeiro e segundo eixo



Fonte. Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM).

De modo geral, a ACM possibilita diferenciar e caracterizar os estados/anos, distinguindo-os por meio das desigualdades e semelhanças relacionais. No entanto, ao comparar certas características, políticas públicas, ações governamentais repressivas e procedimentos com um grupo específico é possível compreender o seu significado.

Figura 24 – Distribuição dos estados/ano no ERHN-BR, primeiro e terceiro eixo



Fonte. Elaboração do autor, com base nos resultados da ACM.

Em síntese, as variáveis foram divididas em três eixos, que permitiram objetivar o espaço relacional, sendo que, “as distâncias entre eles refletem as dissimilaridades das suas características; quanto mais diferentes, mais distantes. E essas distâncias, indicam a posição dos indivíduos no espaço social” (Neto; Undurraga, 2020, p. 283). Assim sendo, essa técnica objetivou o ERHN-BR e possibilitou compreender as diferenças dos Estados/anos mais violentos e menos violentos e apontar os principais fatores que contribuíram para a redução ou crescimento dos casos de homicídios nesta região do Brasil.

5.1.1 Desorganização social, tráfico de drogas e homicídio – Primeiro eixo

O primeiro eixo analisa a relação entre os Estados/anos e as principais influências sociais, econômicas e políticas na taxa de homicídios nos estados da região Norte do Brasil. Ele é uma parte significativa da inércia do ERHN-BR nessa região, contribuindo com 31,7%. O *lado direito* compreende os Estados/anos Rondônia (2012 a 2019), Roraima (2016) e Tocantins (2017 a 2019), com 53 categorias ativas e 12 categorias passivas. Já o *lado esquerdo* é formado, principalmente, pelos Estados/anos Amazonas (2012 a 2014), Amapá (2013 e 2015) e Pará (2012 a 2014), com 44 categorias ativas e 13 passivas.

Neste sentido, um conjunto de categorias ativas que indicam a oposição em relação aos homicídios (Quadro 13). Quanto mais à *esquerda*, maior é a taxa de homicídios da população em geral (Hom6) e da população entre 15 e 29 anos (H15 a 29-1), enquanto a taxa de homicídios para a população acima de 30 anos diminui à medida que a faixa etária avança (H30 a 39-1, H40 a 49-1, H40 a 49-2, H40 a 49-3, H40 a 49-4, H50 a 59-1, H50 a 59-2 e H50 a 59-3).

Por outro lado, quanto mais à *direita*, menor é a taxa de homicídios da população em geral (Hom1 e Hom3) e da população entre 15 e 29 anos (H15 a 29-1), enquanto a taxa de homicídios para a população acima de 30 anos aumenta à medida que a faixa etária avança (H30 a 39-5, H40 a 49-7, H40 a 49-8 e H50 a 59-8). Em outras palavras, no lado esquerdo, a maior taxa de homicídios está concentrada entre os jovens de 15 a 29 anos, enquanto no *lado direito*, a taxa de homicídios está dispersa na população de 30 a 59 anos.

Além disso, existe uma oposição correlata relacionada às despesas com segurança pública, apreensão de armas de fogo e número de presos. Do lado *esquerdo*, observa-se uma maior taxa de despesas com segurança pública (DESP-SP5), menor taxa de apreensão de armas de fogo (ArmaF2, ArmaF3 e ArmaF4) e menor taxa de presos (PRESO1). Por outro lado, no *lado direito*, menor taxa de despesas com segurança pública (DESP-SP4), maior taxa de apreensão de armas de fogo (ArmaF6) e taxa de presos (PRESO6).

As categorias passivas, complementam as descobertas, quanto mais *do lado esquerdo*, menor a taxa de homicídio oculto (HomO1), maior taxa de apreensão de cocaína (COCAIN7) e nenhuma apreensão registrada de maconha (MACON1), menor taxa de registros de tráfico de drogas (REGIST2), maior número de fronteiras com países da América Latina (FronEx4). Em oposição, no *lado direito*, há uma maior taxa de homicídio oculto (HomO6), menor taxa de apreensão de cocaína (COCAIN3), maior taxa de apreensão de maconha (MACON6) e maior taxa de registros de tráfico de drogas (REGIST6). Além disso, há uma menor quantidade de fronteiras com países da América Latina (FronEx2).

Em síntese, a relação inversa entre idade e taxas de homicídio sugere que, no *lado esquerdo*, há mais homicídios entre jovens e no *lado direito*, as pessoas de 30 a 59 anos. A inversão na relação entre gastos com segurança pública e taxas de homicídio sugere que investimentos maiores nem sempre resultam em menores taxas de homicídio.

Quadro 13 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, homicídios, ações governamentais repressivas, do primeiro eixo

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, lado esquerdo	Categorias ativas, lado direito
Hom	Tx. de homicídio por 100 mil/hab. de 41,3 a 45 (Hom6)	Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 23,6 a 29 (Hom1) Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 33 a 36 (Hom3)
H15 a 29	Tx. homicídio da pop. de 15 - 29 anos por 100 mil/hab. de 73,7 a 85 (H15 a 29-6)	Tx. homicídio da pop. de 15 - 29 anos por 100 mil/hab. de 31 a 44 (H15 a 29-1)
H30 a 39	Tx. homicídio da pop. de 30 - 39 anos por 100 mil/hab. de 12,2 a 13,9 (H30 a 39-1)	Tx. homicídio da pop. de 30-39 anos por 100 mil hab. de 17 a 18,4 (H30 a 39-5) Tx. homicídio da pop. de 30-39 anos por 100 mil hab. de 19,4 a 20,1 (H30 a 39-7)
H40 a 49	Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab. de 6,7 a 7,6 (H40 a 49-1) Tx. homicídio da pop. de 40-49 anos por 100 mil hab. de 7,7 a 8,7 (H40 a 49-2) Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab. de 8,8 a 9,4 (H40 a 49-3) Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab. de 9,8 a 10,3 (H40 a 49-4)	Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab. de 12,5 a 13,4 (H40 a 49-7) Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab. de 13,5 a 16,0 (H40 a 49-8)
H50 a 59	Tx. homicídio da pop. de 50 - 59 anos por 100 mil hab. de 4,01 a 5,02 (H50 a 59-1) Tx. homicídio da pop. de 50 - 59 anos por 100 mil hab. de 5,0 a 5,6 (H50 a 59-2) Tx. homicídio da pop. de 50 - 59 anos por 100 mil hab. de 5,7 a 6,1 (H50 a 59-3)	Tx. homicídio da pop. de 50 - 59 anos por 100 mil hab. de 9,9 a 11,1 (H50 a 59-8)

ArmaF	Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab. de 11,5 a 19 (ArmaF2) Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab. de 20 a 29 (ArmaF3) Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab. de 30 a 40 (ArmaF4)	Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab. de 56 a 69 (ArmaF6)
DESP-SP	Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab. de 219,07 a 257,36 (DESP-SP5)	Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab. de 182,51 a 219,06 (DESP-SP4)
PRESO	Tx. de preso por 100 mil hab. de 156 a 216 (PRESO1)	Tx. de preso por 100 mil hab. de 680 a 790 (PRESO7)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

As categorias passivas (Quadro 14) enriquecem essas descobertas. No *lado esquerdo*, vemos menos homicídios ocultos, mais apreensões de cocaína. Também há menos registros de ocorrência relacionadas a tráfico de drogas e mais fronteiras compartilhadas com países latino-americanos. Já no *lado direito*, observamos mais homicídios ocultos, menos apreensões de cocaína, mais apreensões de maconha e registros de ocorrência de tráfico de drogas. Há também menos fronteiras com países latino-americanos.

Quadro 14 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, do primeiro eixo

Siglas das Variáveis	Categorias passivas, lado esquerdo	Categorias passivas, lado direito
HomO	Tx. homicídio ocultos por 100 mil hab. de 0,46 a 0,65 (HomO1)	Tx. homicídio ocultos por 100 mil hab. de 3 a 4,4 (HomO6)
COCAIN	Tx. de apr. de Cocaína (Kg) por 100 mil hab. de 250,9 a 263 (COCAIN7)	Tx. de apr. de Cocaína (Kg) por 100 mil hab. de 18,2 a 39,6 (COCAIN3).
MACON	Tx. 100.000/hab. (MACON1) (sem informação)	Tx. de apr. de maconha (Kg) por 100 mil hab. de 36 a 48 (MACON6)
REGIST	Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab. de 4,4 a 38 (REGIST2)	Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab. de 63,5 a 73 (REGIST6)
FronEx	Faz fronteira com 3 países (FronEx4)	Faz fronteira com 2 países (FronEx2)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

A relação inversa entre idade e taxas de homicídio sugere que, no *lado esquerdo*, há mais homicídios entre jovens e no *lado direito*, as pessoas de 30 a 59 anos estão mais envolvidas. A inversão na relação entre gastos com segurança pública e taxas de homicídio sugere que investimentos maiores nem sempre resultam em menores taxas de homicídio.

A relação inversa entre apreensões de armas de fogo e taxas de homicídio sugere que a disponibilidade de armas afeta as taxas de homicídio. A associação inversa entre taxas de prisão e taxas de homicídio indica que, no *lado esquerdo*, onde há mais homicídios, há menos prisões.

A relação entre apreensões de drogas e taxas de homicídio sugere que o tráfico de drogas pode influenciar a violência. Por fim, a possível correlação inversa entre o número de fronteiras com países latino-americanos e taxas de homicídio destaca o papel da geografia.

Nesta perspectiva, pesquisas evidenciam que o tráfico de drogas é um dos maiores causadores de mortes violentas no Brasil, bem como a falta de eficácia das políticas públicas de segurança nessas áreas (ZALUAR, 2007, 2009, 2012, 2013; BEATO, 1999; BEATO; ZILLI, 2012, SPAGNOL, 2005). Logo, esses padrões e correlações contribuem para uma compreensão mais profunda das relações entre faixas etárias, gastos em segurança pública, apreensões de armas de fogo, prisões, apreensões de drogas e geografia na criminalidade.

No que diz respeito aos fatores sociais, econômicos (Quadro 15), as categorias ativas evidenciam que quanto mais à *esquerda*, maior é a vulnerabilidade social (IVS6, IVS7 e IVS8), menor é a taxa de analfabetismo (ANALF), maior é a porcentagem de crianças em que nenhum morador possui ensino fundamental completo (CRI-sf5 e CRI-sf8), menor é a porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (PNF6-14a-4 e PNF6-14a-6), maior é a porcentagem de mães chefes de família (MaeCh7) e de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (MU10-17F7), maior densidade de pessoas por domicílio com mais de duas pessoas (DENSID5, DENSID6 e DENSID7), menor percentual de empregados com carteira assinada e pessoas com renda *per capita* menor que meio salário mínimo (PB<1/2 SM5), menor porcentagem de pessoas ocupadas com rendimento com ensino fundamental completo (EMP-EF4) e sem instrução (EMPR-SI4), e uma maior percentual de pessoas ocupadas com rendimento proveniente de nível superior (OCUPA-S1).

As passivas destacam um maior percentual da população que recebe o benefício do Bolsa Família, com níveis sem instrução (PBfS7 e PBfS8), nível médio completo (PBf-Mc7) e nível médio incompleto (PBf-Minc7).

Quadro 15 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, do primeiro eixo

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, lado esquerdo	Categorias ativas, lado direito
IVS	Índice de vulnerabilidade Social de 0,307 a 0,329 (IVS6) Índice de vulnerabilidade Social de 0,335 a 0,354 (IVS7) Índice de vulnerabilidade Social de 0,356 a 0,377 (IVS8)	Índice de vulnerabilidade Social de 0,176 a 0,206 (IVS1)
GINI		Índice de Gini de 0,46 a 0,47 (GINI1) Índice de Gini de 0,59 a 0,6 (GINI8)
ANALF		Taxa de analfabetismo de 6,5 a 7,2 (ANALF3) Taxa de analfabetismo de 8,2 a 9,6 (ANALF5)

CRI-sf	% de criança onde nenhum morador tem EF de 16,1 a 19,9 (CRI-sf5) % de criança onde nenhum morador tem EF de 28 a 33 (CRI-sf8).	% de criança onde nenhum morador tem EF de 7,91 a 9,16 (CRI-sf2) % de criança onde nenhum morador tem EF de 9,92 a 12 (CRI-sf3)
PNF6-14a	% de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola de 2,7 a 3,13 (PNF6-14a-4) % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola de 3,62 a 4,45 (PNF6-14a-6)	% de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola de 0,28 a 1,18 (PNF6-14a-1) % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola de 22,76 a 40,94 (PNF6-14a-8)
MaeCh	% de mães chefes de família de 13,4 a 15,4 (MaeCh7)	% de mães chefes de família de 6 a 7,7 (MaeCh1)
MU10-17F	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 4,2 a 5,2 (MU10-17F7)	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 1,5 a 2,3 (MU10-17F4)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Também é importante destacar que, quanto mais à *esquerda*, há um menor percentual da população que recebe o benefício do Bolsa Família com nível fundamental completo e incompleto (PBf-Fi3 e PBf-Fi4), e uma maior percentagem de empregados sem carteira assinada (EMP-SC4) e ocupados com rendimento com ensino médio completo (TRAB-EM7).

Em oposição, no *lado direito* (Quadro 16), constata-se menor densidade de pessoas por domicílio (DENSID1 e DENSID2), maior taxa de desemprego (DESEMP1), maior percentual de empregados com carteira assinada (EMP-C1) e pessoas com renda *per capita* com meio salário mínimo (PB<1/2 SM1), maior percentual de pessoas ocupadas com rendimento com ensino fundamental (EMP-EF7 e EMP-EF8) e sem instrução (EMPR-SI7), e um menor percentual de pessoas ocupadas com rendimento com nível superior. Ademais, o percentual de pessoas com rendimento na população residente (P-RENDA1, P-RENDA7 e P-RENDA8) é maior no *lado direito* em comparação com o *lado esquerdo* (P-RENDA2, P-RENDA3 e P-RENDA5).

Já as passivas, aponta, um menor percentual da população que recebe o benefício do Bolsa Família, com níveis de instrução sem registro (PBfS1), nível médio completo (PBf-Mc1) e nível médio incompleto (PBf-Minc1). No *lado direito*, também é observado um maior percentual da população que recebe o benefício do Bolsa Família com nível fundamental completo (PBf-Fc8) e incompleto (PBf-Fi7). Além disso, quanto mais à *esquerda*, há um menor percentual de empregados sem carteira assinada (EMP-SC1) e ocupados com rendimento com ensino médio completo (TRAB-EM1).

Quadro 16 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, demográfico do primeiro eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, lado esquerdo	Categorias ativas, lado direito
----------------------	----------------------------------	---------------------------------

DENSID	% da pop em domicílios com densidade > 2 de 38,41 a 41,2 (DENSID5) % da pop em domicílios com densidade > 2 de 42,21 a 45 (DENSID6) % da pop em domicílios com densidade > 2 de 47,1 a 49,11 (DENSID8)	% da pop em domicílios com densidade > 2 de 4,3 a 21 (DENSID1) % da pop em domicílios com densidade > 2 de 21,4 a 23,3 (DENSID2)
DESEMP		Tx. de Desemprego de 0,47 a 4,05 (DESEMP1)
EMP-C		% de empregados com carteira de 18 a 22 (EMP-C1)
PB< ½ SM	Pessoas renda per capita < ½ SM de 1,86 a 2 (PB<½ SM5)	Pessoas renda per capita < ½ SM de 0,3 a 0,89 (PB<½ SM1) Pessoas renda per capita < ½ SM de 2,77 a 12 (PB<½ SM8)
P-RENDA	% de pessoas com rendimento na pop residente de 47,3 a 48,5 (P-RENDA2) % de pessoas com rendimento na pop residente de 48,6 a 49,7 (P-RENDA3) % de pessoas com rendimento na pop residente de 50,8 a 52,9 (P-RENDA5)	% de pessoas com rendimento na pop residente de 30 a 47,2 (P-RENDA1) % de pessoas com rendimento na pop residente de 55 a 56,9 (P-RENDA7) % de pessoas com rendimento na pop residente de 57 a 58,7 (P-RENDA8)
EMP-EF	% das pessoas ocupadas com rendimento, E F de 8,2 a 9 (EMP -EF4)	% das pessoas ocupadas com rendimento, E F de 11,6 a 15 (EMP -EF7) % das pessoas ocupadas com rendimento, EF de 15,1 a 38,2 (EMP -EF8)
EMPR-SI	% das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução de 4,1 a 4,8 (EMPR-SI4)	% das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução de 7,5 a 8,4 (EMPR-SI7)
OCUPA-S	% das pessoas ocupadas com rendimento, ES de 7,3 a 10,4 (OCUPA-S1)	
CHEFE-H		% do responsável por domicílio, homem de 11,5 a 12,6 (CHEFE-H3)
CHEFE-M	% do responsável por domicílio, mulher de 7 a 8,1 (CHEFE-M2) % do responsável por domicílio, mulher de 8,2 a 9,3 (CHEFE-M3)	% do responsável por domicílio, mulher de 12,7 a 13,7 (CHEFE-M6) % do responsável por domicílio, mulher de 13,8 a 15 (CHEFE-M7) % do responsável por domicílio, mulher de 15,1 a 56,1 (CHEFE-M8)
P14 - 29H		População de 14 a 29 anos, homem de 27,6 a 28,4 (P14 - 29H1) População de 14 a 29 anos, homem de 28,5 a 29,1 (P14 - 29H2)
(P14 - 29M		População de 14 a 29 anos, mulher de 25,9 a 28,3 (P14 - 29M1) População de 14 a 29 anos, mulher de 28,4 a 29 (P14 - 29M2)
P30 - 39H		População de 30 a 39 anos, homem de 16,7 a 17 (P30 - 39H8)

P30 - 39M	Pop de 30 a 39 anos, mulher de 15,3 a 15,5 (P30 - 39M2)	População de 30 a 39 anos, mulher de 17,5 a 18,1 (P30 - 39M8)
P40 - 49-H	Pop de 40 a 49 anos, homem de 9,6 a 10,4 (P40 - 49-H1)	População de 40 a 49 anos, homem de 11,8 a 12,1 (P40 - 49-H5)
	Pop de 40 a 49 anos, homem de 11,4 a 11,6 (P40 - 49-H4)	População de 40 a 49 anos, homem de 12,2 a 15,5 (P40 - 49-H6)
		População de 40 a 49 anos, homem de 13,2 a 14,2 (P40 - 49-H8)
P40a49-M	População de 40 a 49 anos, mulher de 9,7 a 10,7 (P40 - 49-M1)	População de 40 a 49 anos, mulher de 13,1 a 13,6 (P40 - 49-M7)
	População de 40 a 49 anos, mulher de 10,8 a 11 (P40 - 49-M2)	População de 40 a 49 anos, mulher de 13,9 a 14,8 (P40 - 49-M8)
	População de 40 a 49 anos, mulher de 11,1 a 11,5 (P40 - 49-M3)	
P50 - 59H	População de 50 a 59 anos, homem de 6,8 a 7 (P50 - 59H2)	População de 50 a 59 anos, homem, de 8,8 a 9,2 (P50 - 59H7)
	População de 50 a 59 anos, homem de 7,1 a 7,3 (P50 - 59H3)	População de 50 a 59 anos, homem, de 9,5 a 10,2 (P50 - 59H8)
P50 - 59M		População de 50 a 59 anos, mulher de 8,8 a 9,4 (P50 - 59M7)
		População de 50 a 59 anos, mulher de 9,6 a 10,1 (P50 - 59M8)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

No lado *esquerdo*, menor percentual de homens e mulheres entre 14 e 59 anos (P40 - 49-H1, P40 - 49-H4, P50 - 59H2, P50 - 59H3, P30 - 39M2, P40 - 49-M1, P40 - 49-M2 e P40 - 49-M3), menor percentual de responsáveis pelo domicílio, tanto homens quanto mulheres (CHEFE-M2 e CHEFE-M3), e menor percentual de pessoas com rendimento na população residente. Por outro lado, no *lado direito*, menor a vulnerabilidade social (IVS1), maior o índice de Gini (GINI1 e GINI8), maior a taxa de analfabetismo (ANALF3 e ANALF5), menor a porcentagem de crianças em que nenhum morador possui ensino fundamental completo (CRI-sf2 e CRI-sf3), menor porcentagem de mães chefes de família (MaeCh1) e de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (MU10-17F4), e uma maior porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (PNF6-14a-1 e PNF6-14a-8).

Além disso, maior porcentagem da população de homens e mulheres entre 14 e 59 anos (P40 - 49-H1, P40 - 49-H4, P50 - 59H2, P50 - 59H3, P30 - 39M2, P40 - 49-M1, P40 - 49-M2 e P40 - 49-M3), maior percentual de responsáveis pelo domicílio, tanto homens (CHEFE-H3) quanto mulheres (CHEFE-M6, CHEFE-M7 e CHEFE-M8), e menor % de pessoas com rendimento na população residente.

Já as passivas (Quadro 17), aponta, uma menor porcentagem da população que recebe o benefício do Bolsa Família, com níveis de instrução sem registro (PBfS1), nível médio completo (PBf-Mc1) e nível médio incompleto (PBf-Minc1). No *lado direito*, maior percentual da população que recebe o benefício do Bolsa Família com nível fundamental completo (PBf-Fc8) e incompleto (PBf-Fi7). Além disso, quanto mais à *esquerda*, há uma menor porcentagem de empregados sem carteira assinada (EMP-SC1) e ocupados com rendimento com ensino médio completo (TRAB-EM1).

Em resumo, o *lado esquerdo* reflete maior vulnerabilidade, densidade populacional e diversificação ocupacional. Enquanto isso, o *lado direito* apresenta menor densidade habitacional, porém enfrenta maiores taxas de desemprego, desigualdade social e analfabetismo. O programa bolsa família assume abordagens distintas: no *lado esquerdo*, é adotado por famílias com níveis médios a baixos de instrução, enquanto no *lado direito* é comum entre aqueles com formação fundamental. No que tange às taxas de homicídio, áreas socialmente vulneráveis demonstram índices mais elevados, entretanto, a correlação com analfabetismo e ensino fundamental incompleto é inversa. A presença de mães chefes de família, jovens mães e maior densidade domiciliar coincide com taxas mais altas de homicídio, assim como uma adesão maior programa Bolsa Família em regiões impactadas. Tal cenário sugere a possibilidade de um desalinhamento entre o programa e as reais necessidades.

Quadro 17 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, fatores sociais, econômicos, demográfico do primeiro eixo

Siglas das Variáveis	Categorias passivas, lado esquerdo	Categorias passivas, lado direito
PBfS	% da pop. que recebe B.F - sem instrução de 9,3 a 11,4 (PBfS7) % da pop. que recebe B.F - sem instrução de 11,5 a 13,2 (PBfS8)	% da pop. que recebe B.F - sem instrução de 3,5 a 4,6 (PBfS1) % da pop. que recebe B.F – F. incompleto de 57,9 a 60,5 (PBf-Fi7)
PBf-Fi	% da pop. que recebe B.F – F. incompleto de 50,1 a 51,9 (PBf-Fi3) % da pop. que recebe B.F – F. incompleto de 52 a 53,3 (PBf-Fi4)	% da pop. que recebe B.F – F. incompleto de 57,9 a 60,5 (PBf-Fi7)
PBf-Fc		% da pop. que recebe B.F – fundamental completo de 13,2 a 15,5 (PBf-Fc8)
PBf-Minc	% da pop. que recebe B.F – médio incompleto de 10,1 a 11,5 (PBf-Minc7)	% da pop. que recebe B.F – médio incompleto de 6 a 6,8 (PBf-Minc1)
PBf -Mc	% da pop. que recebe B.F – M. completo de 21,9 a 23,2 (PBf -Mc7)	% da pop. que recebe B.F – M. completo de 10,3 a 11,8 (PBf -Mc1)

EMP-SC	% de empregados sem carteira de 21 a 22,8 (EMP-SC4);	% de empregados sem carteira de a 18,2 (EMP-SC1)
TRAB-EM	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C de 34,3 a 36,3 (TRAB-EM7)	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C de 4 a 26,8 (TRAB-EM1)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Ademais, as categorias passivas fornecem uma compreensão mais abrangente dos aspectos relacionados ao tráfico de drogas, fronteiras e programas sociais. A princípio, o primeiro eixo apresenta diferenças importantes nas taxas de homicídio e nas estratégias de segurança pública entre os dois lados. No lado esquerdo, as taxas de homicídio são mais elevadas, especialmente entre jovens de 15 a 29 anos. Em contrapartida, no lado direito, os índices são mais baixos.

As discrepâncias também se manifestam nas estratégias de segurança pública. *No lado esquerdo*, o aumento nos investimentos em segurança não se traduz proporcionalmente na redução de homicídios, no aumento de apreensões de armas de fogo e de prisões. Por outro lado, *no lado direito*, apesar de gastos menores em segurança pública, observa-se menos homicídios e mais apreensões de armas de fogo e prisões. Isso sugere que as ações repressivas contribuem para a redução das taxas de homicídios. Contudo, é importante reconhecer que, *no lado direito*, possui maior taxa de prisões e menos homicídios, a aplicação da lei e a punição criminal podem efetivamente dissuadir crimes violentos, contribuindo para a redução dos homicídios.

As diferenças entre os estados/anos também se fazem presentes nas apreensões de drogas e ocorrências relacionadas ao tráfico de entorpecentes, bem como em aspectos geográficos. Nesse contexto, ressalta-se a relação que existe entre o número de fronteiras compartilhadas com países da América Latina e os índices de violência. Esse fenômeno pode estar diretamente relacionado ao comércio ilícito de drogas e armas de fogo na região, amplificando os desafios de segurança.

A presença de organizações criminosas que operam nesses territórios fronteiriços exerce uma influência sobre a dinâmica da violência e criminalidade, com destaque para os homicídios. A natureza porosa dessas fronteiras facilita a movimentação desses elementos, tornando as áreas limítrofes mais propícias para atividades ilegais. A falta de controle efetivo sobre essas áreas pode resultar na formação de zonas de atuação privilegiadas para tais grupos, levando a confrontos armados e consequentemente o aumento da criminalidade.

Além disso, os aspectos geográficos possibilitam na intensificação desses problemas. Em suma, as disparidades nas estatísticas de apreensões de drogas e ocorrências de tráfico,

juntamente com a correlação entre o número de fronteiras e homicídios, destacam a complexa interação entre aspectos geográficos, facções ou organizações criminosas e comércio ilegal.

Evidencia-se relações inversas e correlações complexas entre variáveis. Isso abrange a relação entre "idade e taxas de homicídio", "gastos com segurança pública e taxas de homicídio", "apreensões de armas e homicídios", "taxas de prisão e homicídios", "apreensões de drogas e homicídios", além do número de "fronteiras compartilhadas com nações latino-americanas e índices de homicídio". Essas interações indicam influências mútuas complexas entre fatores socioeconômicos e taxas de criminalidade.

As desigualdades sociais e econômicas são evidentes. No *lado esquerdo*, a vulnerabilidade social é mais evidente, porém possui uma menor taxa de analfabetismo e maior presença de famílias chefiadas por mães. No *lado direito*, as disparidades assumem formas diferentes, incluindo um índice de desemprego superior e maiores níveis de desigualdade. Os dados apontam que o programa bolsa família como um indicador importante. A desigualdade na adoção do programa entre os lados enfatiza a necessidade de políticas sociais contextualizadas. Isso expõe como as necessidades sociais variam e como os programas de assistência podem ser adaptados para atender às demandas específicas de cada região.

Em relação aos fatores socioeconômicos e taxas de homicídio, verifica-se que regiões com mais vulneráveis tendem a apresentar maiores taxas de homicídios. Contudo, também apresenta relações diferentes, como a associação entre o analfabetismo e a presença de crianças onde nenhum morador possui ensino fundamental correlacionados com índices de homicídio mais altos.

A análise também evidencia divergências nas ações repressivas. Os estados/anos diferem na eficácia dessas estratégias, sugerindo que não existe uma abordagem única ou padronizada que funcione universalmente. A falta de aumento proporcional nas apreensões de armas de fogo e prisões, apesar do maior investimento no *lado esquerdo*, questiona a relação direta entre investimento em segurança e resultados efetivos.

Relações inversas e complexas são evidentes nas relações entre variáveis "idade e taxas de homicídio", "gastos com segurança pública e taxas de homicídio", entre outros, que demonstram a natureza intrincada desses fatores. Essas interações indicam que as soluções não podem ser simplificadas e múltiplos elementos devem ser considerados.

Verifica-se também a atuação do tráfico de drogas. A possível relação entre apreensões de drogas e índices de homicídio ressalta a influência do tráfico na violência criminal. A identificação de desigualdades sociais distintas nos *lados esquerdo e direito* reforça a complexidade das causas dos homicídios. Destaca-se ainda que os estados/anos onde há um

maior percentual de famílias chefiadas por mães que tiveram filhos na adolescência e baixa escolaridade podem contribuir para a criminalidade violenta, tendo em vista as dinâmicas sociais. Sendo assim, esses indicadores, podem estar correlacionados com a desigualdades de gêneros e questões educacionais, que é um fator de risco para o aumento da violência.

As principais descobertas que primeiro eixo revela são que o aumento nas taxas de homicídios está correlacionado à desorganização social e ausência de ações repressivas. Destacam-se ações como o combate ao tráfico de drogas, a apreensão de armas de fogo e o encarceramento de criminosos. Por outro lado, estados-anos com maiores taxas de apreensão de armas de fogo, intensificação de combate ao tráfico de drogas e o aumento no encarceramento de criminosos evidencia, menores taxas de homicídios.

A literatura enfatiza a dificuldade do Estado em controlar o tráfico de drogas e o uso ilícito de substâncias, além do acesso das organizações criminosas a armas de fogo, considerados fatores que contribuem para a escalada da violência. A desorganização nas áreas urbanas, a rápida urbanização e a falta de controle social são elementos que também aumentam a vulnerabilidade das comunidades. No entanto, é importante notar que regiões com infraestrutura urbana avançada e indicadores socioeconômicos positivos, caracterizadas por menor disparidade social e econômica, tendem a ter índices reduzidos de crimes violentos (FERREIRA; LIMA; BESSA, 2009; CORRÊA; LOBÃO, 2019; RAMÃO; WADIH, 2010).

Esses resultados sugerem que regiões com infraestrutura urbana e indicadores socioeconômicos mais robustos tendem a apresentar taxas menores de homicídios. A interligação entre desigualdades sociais e violência tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica (SILVA, 1999; FERREIRA; LIMA; BESSA, 2009; CORRÊA; LOBÃO, 2019; RAMÃO; WADIH, 2010; CANO, 2006; ZALUAR, 2007; 2012; ZALUAR; RIBEIRO, 2009; ZALUAR; BARCELLOS, 2013), o que evidencia que a melhoria das condições socioeconômicas e a redução das desigualdades podem ter um impacto na prevenção da violência e da criminalidade.

Neste sentido, emerge a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar a criminalidade violenta, envolvendo uma gama diversificada de instituições e agentes sociais, mobilizações de organizações e representantes das esferas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e aplicação da lei. A redução das disparidades socioeconômicas também se configura como um componente para a prevenção da violência.

A literatura reforça tal premissa realçando a importância da cooperação conjunta entre setores institucionais e a comunidade para a mitigação das disparidades socioeconômicas e o combate à criminalidade violenta. Zaluar (2007, 2012), por exemplo, destaca a desorganização

das áreas urbanas no país e a ausência de controle social como elementos que intensificam a vulnerabilidade das comunidades em localidades dominadas por organizações criminosas. Ferreira, Lima e Bessa (2009) sublinham a participação da comunidade na prevenção da violência. Corrêa e Lobão (2019) advogam por uma abordagem holística no enfrentamento da violência urbana. Portanto, é essencial a integração da sociedade civil e das instituições públicas para lidar com a criminalidade violenta. Além disso, a redução das disparidades socioeconômicas é fundamental para prevenir a violência.

5.1.2 As complexas relações entre fatores socioeconômicos e homicídios – Segundo eixo

O segundo eixo representa 15,3% da inércia total do ERHN-BR. Ele é composto por 87 categorias ativas e 30 passivas que apresentam influência na distribuição das taxas de homicídios nos Estados/anos. Em particular, o *lado de cima* é constituído, fundamentalmente, pelos Estados/anos Acre (2017 e 2019), Amapá (2018), Rondônia (2018), Roraima (2017) e Tocantins (2016 a 2019), com 40 categorias ativas e 13 categorias passivas, enquanto o *lado de baixo* é formado por Pará (2012 a 2018), Rondônia (2012 a 2015) e Roraima (2016), com 47 categorias ativas e 17 passivas.

Neste sentido, um conjunto de categorias ativas que indicam a oposição em relação aos homicídios (Quadro 18). Quanto mais *lado de baixo*, maior as taxas de homicídios tanto na população em geral (Hom6) como nas faixas etárias de 15 a 29 anos (H15 a 29-6), e entre a população de 40 a 59 anos (H40 a 49-4 e H50 a 59-4). No entanto, há uma tendência de redução nas faixas de 30 a 39 anos (H30 a 39-5 e H30 a 39-6). Menor taxa de despesas com segurança pública (DESP-SP), uma variação nas taxas de apreensão de armas de fogo (ArmaF3, ArmaF6 e ArmaF7), menor taxa de encarceramento (PRESO). As categorias passivas (Quadro 19) reforçam esses achados, menor taxa de homicídios ocultos (HomO5) em comparação com o *lado de cima* (HomO6). Também uma menor taxa de registros de boletins de ocorrência de tráfico (REGIST5) e menor apreensões de cocaína (COCAIN2). Além disso, o *lado de baixo* faz fronteira com dois países da América Latina.

Por outro lado, quanto mais no *lado de cima*, menor taxa de homicídios da população em geral (Hom4) e da população de 15 a 29 anos (H15 a 29-5), que, por sua vez, aumentam à medida que a faixa etária avança (H30 a 39-3, H30 a 39-8, H40 a 49-2 e H50 a 59), maior despesa com segurança pública (DESP-SP6 e DESP-SP7), maior taxa encarceramento (PRESO3) maior taxa de apreensões de armas de fogo (ArmaF7), maior taxa de registro de

boletins de ocorrência relacionados ao tráfico (REGIST8) e maior taxa de apreensões de cocaína (COCAIN8) e faz fronteira com três países da América Latina.

Quadro 18 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, ações governamentais do segundo eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, lado de baixo	Categorias ativas, lado de cima
Hom	Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 41,3 a 45 (Hom6)	Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 36,2 a 38,3 (Hom4)
H15 a 29	Tx. homicídio da pop. de 15 - 29 anos por 100 mil hab.: de 73,7 a 85 (H15 a 29-6)	Tx. homicídio da pop. de 15 - 29 anos por 100 mil hab.: de 71 a 73 (H15 a 29-5)
H30 a 39	Tx. homicídio da pop. de 30 - 39 anos por 100 mil hab.: de 17 a 18,4 (H30 a 39-5) Tx. homicídio da pop. de 30 - 39 anos por 100 mil hab.: de 18,5 a 19,1 (H30 a 39-6)	Tx. homicídio da pop. de 30 - 39 anos por 100 mil hab.: de 15,1 a 16,3 (H30 a 39-3) Tx. homicídio da pop. de 30 - 39 anos por 100 mil hab.: de 20,3 a 24,5 (H30 a 39-8).
H40 a 49	Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab.: de 9,8 a 10,3 (H40 a 49-4)	Tx. homicídio da pop. de 40 - 49 anos por 100 mil hab.: de 7,7 a 8,7 (H40 a 49-2)
H50 a 59	Tx. homicídio da pop. de 50 - 59 anos por 100 mil hab.: de 6,3a 7,0 (H50 a 59-4)	
ArmaF	Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab. de 20 a 29 (ArmaF3) Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 56 a 69 (ArmaF6) Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 71 a 95 (ArmaF7)	Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 71 a 95 (ArmaF7)
DESP-SP		Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab.: de 324,2 a 357,25 (DESP-SP7) Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab.: de 910 a 1177 (DESP-SP8).
PRESO		Tx. de preso por 100 mil hab.: de 269 a 325 (PRESO3)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Em resumo, no *lado de baixo*, apresenta maior taxa de homicídios na população em geral, e entre os jovens de 15 a 29 anos, e na faixa etária de 40 a 59 anos. As taxas de homicídio diminuem nas idades de 30 a 39 anos. Há menos recursos destinados à segurança pública, variação nas apreensões de armas de fogo e menos encarceramento. Além disso, apresenta menor taxa de homicídios ocultos, menos registros de ocorrências de tráfico, menores taxas de apreensões de cocaína e possui um quantitativo menor de fronteira com países da América Latina. No *lado de cima*, há uma menor taxa de homicídios, maiores investimentos em segurança pública, maiores taxas de encarceramento e apreensões de armas de fogo. Além

disso, apresenta taxas mais elevadas de registros de ocorrências de tráfico e taxas de apreensões de cocaína.

Quadro 19 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, ações governamentais do segundo eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias passivas, <i>lado de baixo</i>	Categorias passivas, <i>lado de cima</i>
HomO	Tx. homicídio ocultos por 100 mil hab.: de 1,9 a 2,8 (HomO5)	Tx. homicídio ocultos por 100 mil hab.: de 3 a 4,4 (HomO6)
FronEx	Faz fronteira com 2 países (FronEx3)	Faz fronteira com 1 país (FronEx2)
REGIST	Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 53,8 a 63 (REGIST5)	Tx. de B.O tráfico de drogas por 100 mil hab.: de 129 a 142 (REGIST8)
COCAIN	Tx. de apr. de Cocaína (Kg), por 100 mil hab.: de 6,5 a 18,1 (COCAIN2)	Tx. de apr. de Cocaína (Kg); por 100 mil hab.: de 303 a 448 (COCAIN8)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

As diferenças nas taxas de homicídio podem ser influenciadas por fatores como idade, segurança pública, controle de armas, políticas de justiça criminal e atividades de tráfico de drogas. A localização das fronteiras também contribui e influencia nas dinâmicas de criminalidade e segurança.

Resumindo, no *lado de baixo*, há uma maior incidência de homicídios entre jovens e pessoas de 40 a 59 anos, com uma diminuição nas idades de 30 a 39 anos. Há também uma relação entre as despesas com segurança pública, as apreensões de armas de fogo e as taxas de encarceramento. No *lado de cima*, observa-se uma correlação entre as taxas de homicídio, a despesa com segurança pública, a proporção de pessoas presas e o foco nas apreensões de armas de fogo.

Em relação aos fatores socioeconômicos (Quadros 20 e 21), no *lado de cima*, maior taxa de analfabetismo (ANALF2), menor percentual de crianças vivendo em domicílios onde nenhum morador possui ensino fundamental (CRI-sf2), menor percentual de crianças de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (PNF6-14a-1) e maior percentual de mulheres como responsáveis pelo domicílio (CHEFE-M6), menor % de homens responsáveis pelo domicílio (CHEFE-H5 e CHEFE-H7), menor a porcentagem de mães chefes de família (MaeCh1) e de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (MU10-17F1), maior taxa de desemprego (DESEMP6), menor densidade de pessoas por domicílio (DENSID2), maior percentual de pessoas empregadas com carteira assinada (EMP-C4 e EMP-C5), menor a % de pessoas ocupadas com rendimento com ensino fundamental (EMP-EF3) e sem instrução (EMPR-SI6),

maior a porcentagem de pessoas ocupadas com rendimento, com ensino superior (OCUPA-S6 e OCUPA-S8), menor a porcentagem de pessoas com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo ($PB < \frac{1}{2} SM4$). Além disso, o rendimento na população residente (P-RENDA8) é maior no *lado de cima* em comparação com o *lado de baixo* (P-RENDA6 e P-RENDA7).

No *lado de baixo*, menor taxa de analfabetismo (ANALF), maior a porcentagem de crianças de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (PNF6-14a-3, PNF6-14a-4 e PNF6-14a-8), maior a porcentagem de crianças vivendo em domicílios onde nenhum morador possui ensino fundamental (CRI-sf6, CRI-sf7 e CRI-sf8), maior o percentual de homens como responsáveis pelo domicílio (CHEFE-H1, CHEFE-H2 e CHEFE-H8), menor a porcentagem de mulheres responsáveis pelo domicílio, maior a % de mães chefes de família (MaeCh8) e de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (MU10-17F6), e uma menor taxa de desemprego (DESEMP1).

Quadro 20 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, demográfico do segundo eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, lado de baixo	Categorias ativas, lado de cima
ANALF		Taxa de analfabetismo: de 5,8 a 6,5 (ANALF2)
PNF6-14a	% de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 1,82 a 2,54 (PNF6-14a-3) % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 2,7 a 3,13 (PNF6-14a-4) % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 22,76 a 40,94 (PNF6-14a-8).	% de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 0,28 a 1,18 (PNF6-14a-1)
CRI-sf	% de criança onde nenhum morador tem EF: de 19,1 a 23 (CRI-sf6) % de criança onde nenhum morador tem EF: de 24 a 27 (CRI-sf7) % de criança onde nenhum morador tem EF: de 28 a 33 (CRI-sf8).	% de criança onde nenhum morador tem EF de 7,91 a 9,16 (CRI-sf2)
CHEFE-H	% do responsável por domicílio, homem: de 6,8 a 9,8 (CHEFE-H1) % do responsável por domicílio, homem: de 9,9 a 11,4 (CHEFE-H2) % do responsável por domicílio, homem: de 17,2 a 20,1 (CHEFE-H8).	% do responsável por domicílio, homem: de 13,8 a 14,6 (CHEFE-H5) % do responsável por domicílio, homem: de 15,9 a 17,1 (CHEFE-H7)
CHEFE-M		% do responsável por domicílio, mulher: de 12,7 a 13,7 (CHEFE-M6)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

No *lado de cima* (Quadro 21), o índice de Gini (GINI3) é menor, o que sugere que a distribuição de renda é mais igualitária nesse grupo. Isso implica que, no geral, as diferenças de renda entre os indivíduos nesse grupo não são tão pronunciadas. No entanto, no *lado de cima*, os índices de vulnerabilidade social (IVS3 e IVS8) são maiores. Isso indica que, embora a distribuição de renda seja mais igualitária, esses estados/anos ainda podem estar enfrentando níveis mais elevados de vulnerabilidade socioeconômica. Isso pode ser devido a outros fatores, como falta de acesso a serviços essenciais, baixa qualidade de vida ou riscos sociais. Por outro lado, no *lado de baixo*, o índice de Gini é maior (GINI1, GINI2 e GINI8), o que sugere que a distribuição de renda é mais desigual. Ou seja, existem disparidades acentuadas na distribuição de renda entre os indivíduos.

No entanto, a vulnerabilidade social (IVS5) é menor no *lado de baixo*. Isso pode parecer contraditório, mas isso pode indicar que, apesar da desigualdade de renda, as medidas de vulnerabilidade social estão mais baixas nesse grupo. Isso pode ser porque eles têm acesso a redes de apoio, programas sociais ou outros recursos que ajudam a mitigar os riscos socioeconômicos.

Quadro 21 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais do primeiro eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, <i>lado de baixo</i>	Categorias ativas, <i>lado de cima</i>
GINI	Índice de Gini de 0,46 a 0,47 (GINI1) Índice de Gini de 0,48 a 0,49 (GINI2) Índice de Gini de 0,59 a 0,6 (GINI8).	Índice de Gini de 0,5 a 0,51 (GINI3)
IVS	Índice de vulnerabilidade Social: de 0,282 a 0,306 (IVS5).	Índice de vulnerabilidade Social: de 0,234 a 0,251 (IVS3) Índice de vulnerabilidade Social: de 0,356 a 0,377 (IVS8).
MaeCh	% de mães chefes de família de 15,5 a 19 (MaeCh8).	% de mães chefes de família de 6 a 7,7 (MaeCh1)
MU10-17F	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 3,27 a 4,1 (MU10-17F6)	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 0 a 0,56 (MU10-17F1)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

No que diz respeito aos indicadores demográficos e de renda (Quadro 22), é notável que no *lado de baixo*, há uma maior porcentagem da população vivendo em domicílios com densidade de menos de duas pessoas (DENSID1 e DENSID4), uma menor proporção de pessoas empregadas com carteira assinada (EMP-C1 e EMP-C2), e um maior percentual de pessoas ocupadas com rendimento proveniente do ensino fundamental (EMP-EF5, EMP-EF7 e EMP-EF8), sem instrução (EMPR-SI3 e EMP-R-SI7), bem como um menor percentual de

peças ocupadas com rendimento proveniente do ensino superior (OCUPA-S e OCUPA-S3), juntamente com um percentual maior de pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (PB<1/2 SM8).

Destaca-se a relação complexa entre educação, emprego, renda e densidade domiciliar. No *lado de cima*, embora as taxas de analfabetismo e desemprego sejam mais elevadas, os indicadores educacionais e a renda *per capita* são mais favoráveis. Por contraste, no *lado de baixo*, apesar de apresentar menor analfabetismo, esse grupo enfrenta obstáculos como uma maior densidade domiciliar, menor presença de empregos formais e níveis de renda mais reduzidos, delineando claramente as desigualdades socioeconômicas entre eles.

Quadro 22 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores sociais, econômicos, demográfico do segundo eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, <i>lado de baixo</i>	Categorias ativas, <i>lado de cima</i>
PB< 1/2 SM	Pessoas renda per capita < 1/2 SM de 2,77 a 12 (PB<1/2 SM8).	Pessoas renda per capita < 1/2 SM de 1,5 a 1,85 (PB<1/2 SM4)
DENSID	% da pop. em domicílios com densidade > 2 de 4,3 a 21 (DENSID1) % da pop. em domicílios com densidade > 2 de 36 a 38,4 (DENSID4)	% da pop. em domicílios com densidade > 2 de 21,4 a 23,3 (DENSID2)
DESEMP1	Tx. de Desemprego: de 0,47 a 4,05 (DESEMP1)	Tx. de Desemprego: de 10,67 a 12,4 (DESEMP6)
P-RENDA	% de pessoas com rendimento na pop. residente: de 53 a 54,9 (P-RENDA6) % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 55 a 56,9 (P-RENDA7).	% de pessoas com rendimento na pop. residente: de 57 a 58,7 (P-RENDA8).
EMP-C	% de empregados com carteira de 18 a 22 (EMP-C1) % de empregados com carteira de 22,1 a 23,4 (EMP-C2)	% de empregados com carteira de 24,7 a 26 (EMP-C4) % de empregados com carteira de 26,1 a 28,57 (EMP-C5).
OCUPA-S	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 7,3 a 10,4 (OCUPA-S1)	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 16,9 a 18,7 (OCUPA-S6)
	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 10,5 a 12,5 (OCUPA-S2)	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 21,2 a 25,5 (OCUPA-S8).
EMP-EF	% das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 9,1 a 10 (EMP-EF5)	% das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 7,2 a 8,1 (EMP -EF3)
	% das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 11,6 a 15 (EMP-EF7)	
	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.F de 15,1 a 38,2 (EMP -EF8)	

EMPR-SI	% das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 3,6 a 4 (EMPR-SI3) % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 7,5 a 8,4 (EMPR-SI7)	% das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 6,4 a 7,4 (EMPR-SI6)
P14 - 29H	População de 14 a 29 anos, homem: de 28,5 a 29,1 (P14 - 29H2)	População de 14 a 29 anos, homem: de 27,6 a 28,4 (P14 - 29H1)
P14 - 29M	População de 14 a 29 anos, mulher: de 30,3 a 30,7 (P14 - 29M5)	População de 14 a 29 anos, mulher: de 25,9 a 28,3 (P14 - 29M1)
P30 - 39H	População de 30 a 39 anos, homem: de 16 a 16,3 (P30 - 39H6)	População de 30 a 39 anos, homem: de 13,8 a 14,5 (P30 - 39H1)
		População de 30 a 39 anos, homem: de 15 a 15,3 (P30 - 39H3)
P30 - 39M	População de 30 a 39 anos, mulher: de 17,5 a 18,1 (P30 - 39M8).	População de 30 a 39 anos, mulher: de 16,6 a 16,8 (P30 - 39M6)
P40 - 49-M	População de 40 a 49 anos, mulher: de 11,9 a 12,3 (P40 - 49-M5)	
P40 - 49-H		População de 40 a 49 anos, homem: de 12,7 a 13,1 (P40 - 49-H7)
P50 - 59H	População de 50 a 59 anos, homem: de 8,4 a 8,7 (P50 - 59H6)	
P50 - 59M	População de 50 a 59 anos, mulher: de 7,5 a 7,8 (P50 - 59M4) População de 50 a 59 anos, mulher: de 8,3 a 8,6 (P50 - 59M6)	População de 50 a 59 anos, mulher: de 7,9 a 8,2 (P50 - 59M5) População de 50 a 59 anos, mulher: de 8,8 a 9,4 (P50 - 59M7) População de 50 a 59 anos, mulher: de 9,6 a 10,1 (P50 - 59M8).

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Resumidamente, no *lado de baixo*, uma parcela das pessoas lida com renda insuficiente para suprir necessidades básicas. Além disso, há menos indivíduos nesse grupo engajados em empregos que requerem ensino superior, o que pode impactar seus ganhos e oportunidades. Em contraposição, mais pessoas estão envolvidas em ocupações que demandam baixa educação formal, associadas a remunerações mais modestas. Complementarmente, percebe-se uma menor porcentagem de pessoas empregadas com carteira assinada.

Em relação às faixas etárias, no *lado de cima*, observa-se que homens e mulheres são mais jovens, com idades entre 14 e 39 anos (P14-29H1, P30-39H1, P30-39H3, P14-29M1 e P30-39M6), em comparação ao *lado de baixo* (P14-29H2, P30-39H6, P40-49M5, P50-59M4, P50-59M6). No entanto, no *lado de baixo*, há uma maior proporção de homens e mulheres com idades entre 40 e 59 anos (P50-59H6 e P30-39M8), em relação com o *lado de cima* (P40-49H7, P50-59M5, P50-59M7 e P50-59M8).

As categorias passivas (Quadro 23) reforçam a complexidade da situação. Em relação à população, o *lado de baixo* apresenta menor porcentagem de pessoas que recebem Bolsa Família com ensino fundamental completo (PBf-Fc3), médio incompleto (PBf-Minc4), médio completo (PBf-Mc1) e sem instrução (PBfS2). Em contrapartida, há um percentual maior da população que recebe Bolsa Família possui ensino fundamental incompleto (PBf-Fi6, PBf-Fi7 e PBf-Fi8). Um menor percentual de pessoas ocupadas tem rendimento possuem o ensino médio completo (TRAB-EM1, TRAB-EM2 e TRAB-EM4), e de empregados sem carteira assinada (EMP-SC1).

Quadro 23 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas, fatores sociais, econômicos, demográfico do segundo eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias passivas, lado de baixo	Categorias passivas, lado de cima
EMP-SC	% de empregados sem carteira: de a 18,2 (EMP-SC1) % de empregados sem carteira: de 24,1 a 25,8 (EMP-SC6);	% de empregados sem carteira: de 28 a 31,12 (EMP-SC8)
PBf -Mc	% da pop. que recebe B.F – M. completo: de 10,3 a 11,8 (PBf -Mc1) % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 13,2 a 14,3 (PBf -Mc2)	% da pop. que recebe B.F – M. completo: de 17,7 a 18,8 (PBf -Mc5) % da pop. que recebe B.F – M. completo: de 18,9 a 21,7 (PBf -Mc6)
PBf-Fc	% da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 9,5 a 10,1 (PBf-Fc3)	% da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 11,3 a 12 (PBf-Fc6)
PBf-Fi	% da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 56,1 a 57,4 (PBf-Fi6) % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 57,9 a 60,5 (PBf-Fi7) % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 61 a 64 (PBf-Fi8)	% da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 47,1 a 50 (PBf-Fi2) % da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 50,1 a 51,9 (PBf-Fi3)
PBf-Minc	% da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 8,8 a 9,4 (PBf-Minc4)	% da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 11,6 a 13,1 (PBf-Minc8)
PBfS	% da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 4,7 a 5,2 (PBfS2)	% da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 9,3 a 11,4 (PBfS7)
TRAB-EM	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 4 a 26,8 (TRAB-EM1) % pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 26,9 a 28,4 (TRAB-EM2)	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 33,1 a 34,2 (TRAB-EM6)

	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 29,4 a 31,3 (TRAB-EM4)	
--	--	--

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Por outro lado, o *lado de cima* apresenta percentuais maiores de pessoas que recebem bolsa família com ensino fundamental completo (PBf-Fc6), médio incompleto (PBf-Minc8) e médio completo (PBf-Mc5 e PBf-Mc6), bem como sem instrução (PBfS7). Há um menor % da população que recebe Bolsa Família que possui ensino fundamental incompleto (PBf-Fi2 e PBf-Fi3). Um maior percentual de pessoas ocupadas tem rendimento proveniente do ensino médio completo (TRAB-EM6) e de empregados sem carteira assinada (EMP-SC8).

Percebe-se que no *lado de baixo*, há menos pessoas recebendo benefícios do bolsa família com níveis educacionais mais altos, como ensino fundamental completo, médio incompleto e médio completo. Em contrapartida, uma proporção maior de pessoas recebe o bolsa família com ensino fundamental incompleto. Isso sugere que a assistência social está concentrada principalmente em grupos com níveis educacionais mais baixos.

No *lado de cima*, é evidente que uma parcela das pessoas que recebe o Bolsa Família possui níveis educacionais mais altos, como ensino fundamental completo, médio incompleto e médio completo. As principais evidências encontradas no segundo eixo mostram correlações entre taxas de homicídios, gastos em segurança pública, apreensão de armas de fogo e encarceramento. No *lado de baixo*, que apresenta maiores taxas de homicídios, é observado menor investimento em segurança pública e ações governamentais repressivas, em comparação com o lado de cima. Essas correlações destacam a complexa relação entre a criminalidade, a segurança e as ações governamentais repressivas.

Já as interações entre os indicadores socioeconômicos, tais como analfabetismo, educação, emprego e renda, são bastante evidentes. No *lado de cima*, apesar das taxas de analfabetismo e desemprego serem mais elevadas, indicadores educacionais e renda *per capita* são melhores. No lado oposto, apesar de menor analfabetismo, há desafios relacionados à densidade domiciliar, empregos formais e renda.

Ao considerar as contribuições de Fajnzylber e Araújo (2001) sobre a relação entre desigualdade, pobreza e mobilidade social com homicídios, os resultados da pesquisa acrescentam complexidade a essa relação. No *lado de baixo* com alta incidência de homicídios e condições socioeconômicas desfavoráveis, há uma correlação direta entre taxas de homicídio e apreensões de armas. Curiosamente, essa correlação coexiste com uma menor taxa de encarceramento e investimentos em segurança pública nesse lado. Essa aparente contradição

reforça a ideia de que os fatores influenciadores da criminalidade podem variar e que a relação entre desigualdade e violência não é simples.

Já no *lado de cima*, onde a educação formal da população é mais elevada, a concentração de renda é menor e a vulnerabilidade social é reduzida, os padrões são inversos. Nestes casos, uma maior alocação de recursos em segurança pública correlaciona-se com taxas de homicídio mais baixas. Os achados exibem a profundidade da relação entre desigualdade social, pobreza e crime, indicando a interferência de variáveis socioeconômicas, culturais e geográficas.

As descobertas do primeiro eixo apontam para uma possível ligação entre desigualdade social e homicídios. Por outro lado, o segundo eixo revela a influência de vários fatores nas taxas de homicídio. Uma coisa interessante que foi observada é que, mesmo onde a renda é mais igualitária no *lado de cima*, ainda existe mais vulnerabilidade social. Isso mostra que a desigualdade de renda afeta a desorganização social de maneira complexa. Além disso, a localização geográfica dos estados da região Norte do Brasil com vários países da América Latina sugere que as fronteiras podem afetar as taxas de homicídio e a criminalidade, além dos fatores socioeconômicos internos.

5.1.3 Criminalidade, desorganização social e educação – Terceiro eixo

O terceiro eixo contribui para a inércia do espaço, correspondendo a 12,1% do total. A análise deste eixo revela a presença de 93 categorias ativas e 16 passivas. Observa-se, ainda, uma distribuição assimétrica dessas categorias: *lado de cima (lado superior)* é organizado pelos Estados/anos Acre (2012 a 2015), Amazonas (2012 a 2013), Amapá (2012 e 2014), Rondônia (2012 a 2015) e Roraima (2017 a 2019), com 53 categorias ativas e 8 passivas. Enquanto do *lado de baixo (lado inferior)* estão os Estados/anos Acre (2018), Amazonas (2019) e Pará (2013, 2016 a 2018), com 40 categorias ativas e 8 passivas.

Nesse eixo, é notável a oposição clara entre as taxas de homicídios e os indicadores socioeconômicos. Quanto mais do *lado inferior* (Quadro 24), maiores são as taxas de homicídios da população em geral (Hom6, Hom7 e Hom8) e da população entre 15 e 39 anos (H15 a 29-7, H15 a 29-8, H30 a 39-6 e H30 a 39-8), menores são as despesas com segurança pública (DESP-SP6 e DESP-SP7), maior é a taxa de apreensão de armas de fogo (ArmaF3) e menor é a taxa de encarceramento (PRESO1). As categorias passivas (Quadro 25) complementam as informações, como a presença de uma maior taxa de homicídios ocultos (HomO5) em comparação ao *lado superior* (HomO3).

Em contraste, no *lado superior*, são evidenciadas menores taxas de homicídios da população em geral (Hom1 e Hom3) e da população na faixa etária entre 15 e 39 anos (H15 a 29-2, H15 a 29-3, H30 a 39-1 e H30 a 39-2), maior taxa de homicídio da população entre 40 a 49 anos (H40 a 49-7) em relação ao *lado inferior*. Quanto mais do *lado superior*, maiores são os gastos com segurança pública e o encarceramento (PRESO5) e menor é a taxa de apreensão de armas de fogo (ArmaF1) em comparação com o *lado inferior*.

Quadro 24 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, homicídios e ações governamentais repressivas do terceiro eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, <i>lado inferior</i>	Categorias ativas, <i>lado superior</i>
Hom	Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 41,3 a 45 (Hom6) Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 47 a 51,4 (Hom7) Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 53,2 a 71,8 (Hom8)	Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 23,6 a 29 (Hom1) Tx. de homicídio por 100.000/hab. de 29,4 a 32 de (Hom2)
H15 a 29	Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 96 a 113 (H15 a 29-7) Tx. homicídio da pop. de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 20,3 a 24,5 (H30 a 39-8)	Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 44,1 a 52 (H15 a 29-2) Tx. homicídio da pop. de 15 a 29 anos por 100 mil hab.: de 53 a 58,6 (H15 a 29-3)
H30 a 39	Tx. homicídio da pop. de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 18,5 a 19,1 (H30 a 39-6) Tx. homicídio da pop. de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 20,3 a 24,5 (H30 a 39-8).	Tx. homicídio da pop. de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 12,2 a 13,9 (H30 a 39-1) Tx. homicídio da pop. de 30 a 39 anos por 100 mil hab.: de 14,0 a 15,1 (H30 a 39-2)
H40 a 49		Tx. homicídio da pop. de 40 a 49 anos por 100 mil hab.: de 12,5 a 13,4 (H40 a 49-7)
ArmaF	Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 20 a 29 (ArmaF3)	Tx. ap. de arma de fogo por 100 mil hab.: de 0 a 11 (ArmaF1)
DESP-SP	Tx. despesa Seg. Púb. por 100.000/hab.: de 292,27 a 323 (DESP-SP6) Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab.: de 324,2 a 357,25 (DESP-SP7)	Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab.: de 139,48 a 150,2 (DESP-SP2) Tx. despesa Seg. Pub. por 100.000/hab.: de 910 a 1177 (DESP-SP8).
PRESO	Tx. de preso por 100 mil hab.: de 156 a 216 (PRESO1)	Tx. de preso por 100 mil hab.: de 441 a 535 (PRESO5)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Os dados revelam diferenças importantes entre os dois lados em termos de taxas de homicídio, faixas etárias, apreensão de armas, gastos com segurança pública e taxa de

encarceramento. No *lado inferior*, observa-se taxas de homicídio mais altas, especialmente entre faixas etárias jovens, acompanhadas por maiores apreensões de armas, mas com gastos menores em segurança e encarceramento. Esses resultados corroboram com as conclusões do Atlas da Violência (IPEA, 2021), que aponta para uma correlação positiva entre a taxa de homicídios e a taxa de apreensão de armas de fogo no Brasil.

Por outro lado, o *lado superior* apresenta taxas de homicídio mais baixas, sobretudo em faixas etárias intermediárias, com apreensões menores de armas, embora com maiores gastos em segurança e encarceramento. Essas relações sugerem que distintos fatores estão em ação em cada lado, influenciando as taxas de homicídio.

Por exemplo, no *lado inferior*, a alta taxa de apreensão de armas de fogo pode indicar um cenário de maior violência armada, enquanto no *lado superior*, os maiores gastos com segurança pública e maior taxa de encarceramento pode estar relacionados a um ambiente menos violento.

Quadro 25 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias passivas do terceiro eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias passivas, <i>lado inferior</i>	Categorias passivas, <i>lado superior</i>
HomO	Tx. homicídio ocultos por 100 mil hab.: de 1,9 a 2,8 (HomO5)	Tx. homicídio ocultos por 100 mil hab.: de 1 a 1,4 (HomO3)
PBfS	% da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 3,5 a 4,6 (PBfS1)	% da pop. que recebe B.F - sem instrução: de 11,5 a 13,2 (PBfS8)
PBf-Fi	% da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 50,1 a 51,9 (PBf-Fi3)	% da pop. que recebe B.F – F. incompleto: de 56,1 a 57,4 (PBf-Fi6)
PBf-Fc	% da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 9 a 9,4 (PBf-Fc2)	% da pop. que recebe B.F – fundamental completo: de 13,2 a 15,5 (PBf-Fc8)
PBf-Minc	% da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 11,6 a 13,1 (PBf-Minc8).	% da pop. que recebe B.F – médio incompleto: de 6 a 6,8 (PBf-Minc1)
PBf-Mc	% da pop. que recebe B.F – M. completo: de 23,9 a 27,7 (PBf -Mc8)	% da pop. que recebe B.F – M. completo: de 23,9 a 27,7 (PBf -Mc8)
EMP-SC		% de empregados sem carteira: de 21 a 22,8 (EMP-SC4)
TRAB-EM1	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 31,4 a 33 (TRAB-EM5)	% pessoas ocupadas com rendimento, M.C: de 4 a 26,8 (TRAB-EM1)

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Em relação aos fatores sociais e econômicos (Quadro 26), no *lado inferior*, há uma menor vulnerabilidade social (IVS3), e menor índice de Gini (GINI6 e GINI7), taxa de analfabetismo, porcentagem de crianças cujos moradores não possuem ensino fundamental completo (CRI-sf1 e CRI-sf3), e uma menor porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não

frequentam a escola (PNF6-14a-1), bem como uma menor presença de mães chefes de família (MaeCh1) e de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (MU10-17F1, MU10-17F2 e MU10-17F3).

As passivas completam as descobertas (Quadro 26) quanto mais do *lado inferior*, menor proporção da população que recebe Bolsa Família sem instrução (PBfS1), fundamental incompleto (PBf-Fi3) e fundamental completo (PBf-Mc8), uma maior proporção da população que recebe bolsa família com ensino médio incompleto (PBf-Minc8) e médio completo (PBf-Mc8). Além disso, há uma maior participação de pessoas ocupadas com rendimento e ensino médio completo (TRAB-EM5), assim como uma menor presença de empregados sem carteira assinada.

Quadro 26 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas e passivas, fatores sociais do terceiro eixo

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, <i>lado inferior</i>	Categorias ativas, <i>lado superior</i>
IVS3	Índice de vulnerabilidade Social: de 0,234 a 0,251 (IVS3)	Índice de vulnerabilidade Social: de 0,356 a 0,377 (IVS8).
GINI	Índice de Gini de 0,55 a 0,56 (GINI6) Índice de Gini de 0,57 a 0,58 (GINI7)	Índice de Gini de 0,53 a 0,54 (GINI5) Índice de Gini de 0,59 a 0,6 (GINI8).
ANALF		Taxa de analfabetismo de 7,3 a 6,7 (ANALF4) Taxa de analfabetismo de 13 a 14,61 (ANALF8).
CRI-sf	% de criança onde nenhum morador tem EF: de 3,56 a 7,9 (CRI-sf1) % de criança onde nenhum morador tem EF: de 9,92 a 12 (CRI-sf3)	% de criança onde nenhum morador tem EF: de 16,1 a 19,9 (CRI-sf5) % de criança onde nenhum morador tem EF: de 24 a 27 (CRI-sf7)
MaeCh	% de mães chefes de família de 6 a 7,7 (MaeCh1)	% de mães chefes de família de 15,5 a 19 (MaeCh8).
MU10-17F	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 0 a 0,56 (MU10-17F1) % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 0,57 a 1 (MU10-17F2) % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 1,01 a 1,49 (MU10-17F3)	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 1,5 a 2,3 (MU10-17F4) % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 4,2 a 5,2 (MU10-17F7) % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos de 5,29 a 7,6 (MU10-17F8).
PNF6-14a	% de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 0,28 a 1,18 (PNF6-14a-1)	% de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 3,62 a 4,45 (PNF6-14a-6) % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 4,75 a 5,13 (PNF6-14a-7) % de pessoas de 6 a 14 anos que não vão à escola: de 22,76 a 40,94 (PNF6-14a-8).

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Em contrapartida (Quadro 27), maior taxa de desemprego (DESEMP4), maior a porcentagem de pessoas com renda per capita ($PB < \frac{1}{2} SM5$), maior a porcentagem de pessoas ocupadas com rendimento proveniente de nível superior (OCUPA-S1, OCUPA-S6, OCUPA-S7 e OCUPA-S8), menor densidade de pessoas por domicílio com mais de duas pessoas (DENSID), menor a porcentagem de empregados com carteira assinada (EMP-C2), menor a porcentagem de pessoas ocupadas com rendimento proveniente de ensino fundamental (EMP-EF1, EMP-EF2 e EMP-EF3).

Em contrapartida, no *lado superior*, as características se apresentam de forma distinta. Há uma maior vulnerabilidade social (IVS8) e maiores desigualdades sociais, índice de Gini (GINI5 e GINI8), maior taxa de analfabetismo (ANALF4 e ANALF8), assim como a porcentagem de crianças cujos moradores não possuem ensino fundamental completo (CRI-sf5 e CRI-sf7), e a porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (PNF6-14a-6 e PNF6-14a-7 e PNF6-14a-8). Neste lado, também se destaca uma maior presença de mães chefes de família (MaeCh8) e de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (MU10-17F4, MU10-17F7 e MU10-17F8). A densidade de pessoas por domicílio com mais de duas pessoas é maior (DENSID1), assim como a taxa de desemprego (DESEMP), e a porcentagem de pessoas com renda *per capita* ($PB < \frac{1}{2} SM1$).

Adicionalmente, é maior a porcentagem de empregados com carteira assinada (EMP-C7, EMP-C8), e a porcentagem de pessoas ocupadas com rendimento proveniente de ensino fundamental (EMP-EF7 e EMP-EF8) e sem instrução (EMPR-SI7), e menor é a porcentagem de pessoas ocupadas com rendimento proveniente de nível superior (OCUPA-S2, OCUPA-S5 e OCUPA-S6), nesse lado, observa-se ainda, uma maior proporção da população que recebe Bolsa Família sem instrução (PBf-S8), fundamental incompleto (PBf-Fi6) e fundamental completo (PBf-Fc8), assim como uma maior presença de empregados sem carteira assinada (EMP-SC4), um menor percentual da população que recebe Bolsa Família com ensino médio incompleto (PBf-Minc1) e médio completo (PBf-Mc5), além de uma maior presença de pessoas ocupadas com rendimento médio completo (TRAB-EM1).

Quadro 27 – Siglas das variáveis e valores das siglas das categorias ativas, fatores socioeconômicos e demográficos do terceiro eixo.

Siglas das Variáveis	Categorias ativas, <i>lado inferior</i>	Categorias ativas, <i>lado superior</i>
DENSID		% da pop. em domicílios com densidade > 2 de 4,3 a 21 (DENSID1)
DESEMP	Tx. de Desemprego: de 7,51 a 9,6 (DESEMP4)	

P-RENDA	% de pessoas com rendimento na pop. residente: de 0,28 a 1,18 (P-RENDA1)	% de pessoas com rendimento na pop. residente: de 47,3 a 48,5 (P-RENDA2) % de pessoas com rendimento na pop. residente: de 55 a 56,9 (P-RENDA7)
PB < ½ SM	Pessoas renda per capita < ½ SM de 1,86 a 2 (PB < ½ SM5)	Pessoas renda per capita < ½ SM: de 0,3 a 0,89 (PB < ½ SM1)
EMP-C	% de empregados com carteira de 22,1 a 23,4 (EMP-C2)	% de empregados com carteira de 30,1 a 32,7 (EMP-C7) % de empregados com carteira de 32,71 a 34 (EMP-C8)
EMP-EF	% das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 4 a 6 (EMP-EF1) % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 6,1 a 7,1 (EMP -EF2) % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 7,2 a 8,1 (EMP -EF3)	% das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 10,1 a 11,5 (EMP -EF6) % das pessoas ocupadas com rendimento, E. F de 11,6 a 15 (EMP -EF7) % das pessoas ocupadas com rendimento, E.F de 15,1 a 38,2 (EMP -EF8)
EMPR-SI		% das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 7,5 a 8,4 (EMPR-SI7) % das pessoas ocupadas com rendimento, sem instrução: de 8,5 a 20 (EMPR-SI8).
OCUPA-S	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 7,3 a 10,4 (OCUPA-S1) % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 16,9 a 18,7 (OCUPA-S6) % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 18,8 a 21,1 (OCUPA-S7) % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 21,2 a 255,5 (OCUPA-S8)	% das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 10,5 a 12,5 (OCUPA-S2) % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 15,4 a 16,8 (OCUPA-S5) % das pessoas ocupadas com rendimento, E.S: de 16,9 a 18,7 (OCUPA-S6)
CHEFE-H		% do responsável por domicílio, homem: de 12,7 a 13,7 (CHEFE-H4)
CHEFE-M	% do responsável por domicílio, mulher: de 8,2 a 9,3 (CHEFE-M3)	% do responsável por domicílio, mulher: de 5,8 a 6,9 (CHEFE-M1)
P14 - 29H	População de 14 a 29 anos, homem: de 27,6 a 28,4 (P14 - 29H1) População de 14 a 29 anos, homem: de 29,1 a 29,9 (P14 - 29H3)	População de 14 a 29 anos, homem: de 30,8 a 31,2 (P14 - 29H5) População de 14 a 29 anos, homem: de 32,2 a 32,7 (P14 - 29H7)
P14 - 29M		População de 14 a 29 anos, mulher: de 31,7 a 31,8 (P14 - 29M7)
P30 - 39H		População de 30 a 39 anos, homem: de 16,4 a 16,6 (P30 - 39H7)
P30 - 39M	População de 30 a 39 anos, mulher: de 16,6 a 16,8 (P30 - 39M6)	População de 30 a 39 anos, mulher: de 17,5 a 18,1 (P30 - 39M8).
P40 - 49-H	População de 40 a 49 anos, homem: de 12,2 a 15,5 (P40 - 49-H6)	População de 40 a 49 anos, homem: de 9,6 a 10,4 (P40 - 49-H1) População de 40 a 49 anos, homem: de 13,2 a 14,2 (P40 - 49-H8).
P40 - 49-M	População de 40 a 49 anos, mulher: de 11,9 a 12,3 (P40 - 49-M5)	População de 40 a 49 anos, mulher: de 9,7 a 10,7 (P40 - 49-M1)
P50 - 59H	População de 50 a 59 anos, homem: de 7,4 a 7,7 (P50 - 59H4)	População de 50 a 59 anos, homem: de 6 a 6,4 (P50 - 59H1) População de 50 a 59 anos, homem: de 6,8 a 7 (P50 - 59H2)
P50 - 59M	População de 50 a 59 anos, mulher: de 8,8 a 9,4 (P50 - 59M7)	População de 50 a 59 anos, mulher: de 5,6 a 6,7 (P50 - 59M2)

População de 50 a 59 anos, mulher: de 7,1 a 7,4 (P50 - 59M3)
--

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Diante dos achados, no *lado inferior*, os indicadores sugerem um cenário de menor vulnerabilidade social e desigualdade. Esse lado apresenta melhorias nas taxas de analfabetismo, acesso à educação básica, presença de mães chefes de família e mulheres jovens que tiveram filhos. Além disso, há uma proporção menor de pessoas dependentes do Bolsa Família de nível básico e um número maior de pessoas com formação em nível médio e superior ocupadas em trabalhos remunerados.

No entanto, no *lado superior*, a vulnerabilidade social é mais alta, juntamente com desigualdades sociais. A educação é mais problemática, com maiores taxas de analfabetismo e falta de acesso à educação básica, particularmente entre as crianças. Apresenta uma maior presença de mães chefes de família e jovens mães, indicando desafios sociais e econômicos.

Neste contexto, o Bolsa Família tem uma presença mais expressiva, mas muitas vezes entre aqueles com menor escolaridade. O mercado de trabalho evidencia uma maior proporção de empregados informais e uma maior taxa de desemprego, sugerindo dificuldades de inserção e estabilidade no mercado de trabalho.

No âmbito demográfico há uma oposição clara entre o lado inferior e superior. No *lado inferior*, há um maior percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio (CHEFE-M3) e um menor percentual de rendimento da população residente (P-REND A1). Por outro lado, *lado superior* maior percentual de homens responsáveis pelo domicílio (CHEFE-H4) e maior o rendimento da população residente (P-REND A2 e P-REND A7).

Em relação à faixa etária da população a uma clara oposição, quanto mais no *lado inferior* menor o percentual de homens (P14-29H1, P14-29H3, P30-39H, P40-49H6) e mulheres (P14-29M e P30-39M6) entre 14 e 39 anos, maior o percentual de homens (P50-59H4) e mulheres (P40-49M5 e P50-59M7), na faixa etária de 40 a 59 anos. Enquanto no lado superior, maior é o percentual de homens (P14-29H5, P14-29H7, P30-39H7, P40-49-H1 e P40-49-H8) e mulheres (P14-29M7 e P30-39M8) entre 14 e 39 anos e menor o percentual de homens e mulheres (P50-59H1, P50-59H2, P40-49-M1, P50-59M2 e P50-59M3) na faixa etária de 40 a 59 anos.

Em síntese, o lado inferior possui um maior percentual de mulheres como chefes de famílias com um menor rendimento da população residente, evidenciando um panorama menos favorável a aspectos socioeconômicos.

A análise das variáveis populacionais em ambos os lados revela discrepâncias. No *lado inferior*, há uma maior presença de mulheres assumindo a liderança dos domicílios, enquanto no *lado superior* essa tendência é mais pronunciada entre os homens. Além disso, a média de rendimentos da população residente é mais baixa no *lado inferior*, contrastando com o *lado superior*, onde os valores de renda são mais elevados.

A distribuição etária da população também traz à tona disparidades intrigantes. No *lado inferior*, a proporção de pessoas com idades entre 14 e 49 anos é menor tanto para homens quanto para mulheres em comparação com o *lado superior*. Nesse último, observa-se uma presença maior de homens e mulheres nessa faixa etária.

Por outro lado, nas faixas etárias mais avançadas, a dinâmica é diferente. No lado inferior, o percentual é mais elevado para ambos os sexos em comparação com o lado superior. Essas discrepâncias entre faixa etária e questões de gênero apontam para complexidades nos padrões demográficos, os quais podem estar associados a fatores econômicos, níveis educacionais, políticas sociais e até mesmo dinâmicas culturais.

No *lado inferior*, as taxas de homicídios são mais elevadas, especialmente entre a população mais jovem. Destaca-se neste lado que, apesar de ocorrer uma maior taxa de apreensões de armas de fogo, com poucos recursos em segurança pública, há uma maior circulação de delinquentes da lei, o que é evidenciado pela baixa taxa de encarceramento. Isso contribui para o cenário de altos índices de homicídios, sugerindo desafios no sistema de justiça criminal e policiamento ostensivo e preventivo nessas regiões.

Por outro lado, no *lado superior*, as taxas de homicídios são menores, acompanhadas de maiores investimentos em segurança pública, uma taxa de encarceramento mais elevada e uma menor apreensão de armas de fogo. Portanto, o encarceramento parece contribuir para prevenção da circulação de criminosos potenciais, contribuindo, por sua vez, para a redução das taxas de homicídios.

Quanto aos fatores sociais e econômicos, notamos diferenças notáveis entre os lados. No *lado inferior*, há uma tendência de menor desorganização social e desigualdades sociais. Observa-se uma redução na taxa de analfabetismo, menor porcentagem de crianças sem ensino fundamental completo, menor porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos fora da escola, menos mães chefes de família e menor proporção de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos. Embora o desemprego seja maior nesse lado, a porcentagem de pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo é menor, assim como a porcentagem de empregados com carteira assinada e de pessoas com rendimento superior com nível superior.

No entanto, no *lado superior*, os resultados mostram uma situação desafiadora, caracterizada por níveis acentuados de vulnerabilidade social e ampliadas desigualdades. Destaca-se a esfera educacional como ponto crítico, com altas taxas de analfabetismo e falta de acesso à educação básica, principalmente entre os grupos mais jovens. A presença de mães chefes de família e mães jovens sugere possíveis desafios sociais e econômicos únicos nesse contexto. Além disso, vale ressaltar que esse lado apresenta uma menor taxa de homicídio e uma taxa de encarceramento maior.

O eixo revela que os estados/anos com maiores despesas com segurança pública e taxa de apreensão de armas de fogo não conseguem reduzir as taxas de homicídios. Ainda se verifica que melhores indicadores sociais podem ainda apresentar altas taxas de homicídios, sugerindo que fatores além do aspecto socioeconômico podem estar contribuindo para a violência. Nesse sentido, é importante considerar outros fatores, como questões culturais, dinâmicas das organizações criminosas, tráfico de drogas, entre outros, que podem concorrer nas taxas de homicídios.

Os padrões demográficos também contribuem para a compreensão dessas realidades distintas. As discrepâncias na representação de gênero como responsáveis pelo domicílio, bem como nas faixas etárias, sugerem uma interação complexa entre oportunidades econômicas, educação, políticas sociais e dinâmicas culturais.

Em resumo, os resultados do terceiro eixo oferecem uma visão profunda das diferenças entre os dois lados examinados. Essas diferenças abrangem áreas como criminalidade, desorganização social, indicadores educacionais e demográficos, destacando a influência de uma variedade de fatores em cada contexto.

O primeiro eixo destaca que as taxas de homicídio estão ligadas à interconexão entre desorganização social e tráfico de drogas. Em áreas com menor desorganização social, controle eficaz do tráfico, armas de fogo e altas taxas de encarceramento, as taxas de homicídio são menores. Isso ressalta a influência direta das ações repressivas na redução da violência. Além disso, a gestão eficiente de recursos em segurança pública, o combate bem-sucedido ao tráfico, a apreensão de armas e melhorias na estrutura familiar e equidade de gênero são fatores importantes.

O segundo eixo revela interações complexas entre fatores socioeconômicos e homicídios, evidenciando que os estados/anos com altas taxas de homicídio investem menos em segurança pública e possuem menos pessoas encarceradas, porém maior taxa de apreensão de armas. Neste sentido, é importante notar que mesmo em áreas com indicadores sociais aparentemente positivos, as altas taxas de homicídio persistem, indicando a influência de fatores

para além dos aspectos econômicos. Em suma, a análise desses três eixos enfatiza a complexidade das dinâmicas que moldam a criminalidade, mostrando que a interligação entre diferenças sociais, desvantagem concentrada e violência é incontestável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutorado teve como finalidade objetivar o espaço relacional dos homicídios nos estados da região Norte do Brasil. Para isso, a pergunta norteadora foi: *Quais fatores sociais, econômicos e ações governamentais influenciaram as taxas de homicídios nos Estados da região Norte do Brasil?*

Para tanto, empregamos a ACM que nos permitiu analisar as relações e propriedades presentes nesse espaço, possibilitando identificar padrões subjacentes e relações entre várias categorias de dados. Compreendemos que as ações governamentais repressivas, tais como encarceramento, apreensão de armas e drogas, além de investimentos em policiamento especializado e ações preventivas, como melhorias na educação, no capital humano, na infraestrutura, na geração de renda têm papel fundamental na redução das taxas de homicídios principalmente em regiões com desvantagem concentrada.

Reconhecendo a importância das ações governamentais tanto repressivas, quanto preventivas na redução da criminalidade violenta, realizamos uma revisão da literatura. Nosso foco recaiu sobre as principais causas e consequências da criminalidade violenta no Brasil. Escolhemos os estados da Região Norte do país como nosso objeto de estudo por se tratar de uma das regiões mais violentas do Brasil e apresentar poucos estudos sobre essa temática⁵.

Destacamos que os resultados e as diferenças de homicídios compreendido entre 2012 e 2019 são influenciadas pela interseção de fatores socioeconômicos, ações governamentais e a presença de facções ou organizações criminosas como impulsionadores dessas tendências. A análise demonstra a complexa rede de influência por trás dos assassinatos na região.

Investimentos em segurança pública, principalmente em ações governamentais repressivas, correlacionam-se com menores taxas de homicídios. Condutas e práticas de policiamento ostensivo e preventivo se configuram nas taxas de apreensões de armas de fogo e drogas, enfrentamento das organizações criminosas e registros de ocorrências relacionados a esses tipos penais. Ademais, menores taxas de homicídios estão relacionadas a maiores taxas de encarceramento, acompanhadas de apreensões de armas e drogas, inferindo que as atividades de polícia contribuem para menos crimes violentos.

⁵ Neste estudo, expandimos os princípios da TDS para contextos regionais, em oposição à abordagem comum que a aplica em análises de comunidades específicas. Em vez de nos limitarmos ao escopo das comunidades locais, nosso objetivo é investigar como a desorganização social impacta os padrões de homicídios em estados e anos específicos na região Norte do Brasil (Carneiro, 2024).

As desigualdades (Gini) e a vulnerabilidade social contribuem indiretamente sobre a criminalidade violenta. Percebe-se ainda que menores taxas de homicídios estão relacionadas a uma maior estabilidade no ambiente familiar. Entretanto a desorganização social persiste especialmente em estados/anos com famílias chefiadas por mães, com filhos menores de 15 anos e mães jovens e ausência de habitação adequada. Esses fatores influenciam nas taxas de homicídio. Ademais, problemas sociais, econômicos possibilitam o surgimento de ambientes favoráveis ao aumento da criminalidade violenta.

Neste contexto, destaca-se a importância de políticas públicas fundamentadas em evidências e adaptadas aos desafios de cada estado. É imperativo que os estados invistam de modo efetivo em ações de segurança pública, especialmente em áreas com altas taxas de homicídios. Estratégias específicas, tais como o *policimento especializado baseado em evidências*⁶ para combater o tráfico de drogas e a circulação de armas de fogo, a redução da impunidade e a prevenção à violência homicida na região são iniciativas importantes. Além disso, é necessário o envolvimento da sociedade civil e comunidades no enfrentamento da violência.

Para que essas medidas sejam eficazes, é importante a articulação entre esses setores juntamente com as instituições públicas, com destaque para Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Educação entre outros. É fundamental investimentos que levem em considerações aspectos e peculiaridades históricas, culturais, políticas e socioeconômicas de cada localidade. Acrescenta-se que as pesquisas futuras devam examinar as origens implícitas nas disposições identificadas, analisando políticas específicas e dinâmicas sociais em níveis locais.

Destaca-se, desse modo, as principais contribuições da tese, a saber o estudo utilizou uma gama de dados e informações, incluindo indicadores sociais, econômicos, geográficos e de criminalidade, permitindo uma análise dos fatores que influenciam os homicídios. Esse método proporcionou uma compreensão mais ampla sobre aspectos e características da violência.

⁶ Para Sherman (1998, 2 e 3), “de todas as ideias sobre policiamento, uma se destaca como a força mais poderosa para a mudança: as práticas policiais devem basear-se em evidências científicas sobre o que funciona melhor. O Policiamento Baseado em Evidências é o uso da melhor pesquisa disponível sobre os resultados do trabalho da polícia para implementar diretrizes e avaliar agências, unidades e funcionários. o Policiamento Baseado em Evidências usa pesquisa para orientar práticas e avaliar profissionais. Ele usa a melhor evidência para moldar as melhores práticas. É um esforço sistemático para analisar e codificar a experiência não sistemática como base para o trabalho policial, refinando-a através de testes sistemáticos contínuos de hipóteses”.

Ao concentrar-se nessa região específica do país, esse trabalho aponta suas descobertas dentro de um ambiente regional. Isso é relevante para futuras pesquisas, pois permitirá comparações regionais e uma percepção mais complexa dos desafios únicos enfrentados por diferentes áreas geográficas.

Os achados deste estudo não apenas destacam as interconexões entre investimentos em segurança, indicadores sociais e taxas de homicídio, mas também oferecem percepções para gestores públicos. Eles fornecem uma visão das dinâmicas complexas que delineiam a violência homicida na Região Norte do Brasil e apresentam uma nova concepção ao apontar que mais apreensão de armas de fogo, gastos mais contidos em segurança pública e maiores taxas de encarceramento podem estar ligados à redução de homicídios em alguns estados.

Evidenciam também a importância das ações governamentais repressivas e preventivas, reconhecendo a multidimensionalidade da criminalidade violenta e a necessidade de políticas públicas que abordem diversos fatores para efetivamente reduzir as taxas de homicídio.

Ao adotar uma abordagem holística, colaborativa e baseada em evidências, os gestores públicos podem criar um impacto positivo na segurança dos estados da Região Norte do Brasil, promovendo um ambiente onde todos possam prosperar e viver livres do medo da violência e criminalidade.

Contudo é importante informar sobre algumas limitações desse estudo. Essa pesquisa se baseou em dados secundários, ou seja, dados e informações coletadas por outras fontes. Isso pode dificultar a compreensão de aspectos específicos relacionados à violência homicida na região. Para preencher e ir além desse limite, é necessário integrar a TDS ou eficácia coletiva, que destaca o controle da criminalidade por meio do controle social informal e formal.

Outrossim, é fundamental avaliar a eficácia das políticas públicas repressivas e preventivas, bem como a percepção da população sobre o combate ao tráfico de drogas, o uso de armas de fogo, o encarceramento e suas influências na criminalidade violenta em comunidades. Igualmente é importante realizar novos estudos no campo para compreender a distribuição do crime por áreas geográficas, enfatizando características como cultura, controle formal, forças políticas, econômicas, sociais e urbanas.

Diante do exposto, aponta-se que os principais desafios a serem superados são o combate à desigualdade social e à concentração de desvantagens que contribuem para a desorganização social e a conseqüentemente criminalidade violenta.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Janet. Development and urbanization. **Habitat international**, v. 2, n. 5-6, p. 417-426, 1977. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0197397577900182>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/crime-e-violencia-na-sociedade-brasileira-contempornea/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, n. 8, p. 84-135, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000200005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 Mar. 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. p. 1-18. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2981/1045>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- ASMANN, Parker; O'REILLY, Eimhin. InSight Crime's 2019 Homicide Round-Up. **InSight Crime**, Washington, DC, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/analysis/insight-crime-2019-homicide-round-up/>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: PNUD; Rio de Janeiro: IPEA: FJP, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1163-1171, 2001. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v17n5/6324.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-87, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 13-27, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000400003&script=sci_abstract. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BEATO, Claudio Chaves; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; TAVARES, Ricardo. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 687-717,

2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582008000300005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2021.

BEATO, Cláudio Chaves; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092012000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2021.

BEATO, Cláudio; REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 13, p. 385-403. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudio_Beato/publication/267220653_Introducao_Desigualdade_desenvolvimento_socioeconomico_e_crime/links/54d8cf9d0cf24647581c2698/Introducao-Desigualdade-desenvolvimento-socioeconomico-e-crime.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENZÉCRI, Jean-Paul. **Correspondence Analysis Handbook**. New York : Marcel Dekker, 1992.

BÉRGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERTONCELO, Edison. **Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas: aplicações nas ciências sociais**. Brasília: Enap. 2022.

BLOOM, Paul. **O que nos faz bons ou maus**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2014.

BONNET, Philippe ; LEBARON, Frédéric; LE ROUX, Brigitte. L'espace culturel français. In: LEBARON, Frédéric; LE ROUX, Brigitte. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données**. Paris: Dunod, 2015. p. 97-113.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Artigo: o campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2008.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Divisão regional. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/atlasrh2013/2-I-TEXTO.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério da justiça e Segurança Pública. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional no Estado do Acre. **Prestação de contas ordinária anual:** relatório de gestão do exercício de 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/Relatorio%20de%20gestao%20-%20SR-AC%20-%202012%20.pdf/view>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado. **Drogas apreendidas por UF** - série histórica de 1995 a 2022 (até junho). [online]. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/diretoria-de-investigacao-e-combate-ao-crime-organizado-dicor/drogas_apreendidas_por_uf.pdf/view. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. **Curso Nacional de Polícia Comunitária.** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Módulo Polícia Civil. **Manual de preenchimento:** formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/ManualSenaspPolCivil.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei, nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório desenvolvimento sustentável Norte 2030.** Brasília: Tribunal de Contas da União, 2018. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/64/E7/97/8E/1933071076A7C107E18818A8/Fisc_Norte_relatorio_desenvolvimento_sustentavel_2030.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2021.

BRUINSMA, Gerben J. N. *et al.* Social disorganization, social capital, collective efficacy and the spatial distribution of crime and offenders: an empirical test of six neighbourhood models for a Dutch city. **British Journal of Criminology**, London, v. 53, n. 5, p. 942-963, 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/bjc/article-abstract/53/5/942/337604>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Anuário brasileiro de segurança pública 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em:

<https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/c0c2a9ec-d322-487a-b54f-a305cb736798/content>. Acesso em: 29 out. 2021.

BURSIK JR, Robert J. Social disorganization and theories of crime and delinquency: Problems and prospects. **Criminology**, Albany, v. 26, n. 4, p. 519-552, 1988. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1988.tb00854.x>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BURSIK JR, Robert J.; GRASMICK, Harold G. Economic deprivation and neighborhood crime rates, 1960-1980. **Law & Soc'y Rev.**, Amherst, v. 27, n. 2, p. 263, 1993. Disponível em: https://heinonline.org/hol-cgi-bin/get_pdf.cgi?handle=hein.journals/lwsocrw27§ion=26. Acesso em: 20 Jun. 2021.

BURSIK JR, Robert J.; WEBB, Jim. Community change and patterns of delinquency. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 88, n. 1, p. 24-42, 1982. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/227632>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BURSIK, Robert J.; GRASMICK, Harold G. **Neighborhoods and Crime**. Lexington, MA: Lexington Books, 1993.

BUSTILLO, Inés; VELLOSO, Helvia. Insecurity and Development in Latin America and the Caribbean. **PRISM**, Washington, D. C., v. 5, n. 4, p. 48-67, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26459212>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CAMPOS, Lidiany Mendes; SANTOS, Nivaldo dos. O Crime Organizado e as prisões no Brasil. Artigo Científico, CONPEDI, ciências penais UFG, 2004. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/o%20crime%20organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil\(3\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/o%20crime%20organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil(3).pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, 2006, v. 3, n. 5, p. 136-155, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452006000200007>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KKykm5zrv9s9WSjNsLdfLr/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade. Causas e consequências da criminalidade no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 7, p. 20-44, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6215>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade. O crime como aspecto da sociabilização e interação social. In: JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 7., 2021, Pelotas. **Anais eletrônicos** [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2021. p. 17-19. Disponível em: <https://viijornadabrasileiradesociologiaufpel.wordpress.com/anais/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CARRASCO, Jordi Bayona; RÚBIAS, Isabel Pujadas. Cambios residenciales internos en la ciudad de Barcelona: evolución y características territoriales. **Investigaciones Geográficas**,

Alicante, n. 52, p. 9-36, 2010. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/21201>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARVALHO, Adriano Nepomuceno de. **Inteligência de segurança pública: análise ergonômica da demanda, da tarefa, da atividade e da estratégia operatória, e proposta de indicadores**. 2020. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica da Segurança Pública) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação, Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. A. Economia do crime e da violência no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 88, p. 98-122, 2004.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000200002. Acesso em: 20 set. 2020.

CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva; LOBÃO, Marco Aurélio Arbage. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 11, p. 1-17, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692019000100271&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.

COSTA, Arthur Trindade M.; LIMA, Renato Sérgio de. Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. **BIB**, São Paulo, v. 84, p. 81-106, 2018. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/estatisticas_oficiais_violencia_e_crime_no_brasil.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2022.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago: introdução e Origens**. Campinas: Papyrus, 1995.

CRUM, Billy. **Social Disorganization Theory and Crime in West Virginia**. 2003. Thesis (Master of Arts Sociology) – Department of Sociology and Anthropology, Marshall University, Huntington, 2003.

DA SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. Social disorganization and crime: searching for the determinants of crime at the community level. **Latin American research review**, p. 218-230, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43670201>. Acesso em: 20 set. 2020.

DINIZ, Alexandre M. A. Migração, desorganização social e violência urbana em Minas Gerais. **R.RA'EGA**, Curitiba, n. 9, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3443>. Acesso em: 20 set. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Lisboa: Editorial Presença, 2007b.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social: As regras do método sociológico: O suicídio: As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, Émile. O que é fato social? *In*: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978. p. 46-52.

DUVAL, Julien. Analisar um espaço social. *In*: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 218-37.

ESCOBAR, Gipsy. El uso de la teoría de la desorganización social para comprender la distribución de homicidios en Bogotá, Colombia. **Revista INVI**, Santiago, v. 27, n. 74, p. 21-85, 2012.

FAJNZYLBER, Pablo; ARAÚJO, Ari de. **Violência e Criminalidade**. Universidade Federal de Minas Gerais: Cedeplar, 2001. 50 p. (Texto para discussão, n. 167).

FERREIRA, B. S. et al. Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI): fatores e motivações que os influenciam em consonância com as políticas de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 12–27, 29 set. 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1174/414>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FERREIRA, Sinésio Pires; LIMA, Renato Sérgio; BESSA, Vagner. Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes. *In*: SILVA FILHO, T. J.; DURANTE, M. O. (ed.). **Homicídios: políticas de prevenção e controle**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 11-20. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume3/criminalidade_violenta_homicidios_sp_fatores_expliativos_movimentos_recentes.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

GIBBS, Jack P. Seven dimensions of the predictive power of sociological theories. **National Journal of Sociology**, Austin, v. 11, p. 1-28, 1997. Disponível: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagcd%3A16%3A5992784/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Aagcd%3A10540604&crl=c>. Acesso em: 20 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLENNY, Misha. **McMáfia: crime sem fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOMES, Pedro Ivo Jorge. **Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG**. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17663>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GOTTFREDSON, Michael R.; HIRSCHI, Travis. The criminal career perspective as an explanation of crime and a guide to crime control policy: the view from general theories of crime. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 53, n. 3, p. 406-419, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022427815624041>.

GOTTFREDSON, Michael; HIRSCHI, Travis. **Modern Control Theory and the Limits of Criminal Justice**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 3-30. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/downloadpdf/10.1093/oso/9780190069797.001.0001/oso-9780190069797-chapter-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**: agregado por setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. **Tocantins**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da vulnerabilidade social nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. **O atlas**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 22 abr. 2021.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: E.P.U., 1980.

KLÜGER, Elisa. Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 86, p. 68-97, 2018. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-86/11212-analise-de-correspondencias-multiplas-fundamentos-elaboracao-e-interpretacao/file>. Acesso em: 20 set. 2021.

KLÜGER, Elisa. Espaço social e redes: contribuições metodológicas à sociologia das elites. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, p. 83-110, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125961>. Acesso em: 20 dez. 2021.

KUBRIN, Charis E.; WEITZER, Ronald. New directions in social disorganization theory. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 40 n. 4 p. 374 – 402. 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022427803256238>. Acesso em: 20 dez. 2021.

KUBRIN, Charis E. Social disorganization theory: Then, now, and in the future. *In*: KROHN, Marvin D.; HENDRIX, Nicole; HALL, Gina Penly; LIZOTTE, Alan J. (ed.). **Handbook on crime and deviance**. New York, NY: Springer, 2009. p. 225-236. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4419-0245-0_12. Acesso em: 20 set. 2020.

KUBRIN, Charis E.; WEITZER, Ronald. New directions in social disorganization theory. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 40, n. 4, p. 374-402, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022427803256238>. Acesso em: 20 set. 2020.

LIMA, Lucas Sá de. **Segurança pública: uma análise dos gastos com segurança pública face ao índice de violência nos municípios brasileiros**. 2021. 37 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/31432>.

LIMA, Renato Sérgio de. **Cartografias das violências na região amazônica: relatório final**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica/. Acesso em: 20 de março de 2022.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; ALCADIPANI, Rafael. Evolução das mortes violentas intencionais no Brasil. In: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. **Anuário brasileiro de segurança pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. p. 21-35. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2022.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz. Trajetórias intelectuais e representações no campo da segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (org.). **As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011. p. 11-13. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-ciencias-sociais-e-os-pioneiros-nos-estudos-sobre-crime-violencia-e-direitos-humanos-no-brasil/. Acesso em: 20 set. 2020.

LISBOA, Carla. Uma lupa para diagnosticar as desigualdades. **Revista Desafio do desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2015. Ano 12. Ed. 85. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3203&catid=28&Itemid=39.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf. Acesso em: 22 set. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Ministério Público Federal (MPF). Procuradoria da República no Amapá. **MPF investiga tráfico de drogas em municípios da fronteira com a Guiana Francesa**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ap/sala-de-imprensa/noticias-ap/mpf-investiga-traffic-de-drogas-em-municipios-da-fronteira-com-a-guiana-francesa>. Acesso em: 20 set. 2021.

MORENOFF, Jeffrey D.; SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W. Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. **Criminology**,

Columbus, v. 39, n. 3, p. 517-558, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00932.x>. Acesso em: 20 set. 2020.

NETO, Antônio José Pedroso; UNDURRAGA, Tomas. Elites do jornalismo econômico brasileiro: gerações, especialização e audiência. *In*: DOS REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastal (org.). **Estudos de elites e formas de dominação**. São Leopoldo: Oikos, 2020. p. 278-296.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da. Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 77, p. 69-89, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-77>. Acesso em: 20 set. 2020.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da; ZAVERUCHA, Jorge; ROCHA, Enivaldo C. da. Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 75-94, 2009. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/bib-pt/bib-67/620-homicidios-no-brasil-revisando-a-bibliografia-nacional-e-seus-resultados-empiricos/file>. Acesso em: 25 out. 2020.

OLIVEIRA, C. A.; BALBINOTTO, G. A carreira criminosa sob a abordagem de opções reais. Anais do Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, 2011. **Área 12 – Economia do trabalho**. Disponível em: <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2011>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Valéria Cristina; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Confiança nas instituições, democracia e controle social na América Latina. **Utopía y Praxis Latinoamericana: Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**, Maracaibo, ano 24, n. 2, p. 154-168, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7113210>. Acesso em: 20 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório sobre Drogas e Crime. **Global study on homicide**. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick D. **The City**: suggestions for an investigation of human behaviour in the urban environment. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

PEIXOTO, Betânia Totino; LIMA, Renato Sérgio de; DURANTE, Marcelo Ottoni. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 13-21, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.

PÉREZ, José Ignacio Ruiz. Eficacia colectiva, cultura ciudadana y victimización: un análisis exploratorio sobre sus relaciones con diversas medidas del miedo al crimen. **Acta Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 103-114, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/798/79815637009.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

PESSI, Diego; SOUZA, Leonardo Giardin de. **Bandidolatria e demócídio**: ensaios sobre garantismo penal e a criminalidade no Brasil. São Luís: Resistência Cultural, 2017.

PINTO, Daniela Gomes; COSTA, Marco Aurélio; MARQUES, Maria Luiza de Aguiar (coord.). **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro - 2013**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 20 set. 2022.

PINTO, Luiz Eduardo de Souza; ALEXANDRE BARBOSA, Jorge Alexandre. A perspectiva relacional em Pierre Bourdieu. **Poiesis - Revista de Filosofia**, Montes Claros, v. 20, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/4825>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PORTER, Jeremy R.; CAPELLAN, Joel; CHINTAKRINDI, Sriram. Social Disorganization Theory. In: JENNINGS, Wesley G. (ed.). **The Encyclopedia of Crime and Punishment**. Hoboken, NJ: Wiley Blackwell, 2016. p. 1-7.

PROTÁSIO DOS REIS, Gilberto; ARAÚJO SILVA JÚNIOR, Dequex. (2018). A “crise orgânica” estimulada na segurança pública brasileira. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 2, p. 48–70, 2018. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/33>. Acesso em: 22 set. 2023.

RAMÃO, Fernanda Pamplona; WADI, Yonissa Marmitt. Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 207-230, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000100013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.

REIS, Lúcia Margarete dos; UCHIMURA, Taqueco Teruya; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Perfil socioeconômico e demográfico em uma comunidade vulnerável ao uso de drogas de abuso. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 276-282, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002013000300012&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 20 set. 2020.

REYES, Graciela Alejandra Lunecke. Violencia urbana, exclusión social y procesos de guetización: la trayectoria de la población Santa Adriana. **Revista Invi**, Santiago de Chile, v. 27, n. 74, p. 287-313, 2012. Disponível em: <https://ultimadecada.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/19497>. Acesso em: 20 set. 2020.

RIBEIRO, Ludmila; MARTINO, Natalia; DUARTE, Thais Lemos. Antes das grades: perfis e dinâmicas criminais de mulheres presas em Minas Gerais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, p. 639-665, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/mSLsJZdthfb3wynZTTrkQqs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 de out. de 2021.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROUANET, Henry; ACKERMAN, Werner; LE ROUX, Brigitte. A análise geométrica de questionários: a lição de La Distinction de Bourdieu. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 25, p. 43-52, 2005. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2381/2180>. Acesso em: 20 set. 2021.

RUIZ-PÉREZ, José Ignacio. Perceptions of the police in a group of latin american countries: direct and mediating relations with the fear of crime, victimization and collective efficacy.

Revista Logos Ciencia & Tecnología, Bogotá, v. 11, n. 3, p. 195-205, 2019. Disponível em: <https://revistalogos.policia.edu.co:8443/index.php/rlct/article/view/968>. Acesso em: 20 set. 2020.

SACHSIDA, Adolfo; DE MENDONÇA, Mario Jorge Cardoso. **Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. p. 7-44. (Texto para discussão, n. 1841). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91128/1/74489929X.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SAMENOW, Stanton E. **A mente criminoso**. São Paulo: CEDET, 2020.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.

SAMPSON, Robert J. Neighborhood family structure and the risk of personal victimization. In: BYRNE, James M.; SAMPSON, Robert J. (ed.). **The social ecology of crime. Research in criminology**. New York, NY: Springer, 1986. p. 25-46.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3226955/Sampson_CommunityStructureCrime.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2020.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9252316/>. Acesso em: 20 set. 2020.

SAPORI, Luís Flávio. Crônicas de uma falácia auto cumprida. In: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. p. 200-202. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

SCALA, Jorge. **IPPF - Federação Internacional de Planejamento Familiar**: a multinacional da morte. Anápolis: Múltipla, 2004.

SEJUS - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia. Governo de Rondônia apreende mais de 3 toneladas de drogas em 2021. Notícias SEJUS, 2021. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/acao-integrada-retira-mais-de-tres-toneladas-de-drogas-de-circulacao-em-rondonia-em-seis-meses/>. Acesso em: 15 de fev. 2023.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry Donald. **Juvenile delinquency and urban areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry Donald. **Juvenile delinquency and urban areas**: a study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in American cities. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Luís Antônio Machado da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 115-124, 1999. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44781999000200009&script=sci_abstract. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1015.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOARES FILHO, Adauto Martins; MERCHAN-HAMANN, Edgar; VASCONCELOS, Cíntia Honório. Expansão, deslocamento e interiorização do homicídio no Brasil, entre 2000 e 2015: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 3097-3105, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n8/3097-3105/pt/>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOARES, Allan Mendes. **Repressão qualificada da violência: uma análise ergonômica sobre a estratégia operatória dos planejadores de operações**. 2020. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOH, Mazlan Bin Che. Crime and urbanization: revisited malaysian case. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, Amsterdã, v. 42, p. 291-299, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812010750>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUSA, Lucas Miriã; CUNHA, Marina Silva; BONDEZAN, Kézia de Lucas. Determinantes socioeconômicos da criminalidade no estado do Paraná: uma análise espacial. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 41, n. 75, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/68314>. Acesso em: 20 set. 2022.

SPAGNOL, Antônio Sergio. Jovens delinquentes paulistanos. **Tempo social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 275-299, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12479>. Acesso em: 20 set. 2020.

STEWART, Kevin; CANTORA, Andrea. Urban Crime. In: JENNINGS, Wesley G. (ed.). **The Encyclopedia of Crime and Punishment**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2015. p. 1-3. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118519639.wbecpx204>. Acesso em: 20 set. 2020.

TAVARES, Ricardo et al. Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 923-934, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n3/923-934/pt/>. Acesso em: 20 set. 2020.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

TRIPLETT, Ruth A.; SUN, Ivan Y.; GAINNEY, Randy R. Social disorganization and the ability and willingness to enact control: a preliminary test. **Western Criminology Review**, Rohnert Park, v. 6, n. 1, p. 89-103, 2005. Disponível em: https://digitalcommons.odu.edu/sociology_criminaljustice_fac_pubs/4/. Acesso em: 20 set. 2020.

TSUSHIMA, Masahiro. Economic structure and crime: the case of Japan. **The Journal of Socio-Economics**, v. 25, n. 4, p. 497-515, 1996. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1053535796900414>. Acesso em: 20 set. 2020.

WALKER, Jeffery T.; ZAWISZA, Thomas T. Social disorganization theory. *In*: MILLER, J. Mitchell (ed.). **The Encyclopedia of Theoretical Criminology**. Hoboken: Wiley Blackwell, 2014. p. 1-9. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118517390.wbetc059>. Acesso em: 20 set. 2020.

WICKES, Rebecca. Social disorganization theory: its history and relevance to crime prevention. *In*: TEASDALE, Brent; BRADLEY, Mindy S. **Preventing crime and violence**. Berlin: Springer Nature, 2017. p. 57-66. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-44124-5_6. Acesso em: 20 set. 2020.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows: the police and neighborhood safety. **The Atlantic Monthly**, Boston, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.

ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. *In*: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo G. de (ed.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto/FBSP, 2014. p. 35-50.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200003. Acesso em: 20 set. 2020.

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Christovam. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 17-31, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 84, p. 175-196, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2020.